UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em História

Stéfany Sidô Ventura

AS CATEGORIAS CONCEITUAIS (CON)FORMADORAS DO LÉXICO: *progresso, evolução, civilização, raça* e *mestiçagem* em Manoel Bomfim, Oliveira Vianna e Alberto Torres

Belo Horizonte
2018

Stéfany Sidô Ventura

AS CATEGORIAS CONCEITUAIS (CON)FORMADORAS DO LÉXICO: *progresso, evolução, civilização, raça* e *mestiçagem* em Manoel Bomfim, Oliveira Vianna e Alberto Torres

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Eduardo França Paiva
Área de concentração: História Social da Cultura

Belo Horizonte

2018

Ficha cartográfica

907.2

V468c

Ventura, Stéfany Sidô

2018

As categorias conceituais (con)formadoras do léxico: [manuscrito] : progresso, evolução, civilização, raça e mestiçagem em Manoel Bomfim, Oliveira Vianna e Alberto Torres / Stéfany Sidô Ventura. - 2018.

114 f.

Orientador: Eduardo França Paiva.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1.História – Teses. 2.História social - Teses.3. Cultura – Teses. 4.Mestiçagem – Teses. 5. Brasil – História - Teses. I. Paiva, Eduardo França . II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Stéfany Sidô Ventura

AS CATEGORIAS CONCEITUAIS (CON)FORMADORAS DO LÉXICO: *progresso, evolução, civilização, raça* e *mestiçagem* em Manoel Bomfim, Oliveira Vianna e Alberto Torres

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

_____

Prof. Dr. Eduardo França Paiva- Universidade Federal de Minas Gerais (Orientador)

_____

Prof. Dr. Douglas Attila Marcelino- Universidade Federal de Minas Gerais (Banca Examinadora)

_____

Prof. Dr. Felipe Riccio - Universidad Catolica del Uruguay (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 14 de março de 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

HISTÓRIA UFMG

"As Categorias Conceituais (con)formadoras do Léxico: Progresso, Evolução, Civilização, Raça e Mestiçagem Em Manoel Bomfim, Oliveira Vianna e Alberto Torres"

Stéfany Sidô Ventura

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Dr. Eduardo França Paiva - Orientador
UFMG

Prof. Dr. Douglas Attila Marcelino
UFMG

Prof. Dr. Felipe Riccio Schiefler
Universidade Federal de Alfenas

Belo Horizonte, 09 de março de 2018.

AV. ANTÔNIO CARLOS, 6.627 - PAMPULHA
31270.901 - BELO HORIZONTE - MG
e-mail: ppghis@fafich.ufmg.br
FONE: (31)3409-5068 FAX: (31) 3409-5044

Ao meu saudoso Pai por acreditar nos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar esta dissertação, percebo que sem as pessoas aqui relacionadas não seria possível a realização desta pesquisa. Primeiramente agradeço ao meu orientador que entrou na minha vida por um presente do destino. Antes de ingressar no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, eu trabalhava em uma cafeteria, que era frequentada pelo professor Dr. Eduardo França Paiva. Nos meses em que trabalhei nesse estabelecimento, me cerquei de bons livros, na busca constante pela inspiração e pelo suporte teórico necessário para o processo seletivo do mestrado.

Ao ser presenteada com o livro *Dar nome ao novo,* do professor Eduardo, me deparei com a foto do autor e percebi que aquele cliente regular do almoço poderia ser meu futuro orientador. E assim o foi! Agradeço ao professor pelos ensinamentos, paciência e compreensão durante todo o processo de "formação" no Programa de Pós-Graduação em História.

Também sou grata aos avaliadores da minha qualificação, Dr. Douglas Attila Marcelino e Dr. Alexandre Almeida Marcussi, que com seus apontamentos me orientaram para a produção desta pesquisa. Não posso deixar de agradecer à professora Dr.ª Kátia Baggio e ao professor Dr. Mauro Condé que me auxiliaram e motivaram em suas disciplinas. Ao Maurício (PPGHIS-UFMG) pelo auxílio e boa vontade.

No entroncamento da vida acadêmica com a vida pessoal, o primeiro nome que cito é da minha irmã Shirlei Sidô. Mal sabia ela, lá nos anos 2000, que um comentário seu me traria até aqui. Em sua formação acadêmica, Shirlei se deparou com os estudos de Cesare Lombroso e de modo bastante "emocionado" me contou suas impressões e percepções sobre a obra do autor. Por curiosidade, fiz leituras sobre Lombroso e suas recepções no Brasil. A partir disso, me interessei pela história e historiografia brasileira.

É impossível não falar da minha mãe, Lourdes Sidô Ventura, que tanto me apoiou, sem mesmo compreender ao certo minhas escolhas profissionais e acadêmicas. Seu nome é quase sinônimo de trabalho, disposição, força e vigor. Minha grande amiga, mesmo sempre afirmando que "não é minha coleguinha não". Meu espelho e meta de vida (quero chegar nos meus setenta assim).

À minha irmã, Débora Sidô, dedico meu mais profundo e sincero carinho. Minha "babá" me proporcionou, ao longo da vida, boas risadas e bons momentos que jamais serão apagados. Agradeço aos meus sobrinhos Carol, Vítor e Sofia as infinitas alegrias compartilhadas. Vocês são peças fundamentais na minha vida. Aos meus cunhados, José

Carlos e Rodrigo Nunes, agradeço por serem parte da minha família, isso para mim é motivo de grande felicidade. À Tia Lêda, Tio Ladu, Morvana, Fabiana, Núbia, Gabriela e Tio Zezinho agradeço pela presença, carinho e ajuda constante tanto para mim, quanto para minha mãe.

Bem, estes são os mais difíceis e dolorosos agradecimentos que já fiz. Desde o início do processo de escrita da dissertação, havia uma "pré-estrutura" das considerações e agradecimentos que gostaria de fazer, todavia não sabia que as coisas podiam mudar. Sem nenhum aviso prévio perdi a pessoa que mais me apoiou, que garantiu que hoje eu estivesse seguindo meu sonho acadêmico: meu pai. Em dezembro de 2017, perdi meu grande companheiro, meu exemplo de trabalho, honestidade e dedicação.

Por vezes pensei que não teria forças para terminar esta pesquisa, mas por ele, Wilson Ventura, apresento meu trabalho finalizado, buscando realizar o primeiro passo de seu grande sonho: ver a filha doutora. Lembro-me que na última conversa com meu pai, ele, com muita veemência, afirmou: enquanto Deus me der vida e saúde, enquanto as pessoas continuarem acreditando no meu trabalho, vamos lutando juntos e você vai estudar. É com o coração apertado e muitas lágrimas que não só agradeço, bem como DEDICO esta dissertação ao meu pai.

Agradeço infinitamente à minha companheira Cyrana Veloso pelo apoio incondicional. É uma honra ter alguém que me auxilia tanto na vida pessoal, quanto na acadêmica. Não tenho palavras para descrever como essa mulher me inspira, me ajuda e me dá forças para seguir em frente. Sem ela não teria condições de concluir esta dissertação. Por toda paciência e cuidado minha eterna gratidão. Resistindo e vencendo todas as adversidades desses quase sete anos juntas, passamos por situações as quais, nem nos melhores sonhos ou nos piores pesadelos, seriam supostas. Agradeço não somente pelo auxílio (inestimável) para obtenção da titulação de mestre, mas por tudo que vivemos desde o primeiro momento em que nossos passos se encontraram para trilhar o mesmo caminho.

À Bita, uma amiga excepcional! Esteve presente na hora mais difícil da minha vida. Nunca titubeou quando precisei de ajuda, riu e chorou comigo nesses sete anos de amizade. Agradeço pelo apoio, por cada lágrima e cada risada que compartilhamos. Você é uma irmã que escolhi!

Tenho o prazer de desfrutar das melhores companhias, pessoas que me inspiram intelectualmente e estão comigo em todas as horas - boas ou difíceis. À Mairinha, Átila, Dornelas, Clara, Daniel (Viçosa e EUA), Nathália Camila, Jéssica de Cássia, Paula, Thalita, Fernanda Luzia, Fernanda Alcântara, Lelê, Manuela, Sávio Nunes, Laurinha, agradeço

especialmente por serem esses amigos maravilhosos que me acompanharam tão de perto nesse doloroso percurso da perda de meu pai. Meu muito obrigada também aos amigos que sempre estiveram presentes: Maísa, Denise, Fernanda, Diego, Sassá, Wander, Daniel (Bahia) e Francisco.

Sou muito grata pelo apoio sincero e incondicional de toda a família Borges, destacando minha maravilhosa sogra Ana Maria Borges, Vó Maria, tia Marise, tio João, Renata, Mariana, Neuza e suas respectivas famílias.

RESUMO

O presente trabalho analisa a (con)formação do léxico, sistematizado pelas categorias conceituais, *progresso*, *evolução*, *civilização*, *raça* e *mestiçagem* na composição de um *corpus* conceitual utilizado nas análises sócio-históricas brasileiras entre as décadas finais do século XIX e inicias do século XX. A necessidade de descrever, organizar e classificar a sociedade estimula a criação de termos e conceitos que são explicativos da realidade. A partir do século XIX, o cientificismo influenciou nos estudos e análises das sociedades humanas. Pensadores e letrados buscaram compreender o contexto histórico e social a partir de uma visão científica, universalista e escalonada das sociedades. A partir disto, a produção intelectual brasileira da época, centrava-se em apreender e interpretar a sociedade brasileira, seu processo de formação, os resultados das experiências históricas e as possibilidades para o futuro. Desta forma, as fontes deste trabalho, *A América Latina males de origem* (1993) e *O Brasil* (1940) de Manoel Bomfim, *A organização nacional* (1978) e *O problema nacional brasileiro* (1978) de Alberto Torres; *Ensaios inéditos* (1991) e *Populações meridionais do Brasil* (2002) de Oliveira Vianna, são trabalhadas no sentido de sistematizar a produção historiográfica do Brasil (das décadas finais do século XIX e iniciais do século XX) apoiada na utilização de um *corpus* teórico-conceitual comum conformado pelas categorias conceituais *progresso*, *evolução*, *civilização*, *raça* e *mestiçagem*.

Palavras-chave: Léxico. História Social da Cultura. História Brasileira. Raça.

ABSTRACT

This work aims at analyzing the (con)formation of the lexicon, systematized by the conceptual categories, progress, evolution, civilization, race and miscegenation in the composition of a conceptual corpus used in the Brazilian socio-historical analysis between the final decades of the 19th century and the beginning of the 20th century. The need to describe, organize and classify society stimulates the creation of terms and concepts that are explanatory of reality. From the 19th century, scientism influenced the studies and analysis of human societies. Great minds and scholars aimed at understanding the historical and social context from a scientific, universalist and staggered view of societies. From this, the Brazilian intellectual production of the time, focused on apprehending and interpreting Brazilian society, its formation process, the results of historical experiences and the possibilities for the future. In this way, the sources of this work, Manoel Bomfim, *A América Latina males de origem* (1993) e *O Brasil* (1940) *A organização nacional* (1978) and *O problema nacional brasileiro* (1978) by Alberto Torres; *Ensaios inéditos* (1991) and *Populações meridionais do Brasil* (2002) by Oliveira Vianna, are designed to systematize the historiographical production of Brazil (from the late nineteenth and early twentieth century) based on the use of a theoretical-conceptual corpus common form conformed by the conceptual categories progress, evolution, civilization, race and miscegenation.

Keywords: Lexicon. Social History of Culture. Brazilian History. Race.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

1 RECONHECENDO A UNIDADE TEMÁTICA A PARTIR DE JOAQUIM NABUCO, PAULO PRADO, NINA RODRIGUES E GILBERTO FREYRE..... 15
1.1 Contexto internacional 17
1.2 Contexto nacional 18
1.2.1 – Formação da estrutura e sociedade brasileira 23
1.2.2 – Natureza e sociedade 30
1.2.3 – Raça e mestiçagem 33

2 ARTICULANDO OS CONCEITOS: progresso, evolução, civilização, raça a partir da concepção de "hereditariedade", "mentalidade nacional" e "caráter nacional" 40
2.1 A construção do panorama teórico-conceitual 40
2.2 Sintetizando as obras /fontes 42
2.2.1 O Brasil e América Latina: males de origem 42
2.2.2 A hereditariedade para Manoel Bomfim 46
2.2.3 Populações meridionais do Brasil e Ensaios Inéditos 50
2.2.4 A mentalidade nacional para Oliveira Vianna 54
2.2.5 O problema nacional brasileiro e A organização nacional 57
2.2.6 O caráter nacional de Alberto Torres 61

3 USOS E SENTIDOS DAS CATEGORIAS CONCEITUAIS NA FORMULAÇÃO DO LÉXICO 68
3.1 *Progresso* 70
3.2 *Evolução* 75
3.3 *Civilização* 78
3.4 *Raça* 86
3.5 *Mestiçagem* 90

CONSIDERAÇÕES FINAIS 96

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 103

ANEXO 1 108

INTRODUÇÃO

O século XIX produziu uma dinâmica histórica ímpar, o que se deu a partir da intensificação das inter-relações globais que se iniciaram no século XVI. Essas inter-relações que foram as propulsores do novo são: a circulação de pessoas, conhecimentos e culturas (SIMÕES, 1981; SUSSEKIND & VENTURA, 1984; AGUIAR, 2000; MAIO & SANTOS, 1996; MURARI, 2009; GOMES, 2010; BRESCIANI, 2005). Como consequência, surge a necessidade de organizar, classificar e distinguir (hierarquizar) a sociedade. Assim como os demais países ibero-americanos, o Brasil buscou entender e nomear os arranjos e rearranjos de seus complexos - e formadores - trânsitos culturais, políticos, sociais e "raciais".

No processo da construção historiográfica brasileira - bem como da nação - (séculos XIX e XX) intelectuais e letrados buscavam construir uma história nacional capaz de organizar e dar sentido à realidade do país. Desse modo, compreender as possíveis particularidades (físicas, morais e intelectuais) da sociedade brasileira era crucial para se pensar o desenvolvimento histórico do Brasil.

Assim, um ambiente intensamente marcado por diferenciações e hierarquizações sociais (PAIVA, 2015) transparece nas leituras de intelectuais e na linguagem científica da época. O léxico torna-se, então, produto da instância partilhada, com adaptações e associações, entre a linguagem (seu conjunto de termos e significados) popular e a científica.

Nesse contexto, o que se pretende é demonstrar as diferentes vozes que fizeram parte do processo da elaboração de análise e produção de um diagnóstico nacional, no espaço temporal referido. Para tanto, serão utilizados autores com distintas filiações intelectuais e ideológicas, a fim de demonstrar a existência de uma estrutura lexical capaz de dar forma à estrutura da análise sobre a formação da sociedade brasileira. Desse modo, o objetivo é analisar a produção e o emprego histórico do *corpus* teórico conceitual utilizado por pensadores interessados em compreender a dinâmica da construção social, política e cultural brasileira.

É importante destacar que as categorias conceituais, enquanto produtos históricos, são ferramentas de organização e explicação de clivagens sociais, políticas e culturais de um tempo, ou seja, são produtoras e operadoras de sentido, simultaneamente. A dimensão compartilhada de um conjunto de significados e termos

produz uma unidade lexical. Portanto, o que este trabalho visa demonstrar é a produção, circulação e compartilhamento do léxico fundamental para a historiografia brasileira (dos séculos XIX e XX). Dessa maneira, o objetivo é expor por meio das fontes, a linguagem que aparece e se repete na narrativa histórica da época.

A análise da produção historiográfica nacional, das décadas finais do século XIX e iniciais do século XX, voltada para estudo e compreensão da formação da sociedade brasileira e seus produtos históricos, será embasada pelas fontes e bibliografias arroladas ao longo do trabalho. Neste trabalho, a atenção estará voltada para Manoel Bomfim, Alberto Torres e Oliveira Vianna, não esquecendo Nina Rodrigues, Gilberto Freyre, Joaquim Nabuco, Paulo Prado. O que se pretende é analisar a construção lexical associada às dinâmicas sociais brasileiras.

Entende-se que a linguagem histórico-científica utilizada (no século XIX e nas décadas iniciais do século XX) para analisar e compreender o Brasil, apesar de possuir uma pretensa neutralidade científica (característica da época), conforma usos, sentidos e atribuições que circulavam dentro e fora do meio científico-intelectual.

De fato, a linguagem científica formulada a partir do século XIX proporcionou novas formas de ordenação e compreensão da experiência histórica. A "ciência histórica"[1], que se estabelece entre as décadas finais do século XIX e as décadas finais do século XX, era estruturada com base em pressupostos científicos, racionais e empíricos conferindo uma utilidade pragmática da escrita à História.

A partir da experiência com as fontes é possível observar a formação de uma linguagem que possibilita a apreensão de um *corpus* teórico e conceitual comum entre as obras trabalhadas. Assim, é possível, por meio das fontes, elucidar as discussões e circulações de categorias conceituais compartilhadas, produtoras do léxico a respeito da (con)formação social brasileira.

Desse modo, a hipótese central é a existência de uma linguagem comum para responder às problemáticas da constituição do Brasil *nação*, entre as décadas finais do século XIX e iniciais do século XX. Para tal, foram selecionadas as categorias

[1] O termo "ciência histórica" será utilizado para demarcar a historiografia produzida entre as décadas finais do século XIX e iniciais do século XX. A permanência desse termo, que ao longo do século XX foi "superado", se dá pela manutenção da terminologia utilizada pelas fontes trabalhadas, bem como, da demarcação de uma escrita da histórica a partir de pressupostos científicos.

conceituais *progresso*, *evolução*, *civilização*, *raça* e *mestiçagem*[2] para compor a base de análise deste trabalho.

Acredita-se que estudar o vocabulário exige uma tarefa de análise histórica de aspectos sociais, políticos e culturais do grupo que o toma como instrumento de comunicação, interação e produção de conhecimento. O léxico é constituído por um conjunto de vocábulos que são representativos de uma realidade sócio-histórica. Dessa forma, compreender o emprego e o sentido das categorias *progresso*, *evolução*, *civilização*, *raça* e *mestiçagem* nas obras/fontes possibilita estabelecer as bases de um discurso da época.

Nesse diapasão, Paiva (2015) afirma que estudar a taxonomia e o léxico é de fundamental importância para compreender os antigos e complexos sistemas de distinções construídos por meio de dispositivos generalizadores e totalizantes do passado. O invólucro sociocultural de termos e conceitos são expressões reguladoras da experiência da realidade.

Nesse passo, Reinhart Koselleck (2006) postula que conceitos são unidades fundamentadas no sistema político-social. O autor discorre sob a impossibilidade da existência de uma sociedade/comunidade sem a existência de conceitos organizadores da compreensão e do ato comunicativo. Investigar um conceito vai além da mera busca da repetição e utilização de palavras. Um conceito se dispõe para uma comunidade linguística comum a fim de gerar inteligibilidade, pertencimento e compartilhamento de uma ideia.

O conteúdo do conceito transcende a dimensão linguística, caracterizando um fenômeno social mais complexo. Investigar os significados e noções dos conceitos nos auxilia a construir teorias da história que acarretariam a compreensão do conteúdo político, cultural e social ligado aos termos. Para tal exercício de investigação, é necessário considerar o contexto situacional, o uso e a validação por seus contemporâneos e sucessores e a fixação e a partilha dos conceitos entre os membros de um grupo comum.

Dito isto, o primeiro capítulo, tem por objetivo a produção de uma análise voltada à compreensão do cenário intelectual e científico do século XIX e XX, buscando demarcar as diferentes reflexões e conclusões sobre o cenário social do Brasil.

[2] Para melhor entendimento do leitor, foi feito um quadro (cf. Anexo 1) que demonstra os usos e sentidos das categorias conceituais em análise nas fontes. Além disto, ao longo de todo o texto essas categorias serão destacadas a fim de criar aproximações teóricas e analíticas.

Compõem a seleção de autores referenciais para o estudo da historiografia brasileira neste capítulo: Joaquim Nabuco (2002), Nina Rodrigues (2008), Gilberto Freyre (2006) e Paulo Prado (2002). Esses autores foram escolhidos devido a possibilidade de aproximações teórico-conceituais com os autores das fontes selecionadas como base deste trabalho, sendo eles Manoel Bomfim, Oliveira Viana e Alberto Torres. Diante disso, o objetivo é demonstrar como as categorias conceituais em análise (*progresso*, *evolução*, *civilização*, *raça* e *mestiçagem*) aparecem no cenário intelectual brasileiro da época, produzindo um *corpus* teórico-conceitual compartilhado.

No segundo capítulo, Manoel Bomfim, Alberto Torres e Oliveira Vianna tomam a cena para demonstrar as aproximações e conexões históricas que levam à constituição deste *corpus* teórico conceitual elaborado ao longo do séc. XIX.

As fontes que serão trabalhadas com maior fôlego e terão centralidade nas análises desta pesquisa são: Manoel Bomfim, *A América Latina males de origem* (1993) e *O Brasil* (1940); Alberto Torres, *A organização nacional* (1978) e *O problema nacional brasileiro* (1978)[3]; Oliveira Vianna, *Ensaios inéditos* (1991) e *Populações meridionais do Brasil* (2002). O objetivo é compreender como a concepção de "hereditariedade" para Bomfim, "mentalidade nacional" para Oliveira Vianna e "caráter nacional" para Alberto Torres possibilitam a mobilização e articulação das categorias conceituais analisadas neste trabalho.

O terceiro capítulo objetiva reconhecer e demostrar as utilizações históricas dos termos e vocábulos, selecionados nas fontes, que consolidam o léxico (*progresso*, *evolução civilização, raça* e *mestiçagem*). A partir da apreciação mais minuciosa das seis obras/fontes, serão apresentadas essas cinco categorias conceituais formadoras do léxico que será analisado. Desse modo, o proposto é a historicização dos termos e vocábulos e a compreensão de como estes fundamentaram a composição do *corpus* teórico conceitual iniciado no século XIX, empregado e adaptado nas décadas iniciais do século XX.

Compreender os discursos de época é importante para evitarmos anacronismos e leituras errôneas das fontes e obras. De fato, entender como esse *corpus* se formou nos permite (re)pensar os modos de presença deste ainda hoje, seja para compreender, classificar, ordenar ou nomear elementos da realidade.

[3] Para melhor compreensão do texto e das análises, as obras serão trabalhadas como *A organização nacional* (1978a) e *O problema nacional brasileiro* (1978b)

1 RECONHECENDO A UNIDADE TEMÁTICA A PARTIR DE JOAQUIM NABUCO, PAULO PRADO, NINA RODRIGUES E GILBERTO FREYRE

Este trabalho tem por objetivo analisar o uso dos termos *Progresso, civilização, evolução, raça e mestiçagem*[4], bem como esses estão relacionados à construção da historiografia nacional. Esses não são apenas termos privilegiados da segunda metade do século XIX e da primeira metade do século XX, mas, conceitos específicos, ordenadores de sentido, que colaboram para compreender e refletir sobre a humanidade. Letrados e intelectuais[5] da época buscavam entender, a partir da articulação desses conceitos, como se constituía e organizava a sociedade.

No caso brasileiro, *progresso, civilização, evolução, raça e mestiçagem*, são termos fundamentais do arcabouço teórico, que se preocupa em compreender a formação e viação da nação brasileira. Esses termos, que aparecem em um quadro de discursos aproximados, conformam o léxico investigado nesse trabalho.

Dessa forma, o léxico é entendido como um conjunto de palavras capaz de traduzir e organizar, por meio da linguagem, uma experiência histórica e social. Assim, seu estudo permite conformar categorias conceituais que dão sentido à atividade realidade social. A hipótese central desta pesquisa é que há um léxico compartilhado entre os intelectuais que se dedicaram a compreender a História do Brasil, nas décadas finais do século XIX e iniciais do século XX. Desta forma, *progresso, civilização, evolução, raça* e *mestiçagem* conformam o léxico de análise deste trabalho.

Para tal, Paiva (2015) aponta para o estudo da linguística como meio de buscar sentidos e significados de palavras, expressões e conceitos. Desse modo, estudar o léxico norteador dos estudos e análises sobre o Brasil, do final do século XIX e início do XX, serve para encontrar os usos políticos e sociais, bem como analisar o emprego histórico dos termos. *Progresso, civilização, evolução, raça e mestiçagem* aparecem nas fontes desta pesquisa e nos demais estudos referenciais da época.

---

[4] Como já foi dito os conceitos supracitados aparecem com frequência na obra dos autores, sendo ferramenta produtora de sentido e explicação. Para deixar claro as possibilidades de aproximação discursiva entre os autores trabalhados neste capítulo - Joaquim Nabuco (2002), Nina Rodrigues (2008) (1939), Gilberto Freyre (2006) e Paulo Prado (2002) - os termos *Progresso, civilização, evolução, raça e mestiçagem* e suas variações serão destacadas em itálico.

[5] Durante o texto a concepção de "intelectual" terá um sentido amplo, como sujeitos produtores, mediadores e divulgadores de ideias.

O que se pretende é demonstrar a existência de *corpus* teórico-conceitual que tem sua estrutura baseada nos cinco termos supracitados *(progresso, civilização, evolução, raça e mestiçagem*). Entretanto, é importante pontuar que a utilização de uma mesma unidade linguística não garante um sentido ou uso único dos termos, uma vez que há polissemia e variações de emprego entre eles. Contudo é possível encontrar, em cada uma das obras trabalhadas neste trabalho, a utilização desses conceitos como ordenadores e nomeadores da experiência histórica e social brasileira.

Nesse contexto, o primeiro capítulo busca demonstrar, através de autores referenciais nos estudos históricos e sociais, como suas análises e leituras sobre o Brasil foram marcadas e valeram-se dessa unidade lexical. As obras Joaquim Nabuco (2002)[6], Nina Rodrigues (2008)[7] (1939)[8], Gilberto Freyre (2006)[9] e Paulo Prado (2002)[10] serão analisadas, a fim de reconhecer a produção dessa unidade linguística representada pelos conceitos *progresso, civilização, evolução, raça e mestiçagem*. Isto porque essas obras são predecessoras ou contemporâneas às fontes desta pesquisa – *América Latina males de origem (1993) e O Brasil (1940)* de Manoel Bomfim; *Populações Meridionais do Brasil (2002) e Ensaios Inéditos (1991)* de Oliveira Vianna; *A organização nacional (1978) e O problema nacional brasileiro (1978)* de Alberto Torres.

Nos cinquenta anos que marcam a diferença entre a data da primeira e da última das publicações das obras citadas, fica evidente a preocupação de cada um desses autores com a superação do atraso nacional. As reflexões críticas e teóricas a respeito da sociedade brasileira, do período em foco, valem-se do mesmo esquema argumentativo: como viabilizar o *progresso* e *evolução* do povo e da nação brasileira. *Raça*, clima, *evolução,* fatores morais e psicológicos compunham o escopo das investigações para o avanço e *progresso* da nação.

A utilização de Joaquim Nabuco, Nina Rodrigues, Gilberto Freyre e Paulo Prado, nesse momento inicial, serve para demonstrar como os conceitos *progresso, civilização, evolução, raça e mestiçagem* aparecem na base da construção do argumento, assim como ocorre nas fontes. Os autores selecionados para análise neste capítulo, são representativos de um panorama do pensamento de época. A leitura deles possibilitará compreender como esses conceitos-chave (*progresso, civilização,*

[6] *O abolicionismo* (2002). Publicado originalmente em 1883
[7] *Os africanos no Brasil (2008).* Publicado originalmente em 1906
[8] *Coletividades anormais (1939).* Publicado originalmente em 1939
[9] *Casa Grande e Senzala (2006).* Publicado originalmente em 1933
[10] *Retrato do Brasil (2002).* Publicado originalmente em 1928

evolução, raça e mestiçagem) estão presentes na construção da narrativa histórica brasileira. Assim, o que se pretende construir e sustentar, a partir desses conceitos investigados, é a existência de um quadro conceitual comum na elaboração intelectual, dentre as décadas finais do século XIX e iniciais do século XX.

1.1 Contexto internacional

É importante destacar o contexto, histórico e científico, do século XIX. Em 1859, o evolucionista Charles Darwin publicou a obra *A origem das espécies.* As ideias expressas no livro de Darwin tornaram-se paradigmáticas na Antropologia, Sociologia, História, nas Ciências em geral e na Política. Nas palavras de Schwarcz (1993) "as máximas darwinistas transformavam-se, aos poucos, em referência obrigatória, significando uma reorientação teórica consensual." (SCHWARCZ, 1993, p. 55).

Ao apoderar, subverter e profanar os conceitos presentes na publicação de Darwin, pensadores da época - darwinistas sociais e etnólogos culturais - valeram-se desses para produzir uma leitura escalonada das sociedades, atribuindo estágios de civilidade e barbárie mensurados por padrões de *evolução*. O "outro", atrasado e incivilizado, encaixava-se nas descrições do exótico, do selvagem, do que precisava ser vencido frente a uma sociedade que pulsava pelo *progresso* e desenvolvimento[11].

Rapidamente, essas ideias possibilitaram e influenciaram a produção de conceitos universalizantes que distanciavam as questões da liberdade, livre arbítrio e capacidades dos sujeitos. As patologias, a anormalidade e as tendências à degeneração eram predisposições presentes na *raça*. Nas palavras de Todorov (1993) "toda diferença é sentida como falha" (TODOROV, 1993, p. 124).

Por sua vez, Serge Gruzinski (2015), no livro *A águia e o dragão: ambições europeias e mundialização no século XVI* faz uma interessante colocação:

> Desde a Antiguidade, nós, isto é, os gregos, os romanos, os cristãos, os europeus, e depois os ocidentais, criamos o hábito de chamar os outros de 'bárbaros'. A distância entre as linguagens e os modos de vida para os gregos, a diferença religiosa para os cristãos, a inferioridade técnica, militar e cultural para os europeus do Renascimento e das Luzes e, no sec. XIX, a *raça*, reavivaram incansavelmente essa distinção. O termo 'bárbaro' tornou-

[11]A reorganização mundial após a estruturação das Repúblicas na América Latina e pós-primeira guerra coloca novos elementos. A construção da identidade nacional, o povo, os princípios da nacionalidade, o tipo nacional, a nação e a *raça* se articulam no discurso construtor e formulador, de acomodação desta "nova" realidade. O conceito de *raça*, que anteriormente era uma categoria tipológica, aproxima-se da perspectiva de nação. Fontes das mais diversas vozes, discursos e representações, a *raça* torna-se palco de disputa na constituição e fortalecimento de Estados Nacionais.

> se chave mestra a tal ponto que se aplica até a europeus quando se trata, em Maquiavel, de denunciar a intrusão de estrangeiros no solo da pátria. (GRUZINSKI, 2015, p.175)

De forma geral, apresenta-se aqui um processo de longa duração da "barbarização" das diferenças. Assim, como apontado por Todorov (1993), a não aceitação da diversidade humana sob uma concepção universalista - a existência de valores universais - encarnou por diversas vezes um teor etnocêntrico que buscava provar que valores particulares deveriam ser parâmetro para generalizações e julgamentos universais. Nas palavras de Todorov "grande parte do pensamento dessa época se dedica a representar o homem em 'geral', para além de suas variantes" (TODOROV, 1993 p. 22).

Essa formulação do modelo "hegemônico" e etnocêntrico tomou forma de discurso colonizador e se interpôs em discussões a respeito das disputas de poder - político, econômico e intelectual - entre europeus, asiáticos, africanos e americanos. Nesse sentido, "o 'bárbaro exterior', representado por meio do estereótipo pelo negro africano, pelo índio americano ou pelo mongol asiático, encontrava-se assim satisfatoriamente explicado e localizado nos estágios primitivos de *evolução*" (FERLA, 2009, p.35).

Nesse contexto, a "missão civilizatória" europeia seria parte do "fardo do homem branco", o que disseminou entre colonos a vontade de avançar nos "estágios de *evolução*". A *civilização,* como pontua Elias (1994), vinculava-se à domesticação das paixões, ao controle dos instintos, ao refinamento, às artes, às ciências e às letras[12].

1.2 Contexto nacional

No século XIX, principalmente após a instauração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), acadêmicos e literatos pensavam as estratégias de apreensão, compreensão e construção de uma História Nacional. Dessa forma, o objeto

[12] Francis Wolff, na obra "Quem é bárbaro?" (2004), formula uma interessante problematização acerca dos paradigmas contidos nas análises dos conceitos de *civilização* e barbárie: o autor argumenta que diferente da dicotomia estanque, concernente aos conceitos, na prática, um e outro podem se entrecruzar. Sociedades civilizadas não estão eximidas de cometer atitudes bárbaras. Apesar das críticas e releituras produzidas pelas Ciências Sociais e História aos conceitos tratados, Wolff os aceita e os toma como operativos de análise para se pensar a realidade. Indica que a necessidade de utilização dessas categorias se dá no limite do retrospecto histórico, pois foram noções utilizadas politicamente.

de central atenção era como se deveria escrever a história do país, assim, intelectuais se dispuseram a historiografar a experiência histórica brasileira. A escrita da "ciência histórica"[13] estaria associada à expectativa do movimento, à *evolução* e ao *progresso*. Assim, a proposta era que a História Nacional incorporasse as experiências tradicionais do passado e lidasse com os processos de ruptura e expectativas do futuro (pragmatismo histórico).

Nesse sentido, Januário da Cunha Barbosa afirma, no *Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* em 1839, "nossa história, dividindo-se em antiga e moderna, deve ser ainda subdividida em vários ramos e épocas, cujo conhecimento se torne de maior interesse aos sábios investigadores da marcha da nossa *civilização*." (BARBOSA, 2010, p.22). Por sua vez, Raimundo José da Cunha Matos, em 1839, escreve *Dissertação acerca do sistema de se escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil*, em que entende a história como uma "ciência de narrar ou descrever os acontecimentos presentes e os passados" (MATOS, 2010, p.123), evidenciando distinções entre seções principais (história geral) e subdivisões (história particular). Ademais, pontuava que a história do Brasil deveria ser escrita a partir de três distintas épocas: a primeira seria a dos aborígenes ou autóctones; a segunda referia-se às áreas do descobrimento e administração colonial e por último à soberania do povo brasileiro.

Em *Como se deve escrever a história do Brasil*, Von Martius (1843) faz algumas observações a respeito do percurso da História Brasileira, e aponta que, apesar de inestimáveis, as obras que tratavam de forma particular as províncias, os fatos e os acontecimentos, não satisfaziam "as exigências da verdadeira historiografia". (VON MARTIUS, 2010, p. 82). Para o autor, a história se cerca de crônicas, fatos insignificantes e monotonia, e tais características prejudicam sua narração. Sendo assim, para Von Martius (2010), a história nacional seria "a história de um ramo de portugueses; mas se ela aspirar a ser completa e merecer o nome de uma história pragmática, jamais poderão ser excluídas as suas relações para com as *raças* Ethiopica e India." (VON MARTIUS, 2010, p. 82).

No intuito de compreender todo esse processo, é necessário conhecer o contexto nacional naquele período. Para Von Martius (2010), a formação do Brasil era peculiar

[13] Como já dito, esse termo aparece nas fontes e é importante mantê-lo. Todavia reconhece-se que "Ciência histórica" é um termo datado, que faz parte da história da historiografia, assim ele será empregado a fim de demarcar o processo de escrita da História pensada a partir de um ideal científico.

por ser resultado do encontro e da mescla das três *raças*: “a de cor de cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e enfim a preta ou Ethiopica.” (VON MARTIUS, 2010, p. 64). O autor acredita que cada uma destas *raças*, componentes da formação do povo brasileiro, possuía uma índole particular, bem como um movimento histórico característico. O português seria aquele que “poderosamente influiria”, enquanto “descobridor, conquistador e senhor”, porém, dentro da perspectiva de uma histografia-pragmática, não podiam ser desprezadas as influências físicas, intelectuais e morais de indígenas e negros no total da população.

Por sua vez, o autor Silvio Romero (1979), ao analisar a formação da nacionalidade brasileira, aponta incisivamente para a robusta influência lusitana e para o fator transformador que seria o processo de integração e miscigenação de brancos com negros e índios:

> Assim, se estudarmos nossas origens, desde que foram lançadas as bases da nossa nacionalidade, encontramos o nosso genuíno ascendente europeu: a gente de Camões e não outra qualquer... Quem somos nós? Um prolongamento da *civilização* lusitana, um povo luso-americano, o que importa dizer que este povo, que não exterminou o indígena, encontrado por ele nessa terra e ao qual se associou, ensinando-lhe a sua *civilização*, que não repeliu o negro, a quem comunicou os seus costumes e a sua cultura, predominou, entretanto, pelo justo e poderoso influxo da religião, do direito, da lida, da moral, da política, da indústria, das tradições, das crenças, por todos aqueles invencíveis impulsos e inapagáveis laços que movimentam almas e ajuntam homens. (ROMERO, 1979, p. 211, grifos nossos)

Romero (1953) afirma que o Brasil seria, essencialmente, um país mestiço, “os brancos puros e os negros puros que existem no país, e ainda não estão mesclados pelo sangue, já estão *mestiçados* pelas ideias e costumes, e o estudo dos hábitos populares e da língua fornece a prova dessa verdade" (ROMERO, 1953, p. 60-61, grifo nosso). Desse modo, compreendia que o Brasil era um país diverso e em formação, pois não tinha um tipo étnico definido e determinado originalmente. Contudo, afirmava que por meio de um extenso e longo processo, as *raças* indígena e negra, dadas como inferiores, se fundiram e assim deram origem ao mestiço: uma figura genuína na formação da nação. Essa figura avançaria rumo ao *progresso* e à *evolução*, a partir do processo de regeneração.

Os teóricos, preocupados com a (con)formação nacional, entre o final do século XIX e décadas iniciais do século XX, apontam a impossibilidade de se compreender o Brasil sem a interação e a integração das três *raças*, ou seja, é necessário refletir as particularidades e originalidades da formação brasileira.

Os intelectuais brasileiros tiveram como tarefa demonstrar como as peculiaridades do país não eram limitadoras com o objetivo de se fazer nação e estar no *hall* das sociedades *civilizadas*. Para tanto, buscaram evidenciar que, por meio da capacidade de assimilação e mistura, da incorporação do negro e do indígena ao *corpus* social do Brasil, seria possível demonstrar nossa capacidade de *evolução* e aprimoramento– moral, cívico e político - rumo ao *progresso* e à *civilização*.

Por seu lado, Raimundo José da Cunha Matos (2010) indicava a dificuldade de constituir a história da primeira época dos aborígenes ou autóctones por "falta de monumentos bíblicos ou lapidares que sirva ao menos para dar uma certa cor de probabilidade às nossas conjecturas" (MATOS, 2010, p. 127). Segundo o autor, quando os portugueses chegaram à terra de Santa Cruz, encontraram certa diversidade de idiomas e tribos, com quem estabeleceram relações amigáveis e também hostis.

> Os jesuítas encontraram a maior parte das tribos brasileiras em estado perfeitamente selvagem; antropófagos e ferozes em uns lugares, pacíficos e mais industriosos em outros, e em tudo mui distantes do estado policial das nações que dominavam as planícies do Cusco, os chapadões do Quito, os montes de Popoyan, e os vales de Guatemala e do México ou de Anahuac. (MATOS, 2010, p. 128)

Segundo o autor, essa *raça* "perfeitamente selvagem" não deixava vestígios para averiguar os fatos memoráveis de seu povo, pois estavam "pouco acima dos irracionais". Aponta ainda que "sempre foram tão bárbaros que nunca se encontrou, na vasta extensão do império, uma pedra colocada por eles sobre outra para servir de monumento religioso ou histórico." (MATOS, 2010, p. 131).

Já, Von Martius (2010), apesar de considerar os aborígenes do Brasil a prova cabal da possibilidade do desenvolvimento humano – por meio do contato e apuração do estado moral e psíquico com os portugueses –, discorre sobre as dificuldades de se estudar a "história dos habitantes primitivos do Brasil, história que por ora não dividida em épocas distintas, nem oferecendo monumentos visíveis, ainda está envolta em obscuridade" (VON MARTIUS, 2010, p. 67).

> A circunstância, porém, de não terem achado ainda semelhantes construções no Brasil certamente não basta para duvidar que também neste país reinava em tempos muito remotos uma *civilização* superior, semelhante à dos países que acabo de mencionar (México, Bolívia e Equador). Na verdade, mostra a experiência que, mormente, países elevados se encontram vestígios de uma tal *civilização* dos autóctones americanos, mas apesar disso não somos autorizados por argumento algum a duvidar da sua possibilidade no Brasil. (VON MARTIUS, 2010, p.71, grifos nossos)

Dessa forma, Von Martius (2010) diz que a falta de registros indica a não história e o não passado indígena. Assim, uma fonte de acesso ao passado seria a partir de documentos históricos manifestos: a língua e a gramática e suas coincidências e dissidências entre os povos indígenas.

A produção historiográfica brasileira, datada entre a segunda metade do século XIX e os anos iniciais do século XX, buscou estruturar uma espécie de síntese nacional. A seu modo, cada intelectual buscou conceber a história brasileira perpassando por momentos, temáticas e teorias fulcrais. Os complexos trânsitos - sociais, culturais, políticos e econômicos -, brasileiros de formação, não poderiam ser desconsiderados.

Dito isso, este capítulo tem por objetivo demonstrar a existência de um quadro de referência comum, que se vale da utilização das categorias conceituais *progresso, civilização, evolução, raça e mestiçagem* na produção dos estudos sócio históricos do Brasil na época. Buscando formular um quadro representativo da intelectualidade brasileira a partir da segunda metade do século XIX, serão chamados à discussão Joaquim Nabuco, Nina Rodrigues, Gilberto Freyre e Paulo Prado. A escolha desses autores é justificada pelo fato de serem nomes referenciais e também porque podem demonstrar como essas categorias conceituais citadas se articulam e dão sentido às análises da história da sociedade brasileira. Outro ponto importante é a possibilidade de diálogo teórico-conceitual entre eles e as fontes deste trabalho.[14]

De fato, o que se busca é compreender como as categorias conceituais em análise aparecem nas leituras e interpretações da formação da estrutura e sociedade brasileira, no diálogo entre natureza e cultura e no estudo das peculiaridades da miscigenação brasileira, a partir das obras de Joaquim Nabuco (2002)[15], Nina Rodrigues (2008)[16] (1939)[17], Gilberto Freyre (2006)[18] e Paulo Prado (2002)[19]. Assim, o que se pretende não é acentuar as dissonâncias analíticas entre os autores trabalhados, mas buscar lugares de convergência em que são expressas e articuladas as categorias conceituais de *progresso, civilização, evolução, raça e mestiçagem*.

---

[14] *A América Latina males de origem* (1993) e *O Brasil* (1940); as de Alberto Torres *A organização nacional* (1978a) e *O problema nacional brasileiro* (1978b) e por fim Oliveira Vianna com *Ensaios inéditos* (1991) e *Populações meridionais do Brasil* (2002).
[15] *O abolicionismo* (2002). Publicado originalmente em 1883
[16] *Os africanos no Brasil (2008).* Publicado originalmente em 1906
[17] *Collectividades anormaes (1939).* Publicado originalmente em 1939
[18] *Casa Grande e Senzala (2006).* Publicado originalmente em 1933
[19] *Retrato do Brasil (2002). Publicado originalmente em 1928*

1.2.1 – Formação da estrutura e sociedade brasileira

> ***Civilização*** *e* ***progresso****, termos privilegiados da época, eram entendidos não enquanto conceitos específicos de uma determinada sociedade, mas como modelos universais. Segundo os evolucionistas sociais, em todas as partes do mundo a cultura teria se desenvolvido em estados sucessivos, caracterizados por organizações econômicas e sociais especificas. Esses estágios, entendidos como únicos e obrigatórios – já que toda a humanidade deveria passar por eles -, seguiam determinada direção, que ia sempre do mais simples ao mais complexo e diferenciado. Tratava-se de entender toda e qualquer diferença como contingente, como se o conjunto da humanidade estivesse sujeito a passar pelos mesmos estágios de* ***progresso evolutivo****. (SCHWARCZ, 1993, p. 53, grifos nossos)*

Joaquim Nabuco foi célebre jurista brasileiro e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Seu livro *O abolicionismo* centra-se nas perversas consequências do escravismo no Brasil. Nabuco (2002) afirma que a escravidão devastou a vitalidade do povo brasileiro afastando-o da tomada de consciência da necessidade da liberdade.

A história do Brasil é inevitavelmente marcada e afetada pelo longo processo da escravidão; "nosso caráter, o nosso temperamento, a nossa organização toda física, intelectual e moral" (NABUCO, 2002, p. 96) não poderiam ser compreendidos de forma a desconsiderar os trezentos anos de escravidão. Nabuco (2002) afirma que os infortúnios da sociedade foram iniciados com a chegada da escória portuguesa, o que marcou origem a sociedade e *civilização* brasileira.

> No princípio da nossa colonização, Portugal descarregava no nosso território os seus criminosos, as suas mulheres erradas, as suas fezes sociais todas, no meio das quais excepcionalmente vinham imigrantes de outra posição e, por felicidade, grande número de judeus. (NABUCO, 2002, p. 95)

Desse modo, pode se perceber que para Joaquim Nabuco o processo de formação do Brasil teve de lidar com as "fezes sociais" portuguesas, seus degredados, sua marginalidade e perversidade.

Ademais, Nabuco (2002) apontava para os malefícios advindos da instituição social escravidão. Essa seria para ele a responsável pela degeneração social e política do país. A escravidão estabelece uma relação paradigmática, pois sendo ela o cerne do

atraso, também é base do funcionamento interno brasileiro. As relações de dominação e de dependência mútua são as premissas de uma estrutura de organização econômica, política, jurídica e moral que impedem o *progresso* e a formação da nação.

A instituição social da escravidão "fossilizou" a sociedade brasileira. A corrupção moral, a deformação política/econômica e jurídica. A presença dos "feudos agrícolas" e o "feudalismo do voto" obscureciam as noções de inteligência e nacionalismo, bem como afastavam as possibilidades de *progresso* e *civilização* da nação.

Segundo Nogueira (1984), as leituras de Joaquim Nabuco apontavam a escravidão como ímpar de desumanidade e pedra fundamental do atraso institucional e social do Brasil. Quanto maior fosse a distância com a experiência colonial pregressa, mais a escravidão mostraria a incompatibilidade com o mundo novo, econômica e moralmente.

De fato, Joaquim Nabuco busca formular explicações a partir de uma análise sociológica da formação da sociedade e das instituições. Nesse sentido, sugere que a reversão do atraso nacional se daria fundamentalmente pelas mudanças institucionais e seus efeitos. As mudanças estruturais seriam as transformações necessárias em direção ao *progresso* e modernização nacionais, alavancando o Brasil ao *status* de nação civilizada. Portanto, a ênfase nas estruturas e instituições, a partir de um viés político-sociológico, na obra de Nabuco, apontam para a centralidade analítica das configurações sociais.

Paulo Prado, em *Retrato do Brasil* (2002), busca entender as estruturas e relações sociais a partir de um "fenômeno androcêntrico, de origem portuguesa e indígena" (PRADO, 2002, p.37). Esse se daria a partir da controvérsia, vivida pelos portugueses, entre o Velho e o Novo Continente. O "pudor civilizado" do português chocava-se com a "tumescência voluptuosa" dos indígenas, da natureza e do clima. Nas terras quentes do trópico, a amoralidade, os temperamentos impoliciados e a sensualidade animal indígena eram a indução para o deleite carnal.

> A história do Brasil é o desenvolvimento desordenado dessas obsessões subjugando o espírito e o corpo de suas vítimas. Para o erotismo exagerado contribuíram como cúmplices (...) três fatores: o clima, a terra, a mulher indígena ou escrava africana. Na terra virgem tudo incitava ao culto do vício sexual. Ao findar o século das descobertas o que sabemos do embrião da sociedade então existente é um testemunho dos desvarios da preocupação erótica. Destes fenômenos de esgotamento não se limitam às funções sensoriais e vegetativas; estendem-se até o domínio da inteligência e dos sentimentos. Produzem no organismo perturbações somáticas e psíquicas,

> acompanhadas de uma profunda fadiga, que facilmente toma aspectos patológicos, indo do nojo ao ódio." (PRADO, 2002, p.66)

Para Prado (2002), o conquistador e colonizador português vivia em constante estado de "superexcitação", admoestado pelo clima, pela natureza e pelos povos brasílicos, distanciados dos contornos da *civilização*.

O autor indica que a vinda da corte portuguesa para o Brasil modificou o processo natural da colonização. Se nos primeiros séculos a "*civilização*" centrava-se na faixa litorânea, com a chegada na família real "acentuou a desordem dos espíritos pela transplantação de um organismo vetusto e anacrônico para a ingenuidade primária das populações." (PRADO, 2002, p.80).

Segundo o autor, esse transplante anacrônico, para as ingênuas populações primárias, tem sua valoração fixada "em sadia e sólida da emigração – homens de Estado, de valor, artistas de fama, bom senso atrasado, mas útil na desordem colonial, aspectos inéditos de uma vida requintada, toda a súbita surpresa dessa invasão" (PRADO, 2002, p. 80). Entretanto, o desfecho seria orientado pela volúpia e pelas "delícias da *mestiçagem*".

As análises de Paulo Prado sobre o Brasil contam sobre horrores e vícios dos primeiros portugueses que chegaram ao Brasil, embebidos pelo espírito da liberdade individual e religiosa da Renascença. Os encontros com a densa natureza selvagem e com a sensualidade indígena foram incentivos à animalidade dos europeus. A cobiça, a luxúria, o desejo de ganho fácil e rápido foram motores das motivações pessoais.

A experiência colonial foi, para Prado (2002), a origem dos males e do atraso nacional. Constituída por uma corte decadente, assombrada pela nefasta instituição da escravidão, a paradoxal relação com a natureza e o estilo de empreendimento europeu no Brasil deram origem a uma sociedade com forte representação dos elementos bárbaros (frutos da imaginação e do misticismo) na formação espiritual e nacional do povo brasileiro.

Assim, a viabilidade da nação e da *civilização* brasileira ficavam à mercê da animalidade coletiva, da imaginação romântica e melancólica. Portanto, o que se tinha era uma cultura inacabada que não era capaz de promover uma libertação - dado que não possuía um sistema de tradição estável e auto referenciado. Sem uma cultura nacional, o país estava em processo de ruína e desordem. A *mestiçagem*, a natureza e a estrutura política eram consequências da exploração incompetente, da vida social nula e do patriotismo indolente.

Nesse passo, sob as análises do médico e antropólogo Nina Rodrigues, a preocupação com o futuro do país se baseava na degenerescência da população. A escravidão preexistente na África não conseguiu ser desmantelada em terras brasileiras. A mão-de-obra escrava seria, para o autor, um elemento constitutivo de diferenciação dos estados de *civilização* entre europeus e africanos.

Segundo Nina Rodrigues (2008), essas condições de desenvolvimento desiguais não poderiam ser justificativas para a "revoltante exploração" sofrida pelos negros no Brasil. Essas discrepâncias deveriam ser compreendidas como "produto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas diversas divisões ou sessões". (RODRIGUES, 2008, p.22).

De fato, sua explicação racional e científica encontra no "*mestiçamento*" da população o ponto de fratura da sociedade e da nação brasileiras. A mistura de diferentes povos, em diferentes graus de *civilização* e *evolução* sociológica, trariam ao Brasil calamidades similares às da Europa na Idade Média. O hibridismo social e a combinação das diferentes *raças* promoveriam manifestações culturais, físicas e mentais/psicológicas degeneradas.

Rodrigues, em seu livro *As collectividades anormaes* (1939), afirma que nas regiões mais afastadas do litoral, a organização social e política que se desenvolve é encabeçada por uma abastada burguesia, que impõe sobre a massa popular um regime bárbaro, semelhante a um de uma *civilização* medieval. Assim,

> Todas as *graandes* instituições que na *civilização* deste fim de século garantam ma liberdade individual e dão o cunho da igualdade dos cidadãos perante a lei, sejam políticos como o direito ao voto, o governo municipal *autonomo*, etc., sejam judiciários como o funcionamento regular dos *tribunaes*, tudo isso é mal compreendido, *sophismado* e anulado nessas longínquas paragens. O que predomina soberania e a vontade são, os sentimentos ou os interesses *pessoaes* dos chefes, régulos ou mandões, diante dos *quaes* as maiores garantias da liberdade individual, todas as formas regulares de processo, ou se transformaram em recurso de perseguição contra *innocentes*, si *desaffectos*, ou se *annullam* em benefício de *crimimnosos* quando amigos. E a mais *das* vezes a execução dessa vontade soberana é *summarissima*, e em nada diferem os processos escolhidos do que eram os adoptados pelo selvagem que antes do Europeu possuiu este *paiz*. (RODRIGUES, 1939, p. 67, grifos nossos)

Dessa forma, o autor afirma que a população sertaneja, por estar em inferior estado de *evolução* social e por sua reduzida capacidade mental, não consegue conceber a abstração jurídica da representação política.

No livro *As ilusões de liberdade* (2013), a autora Mariza Corrêa afirma que Nina Rodrigues é um testemunho de seu tempo. Assim, a influência das teorias

evolucionistas, racialistas e do darwinismo social apareciam na construção de suas análises sobre a constituição nacional. A partir do viés antropológico, se valendo do método etnográfico e produzindo um minucioso trabalho de campo, Nina Rodrigues desenvolveu uma extensa pesquisa entre as diversas populações e grupos étnicos traficados da África. As contribuições do autor foram de grande valia para a valorização do campo dos estudos sobre negros e africanos no Brasil.

O que pode ser observado, também, o livro do autor, *Os africanos no Brasil* (2008), é o desvelo da unicidade e homogeneização de negros e africanos. Nina Rodrigues (2008) conclui que há um escalonamento tecnológico, linguístico e cultural entre as etnias. Assim, haveria diferenciação nos graus de *evolução* e *civilidade*. A multiplicidade étnica de grupos africanos era um problema que deveria ser estudado e entendido pela ciência.

Apesar de separadas por um curto espaço temporal, as obras de Nina Rodrigues e Gilberto Freyre apresentam perspectivas teóricas e analíticas bastante distintas. Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala*[20] (2006), afirma que somente depois de um século em contato com os trópicos os portugueses acomodaram um sistema econômico, civil e social no Brasil (FREYRE, 2006, p. 65). A conformação da sociedade brasileira marcava a aclimatação portuguesa. Mais estabilizada e sólida que as organizações sociais geradas na Índia e na África, a aptidão do colonizar se dá por meio da "estabilidade patriarcal da família, a regularidade do trabalho por meio da escravidão, a união do português com a mulher índia, incorporada assim à cultura econômica e social do invasor". (FREYRE, 2006, p. 65).

Ademais, Freyre (2006) aponta para a plasticidade e para o passado de trânsitos e contatos com africanos, sarracenos, mouros e asiáticos ("caráter da genuína expansão étnica" portuguesa) como fator de sucesso para a colonização.

> A singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos, explica-a em grande parte o seu passado étnico, ou antes, cultural, de povo indefinido entre a Europa e a África. Nem intransigentemente de uma nem de outra, mas das duas. A influência africana fervendo sob a europeia e dando um acre requeime à vida sexual, à alimentação, à religião; o sangue mouro ou negro correndo por uma grande população brancarana quando não predominando em regiões ainda hoje de gente escura; o ar da África, um ar quente, oleoso, amolecendo nas instituições e nas formas de cultura as durezas germânicas; corrompendo a rigidez moral e doutrinária da Igreja medieval; tirando os ossos ao Cristianismo, ao feudalismo, à arquitetura gótica, à disciplina canônica, ao

[20] Originalmente publicado em 1933

> direito visigótico, ao latim, ao próprio caráter do povo. A Europa reinando, mas sem governar; governando antes a África. (FREYRE, 2006, p. 66)

O processo de colonização brasileira, para o autor, não se deu no nível estritamente econômico. O resultado obtido é produto da formação de estruturas políticas, da cultura e da formação da sociedade brasileira (família colonial, economia agrícola, patriarcalismo e trabalho escravo) associados à moral e às experiências portuguesas.

De acordo com Schwarcz e Botelho (2009), Freyre, ao afirmar a forte influência africana no Brasil, não matiza os antagonismos e tensões constitutivos da heterogênea sociedade brasileira. Segundo os autores, Freyre compreende a sociedade brasileira a partir da gênese de uma colonização mestiça, indica as conflituosas relações entre brancos e negros baseando em estruturas racistas de longa permanência.

Desse modo, o autor apresentou as dificuldades de se produzir um tipo ideal de unidade nacional combinado a diversidade étnico-cultural das sub-regiões brasileiras. A nação era fragmentada e em cada subdivisão tinha traços, padrões de vida e de valores distintos. Sobre isso não possuía críticas pessimistas, indicava, porém, que essa organização apresentava os naturais antagonismos e/ou conflitos sociais e culturais das regiões físicas.

Além disso, Freyre se debruçou sobre a questão da constituição do patriarcalismo no Brasil e aponta a intensa influência da família na formação, configuração e conformação do modelo de sociedade e sociabilidade brasileiro. Nesse sentido, o português (com sua bagagem colonizadora) regeria a economia, a condição da mão de obra – escrava-, a agricultura baseada na monocultura e o aspecto social tendo por base sua família patriarcal.

Essa família patriarcal ativava uma forma de organização hierárquica: o senhor das terras, sua família nuclear, os bastardos, os agregados, os escravos domésticos e os escravos de lavoura. Freyre aponta para a formação ambígua desta situação. Apesar da hierarquia fixada e da distância social, havia equilíbrio, proximidade e íntima comunicação entre os diversos compositores das classes. Os hibridismos presentes na conformação da nação: campo e cidade, branco e *mestiço*, regionalismo e conformação da nação na obra de Freyre parecem conviver em harmonia e em sincretismo. Apesar da hierarquização contida (entre senhores de engenho, escravos, bastardos e agregados) havia uma estrutura de convívio permeável, a oligarquia rural, para além da distância

social, convivia com os componentes de outros estratos sociais de forma próxima e íntima em uma espécie de equilíbrio instável.

O *progresso* e a modernização seriam consequências dessa convivência harmoniosa e heterogênea. A inclusão de *mestiços* para a conformação da nação, segundo Freyre, era essencial para se assumir o caráter original brasileiro. Porém, vale-se desses aspectos sociais e culturais para indicar que negros e *mestiços* estavam desabituados à política e conformados a uma tradição autoritária, não possuindo apanágio para assumir a condição de cidadania plena.

A produção das leituras e diagnósticos nacionais, a partir da segunda metade do século XIX e décadas iniciais do século XX, trabalhou com pressupostos teóricos e metodológicos muito diversos. Esses influenciaram diretamente nas sínteses e conclusões produzidas por cada teórico. Entretanto, pode-se perceber uma "nova linguagem científica" (PAIVA, 2015) capaz de organizar e dar sentido às narrativas intelectuais construídas.

Assim, há dimensões de compartilhamento que extrapolam a esfera estritamente científica e entrecruzam contextos intelectuais, políticos e sociais. As obras de Joaquim Nabuco (2002), Nina Rodrigues (2008) (1939), Gilberto Freyre (2006) e Paulo Prado (2002) descrevem a formação da sociedade brasileira, demarcando as condições coloniais, os efeitos da escravidão e a inegável *mestiçagem* racial e cultural.

De acordo com Murari (2009), "a acentuada heterogeneidade social, a herança escravista, a paradoxal convivência do paradigma moderno e de culturas 'arcaicas', a precariedade do sistema político-institucional, a própria a dificuldade de reconhecer-se como povo" (MURARI, 2009, p. 36) causavam distensões entre a realidade e o desejo de modernização.

Segundo Paiva (2006), o período colonial brasileiro foi marcado pela pluralidade, uma vez que tradições criadas e adaptadas marcam os distintos posicionamentos sociais ao mesmo tempo em que reforçam e propiciam o contato e a mistura entre os não-iguais. Entretanto, ao longo do século XIX, como indicam Ramos e Maio (2005), o que se desenvolveu por meio das lentes de viajantes e cientistas europeus[21] foi a ideia de um país de população evolutivamente atrasada.

[21] Nomes como Henry Buckle, Louis Agassiz, Gustave Aimard, Arthur Gobineau, entre outros.

1.2.2 – Natureza e sociedade

> *Com a generalização do princípio da uniformidade da natureza e do espaço no tempo, elaboram-se formas de pensamento que se esforçaram por explicar ao mesmo tempo a história humana e a história natural da qual ela faria parte. A ideia de* ***progresso*** *foi então concebida a partir do princípio de que este era um desenvolvimento natural do homem, pois nele estariam inscritas as leis da natureza – logo, não havia distinção epistemológica entre cultura e natureza, sendo o sistema do conhecimento pelos naturalismos fundamentado na busca de leis de caráter homogêneo e universal que descreviam uma ordem natural em desdobramento linear no tempo. (MURARI, 2009, p. 128, grifo nosso)*

Há uma longa tradição de leituras das interações sociais com clima e meio enfatizando determinismos climáticos e geográficos, segundo Santos e Maio (2010), tais concepções influenciaram as leituras do mundo social. As representações de escritores, naturalistas e viajantes sobre a fauna, flora, clima e os elementos geográficos brasileiros tiveram impacto significativo no pensamento intelectual e científico. As possibilidades de desenvolvimento de uma *civilização* nos trópicos foram avaliadas e (re)formuladas por teóricos e intelectuais desde o século XVIII. Os contrastes entre natureza e cultura permeavam a dicotomia entre *civilização* e barbárie.

Ainda que não sejam um elemento central nas análises de Joaquim Nabuco (2002) as condições de desenvolvimento e adaptabilidade aos trópicos aparecem.

> Diz-se que a *raça* branca não se aclimaria no Brasil sem a imunidade que lhe proveio do cruzamento com os indígenas e os africanos. Em primeiro lugar, o mau elemento de população não foi a *raça* negra, mas essa *raça* reduzida ao cativeiro; em segundo lugar, nada prova que a *raça* branca, sobretudo as *raça*s meridionais, tão cruzadas de sangue mouro e negro, não possam existir e desenvolver-se nos trópicos. Em todo o caso, se a *raça* branca não se pode adaptar aos trópicos, em condições de fecundidade ilimitada, essa *raça* não há de indefinidamente prevalecer no Brasil: o desenvolvimento vigoroso dos mestiços há de pôr fim sobrepujá-la, a imigração europeia não bastará para manter o predomínio perpétuo de uma espécie de homens, à qual o sol e o clima são inferiores. A ser assim, o Brasil ainda mesmo hoje, como povo europeu, seria uma tentativa de adaptação humana forçosamente efêmera; mas nada está menos provado do que essa incapacidade orgânica da *raça* branca para existir e prosperar em uma zona inteira da terra. (NABUCO, 2002, p. 97, grifos nossos)

Desse modo, Nabuco afirma que não seria possível a *raça* branca adaptar-se sem as *mesclas* com indígenas e negros. Para o autor, a *raça* branca não deve prevalecer no

Brasil, pois o crescimento da população de *mestiços* irá sobrepujá-la. Sobre a imigração europeia, é categórico ao dizer que seria uma "tentativa de adaptação humana, forçosamente efêmera", pois há uma incapacidade orgânica da *raça* branca sob a zona tórrida dos trópicos. Entretanto, afirma que nos estados do Sul do país - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul- a suavidade do clima propicia a difusão do sangue novo do europeu imigrante.

Por sua vez, o autor Paulo Prado (2002) indica que o clima tropical, a sensualidade indígena e a solidão dos primeiros portugueses aportados em terras brasileiras teriam propiciado as uniões de "pura animalidade". O clima quente dos trópicos era o aval para a nudez indígena (amoral e luxuriosa), e os jovens portugueses, afim de se libertarem da severidade da moral europeia, produziram uma situação de descontrole dando início ao surgimento de uma população brasileira marcada pela *mestiçagem*.

> Tudo favorecia a exaltação do seu prazer: os impulsos da *raça*, a molícia do ambiente físico, a contínua primavera, a ligeireza do vestuário, a cumplicidade do deserto e, sobretudo, a submissão fácil e admirativa da mulher indígena, mais sensual do que o homem como em todos os povos primitivos e que em seus amores dava preferência ao europeu (...) (PRADO, 2002, p. 43, grifo nosso)

A psicologia do brasileiro é baseada na formação de um "ente novo". Segundo Prado (2002), ao primeiro contato com o ambiente físico e social da colônia, os europeus foram estimulados por novas e diversas influências. À mercê do clima e do desregramento social, dois sentimentos tirânicos o dominavam: o sensualismo e a paixão por ouro; enquanto luxúria e cobiça eram obsessões desordenadas que subjugavam o corpo e o espírito de europeus e dos primeiros brasileiros.

O clima, a terra, a mulher indígena e a escrava africana eram fatores originários do erotismo exagerado. O autor afirma que esse "culto do vício sexual" deixou traços indestrutíveis no caráter, na inteligência e no sentimento do povo brasileiro. A falta de preocupações políticas, intelectuais e artísticas e a ausência de sentimentos afetivos de ordem superior produziram, ao longo do tempo, uma *raça* melancólica, descontente, vivendo na fixa ideia de enriquecimento e marcada pelos abusos venéreos.

A natureza, enquanto uma entidade de obstáculo à ocupação do território brasileiro, se mostra na descrição enfática do calor excessivo e dos sentidos limitados pela densidade da flora, conforme apontado por Freitas (2010). Em outras passagens, a exuberância da fauna e da flora remetem à visão de um paraíso tropical turbado pelo

clima excitador dos sentidos. A voluptuosidade do ambiente se manifestava aos colonos, e tinha apelo indígena seu prolongamento, desse modo, a *raça* produto desse meio era igualmente selvagem, sensual e movida pelas forças da animalidade.

A influência do meio também aparece em Nina Rodrigues, na obra *As collectividades anormaes* (1939), ao estudar a rebelião de Canudos, indica que Antônio Conselheiro era vítima de uma confusão histérica epidêmica. A existência dessas coletividades anormais, nas mais diversas províncias, era possível pois havia uma anormalidade no ambiente brasileiro. Algo que atuava enfraquecendo seu organismo e exaltava suas faculdades psíquicas. Rodrigues (1939) afirma que uma das causas é o clima abrasador que provoca a indolência e a anemia (principalmente na população do norte do país).

Ao descrever o jagunço, o tipo social híbrido dos sertões, aponta o componente *selvagem* em sua composição psicológica e moral. Indomável como o índio *selvagem*, nômade e errante, não se deixa afligir por sofrimentos físicos como a fome e a sede. Traz consigo a inclinação pela aventura da guerra e o predomínio de suas vontades e sentimentos.

Além disso, Nina Rodrigues (2008) afirma que deviam ser analisadas todas as complexidades do "homem-organismo". Suas estruturas íntimas são formuladas por heranças ancestrais transmitidas pela história e pela sucessão da *evolução* animal. Elementos biológicos, sociais e orgânicos influenciam na composição dos sujeitos.

O autor afirma a capacidade de aclimatação dos brancos em terras tropicais, ainda que o clima seja inóspito. Entretanto, aponta que, nos estados do Sul, de temperaturas mais temperadas, ao longo dos anos o clima e a *civilização* vão extirpar a população negra e *mestiça*, dando lugar a uma "nação branca, forte e poderosa".

Todavia, a *civilização* luso-tropical trabalhada por Gilberto Freyre (2006) enfrenta a problemática do desenvolvimento e *civilização* nos trópicos. A vegetação, o clima, os fatores físicos e geográficos, tão distintos das condições naturais europeias, produzem situações e condições peculiares.

Para o autor, o clima tropical favoreceria os contatos íntimos e informais, desenvolvendo novas relações sociais e psicológicas, conforme pode ser observado no trecho abaixo:

> Os portugueses... assim que se estabeleceram no Brasil começaram a anexar ao seu sistema de organização agrária de economia e de família uma dissimulada imitação de poligamia, permitida pela adoção legal, por pai cristão, quando este incluía, em seu testamento, os filhos naturais, ou

> ilegítimos, resultantes de mães índias e também de escravas negras. Filhos que, nesses testamentos, eram socialmente iguais, ou quase iguais, aos filhos legítimos. Aliás, não raras vezes, os filhos naturais, de cor, foram mesmo instruídos na Casa Grande pelos frades ou pelos mesmos capelães que educavam a prole legítima, explicando-se assim a ascensão social de alguns desses mestiços (FREYRE, 1969, p. 181).

Segundo Schwarcz (2010), os humores, costumes, culinária, arquitetura e vestuário foram analisados sobre o crivo tropical de Freyre. A historiadora ainda afirma que Freyre assinala a facilidade de adaptação do negro às condições físicas e ao clima brasileiro. Uma vez que é mais bem preparado que o nômade ameríndio à vida agrícola e doméstica. O negro adaptou-se e modificou a paisagem, ajudando a construir uma *civilização* agrícola, latifundiária da monocultura da cana-de-açúcar.

1.2.3 – Raça e mestiçagem

> *Desde os primórdios da conquista do Novo Mundo pelos ibéricos a questão dos* ***mestiços/mestizos*** *e das misturas entre os povos e culturas esteve presente no cotidiano de autoridades e da população no geral e apareceu frequentemente na documentação: terminologia, taxonomias, ideias, representações, legislação, julgamentos, projetos, estratégias, tudo relacionado à presença, cada vez mais importante, dos mestiços americanos, muitos dos quais bastardos de conquistadores e índias e, mais tarde, deles ou de seus descendentes com negras, crioulas e mestiças. Houve sempre discursos desfavoráveis às* ***mesclas****, mas houve também os que as defendiam oficialmente, uma vez que produziam agentes colonizadores nascidos nos domínios americanos, dispostos a ocupar e proteger as terras e a (re)produzir nelas. (PAIVA, 2013, p. 342, grifos nosso)*

A categoria *raça* é a mais ambígua e trabalhada pelos intelectuais brasileiros do período em destaque. As combinações possíveis dos três troncos iniciais (indígena, branco e negro) produziram, segundo Bernand (2015), uma "população heterogênea e impossível de classificar". A formulação da identidade nacional, a demarcação dos particularismos e a busca em estabelecer a sincronia entre o Brasil e os países avançados baseavam-se na incorporação do modelo cognitivo evolucionista, generalista e unitário.

Por sua vez, Murari (2009) aponta para a amplitude das ideias e vertentes do darwinismo social chegado ao Brasil. Seguindo esta lógica, a natureza humana seria regulada (portanto, poderia ser compreendida) por meio de leis racionais e naturais: assim como as espécies animais, os homens também seguiriam os princípios da *evolução*. As desigualdades sociais seriam a derivação das diferenças culturais, psicológicas, morais e físicas entre as coletividades humanas.

A argumentação da *evolução* orgânica aparece no conjunto de textos selecionados neste capítulo. Entretanto, não significa dizer que há instituição de um conjunto teórico coerente e unificado. Há, no confronto das diversas sub-matrizes ideológicas, a conformação de uma linguagem científica com seus próprios mecanismos de argumentação.

Joaquim Nabuco (2002) afirma que a aclimatação completa da *raça* branca no Novo Mundo só foi possível g*raça*s à imunidade adquirida dos cruzamentos com negros e índios. Rebatendo as vertentes mais pessimistas das mestiçagens, afirma que não há provas da inadaptabilidade e incapacidade orgânica da *raça* branca aos trópicos dado seu *cruzamento* com sangue negro e mouro.

Segundo o autor, a constituição social brasileira, ainda que sob um regime escravagista baseado nas diferenças raciais, nunca estabeleceu uma divisão estanque de classes ou castas. A vida cotidiana e os limites da atuação do Estado produziram uma "confusão de classes e indivíduos".

Dos *cruzamentos* sociais aos cruzamentos raciais, brancos, negros, livres, forros e escravos - gentes de todas as qualidades e condições (PAIVA,2015) – formaram um contingente de uma população indelevelmente mestiça.

> Se, multiplicando-se a *raça* negra sem nenhum dos seus cruzamentos, se multiplicasse a *raça* branca por outro lado mais rapidamente, como nos Estados Unidos, o problema das *raça*s seria outro, muito diverso - talvez mais sério, e quem sabe se solúvel somente pela expulsão da mais fraca e inferior por incompatíveis uma com a outra; mas isso não se deu no Brasil. As duas *raça*s misturaram-se e confundiram-se; as combinações mais variadas dos elementos de cada uma tiveram lugar, e a esses juntaram-se os de uma terceira, a dos aborígenes. Das três principais correntes de sangue que se confundiram nas nossas veias - o português, o africano e o indígena - a escravidão viciou sobretudo os dois primeiros. Temos aí um primeiro efeito sobre a população: o cruzamento dos caracteres da *raça* negra com os da branca, tais como se apresentam na escravidão a mistura da degradação servil de uma com a imperiosidade brutal da outra. (NABUCO, 2002, p.95, grifos nossos)

Todavia, Nabuco (2002) afirma que algumas influências da escravidão poderiam ser decorrentes do incipiente desenvolvimento intelectual, dos instintos ainda bárbaros e

das superstições. A existência sincrética do catolicismo e a feitiçaria africana teria influência densa e direta nas camadas inferiores intelectualmente, sendo repassadas pelos contatos da escravidão doméstica, pela ama-de-leite, chegando até aos mais notáveis homens.

Além disso, as doenças africanas, a corrupção da língua e das maneiras sociais estavam presentes na constituição física e moral do povo brasileiro. O cruzamento entre *raças* em períodos evolutivos tão significativamente diferentes, associado à cobiça, ao fanatismo religioso, à falta de leis e à baixa população aclimatada, explicariam as causas do distanciamento do *progresso* nacional. O autor ainda afirma que, mudando essas condições sociais da gênese da constituição brasileira, havia uma gradual elevação da *raça* mais atrasada (negra) pela mais adiantada, e o que o contrário não se firmaria.

Afora isso, Nabuco (2002) buscou demonstrar e reforçar que não havia uma animosidade racial no Brasil. A viabilidade do abolicionismo, entre outras causas, se daria pela inexistência de um conflito *racial* aberto, pois mesmo com a instituição social da escravidão não se (re)produziu um profundo e recíproco ódio entre opressores e oprimidos.

Assim como Joaquim Nabuco, Paulo Prado (2002), afirma que são inegáveis e infinitas as misturas no "reino das *mestiçagens*", uma vez que sujeitos em todas as variedades de condições e qualidades relacionavam e misturava-se cotidianamente desde os tempos iniciais da colônia. Entretanto, nesse mundo ibero-americano as diferenças não desapareciam. Muito antes, as hierarquizações e diferenciações *raciais* apareciam nas clivagens sociais e intelectuais empregadas na época. Isto fica evidente no trecho:

> O mulato desprezava o mameluco; pretendia pertencer à classe dos brancos e vangloriava-se em não ter parentes índios. Sentia a sua inferioridade em relação ao branco, desde que este lhe era superior em riqueza; chegava a se humilhar diante de outros mulatos mais ricos ou de melhor condição social. Podia entrar para as ordens sacras e ser magistrado: bastava-lhe um atestado de sangue limpo, mesmo que a aparência desmentisse o certificado. (PRADO, 2002, p.70)

A *mestiçagem* na obra *Retrato do Brasil* é tratada como uma realidade incontornável, uma fatalidade em que a saída possível é a acomodação. O desregramento e a sensualidade do conquistador europeu foram originários das primeiras populações *mestiças* do Brasil. Na "terra de todos os vícios e todos os crimes" a imoralidade dos primeiros colonos portugueses deu início à problemática da *mestiçagem*.

Atualizado das teorias da etnologia e da eugenia, Paulo Prado (2002) discorda diretamente da teoria da desigualdade das *raças* formulada por Gobineau[22]. Para ele, todas as *raças* essencialmente eram iguais, tendo a mesma capacidade mental e de adaptação à *civilização*. Para o autor, a *raça* negra, fora da vida cativa, é um povo sadio, organizado, laborioso e imaginativo. Entretanto, dentro dos centros de *civilização*, sua inferioridade social é motivada pela falta de oportunidade de desenvolvimento cultural de seus atributos superiores.

Uma vez afastada a questão da desigualdade *racial*, o argumento que se desenvolve é que a *mestiçagem* seria a solução para o problema nacional. O autor apontou as vantagens da *mescla* de índios e brancos (produzindo o mameluco), como resultado o mameluco era configurado pelo vigor e a verdade dos dois elementos fusionados.

Ademais, Prado (2002), sobre a fusão de brancos e negros, é categórico ao afirmar que não havia no Brasil estudos que tratassem do assunto com imparcialidade e perícia. Dos vários componentes e combinações nessa mistura das *raças*, a falta de energia e a profunda indolência são tratados como defeitos persistentes da *raça* negra. No Brasil, segundo o autor, o processo de arianização, ao que tudo indica, apagou as diferenças psíquicas e somáticas da sociedade *mesclada*, o que é um produto dos intensos *cruzamentos* raciais, o mestiço brasileiro já haveria demonstrado sua capacidade de cultura, valor moral e inteligência.

No "trabalho cósmico" do laboratório experimental brasileiro, Paulo Prado observa que, ao cabo de cinco ou seis gerações, com 1/8 de sangue negro, os caracteres africanos desapareceriam por completo. Dessa forma, o negro vai desaparecendo aos poucos dando lugar à "falsa aparência do ariano puro".

Paulo Prado (2002) também apresentava uma visão paradoxal a respeito da *mestiçagem racial* brasileira. Se por um lado era fruto de instintos lascivos impoliciados, por outro lado apresentava contribuições genéticas arianizantes. Por sua

[22] O diplomata, escritor e filósofo francês Conde de Gobineau (século XIX) entre seus diversos estudos, procurou dentre as diferentes *raças*, algum apontamento científico que explicasse suas diferenças. Assim, entre algumas de suas extensas pesquisas, analisou e avaliou cérebros humanos de diversas *raças* e concluiu que o tamanho apresentado por cada um estaria ligado à capacidade, e/ou estágio, de *civilização* e progresso em que cada uma delas se encontrava. A raça ariana (branca) estaria no maior patamar de "humanização" e as variações e combinações das demais causariam a degeneração. Gobineau indicou nesses estudos a impossibilidade de classificar e escalonar os de sangue não puro (mestiços), pois eram ambivalentes e não havia como criar critérios para se classificar, nomear e ordenar com cientificidade e em acordo com o pensamento moderno (SOUZA, 2006, p. 6). Ele acreditava que as sucessivas misturas no sangue faziam com que o homem perdesse seu valor e produzisse indivíduos degenerados. Tal ideia é expressa em seu *livro Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* (1853)

vez, Nina Rodrigues (2008) (1939), ao se dedicar a compreender as consequências das complexas *misturas* na conformação da sociedade brasileira, alia-se aos estudos antropológicos.

Nesse passo, Nina Rodrigues (1939) afirma que a mescla de *raça*s em tão diferentes níveis de *civilização*, em períodos tão desiguais da *evolução* sociológica, traria como consequência o fanatismo fetichista. A valorização das práticas supersticiosas demonstra o despreparo e a influência direta das classes inferiores na formação da sociedade brasileira. O *cruzamento* de *raça*s antropologicamente muito diferentes, traria, na visão do autor, consequências degenerativas físicas e mentais.

O autor afirma que o *mestiçamento* da população brasileira é um processo vivo. O *processo de mistura* das três *raças* puras teve como produto histórico os diversos *tipos cruzados*. Dessa forma, compreende não ser possível identificar as infinitas transições até que se chegue a um produto final uniforme. Assim,

> A multiplicidade de sentidos, sobretudo, em que se vão fazendo os cruzamentos, de um lado entre as *raça*s mães e de um modo unilateral com os seus mestiços, de outro lado entre mestiços de espécie, ou de graus ou sangues diferentes, no fim de pouco tempo tornou de todo impossível figurar ou estabelecer com precisão, para a grande maioria dos mestiços, o parentesco real que os liga ás *raça*s de que provieram, bem como os que guardam uns para com os outros. (RODRIGUES, 1939, p. 204, grifos nossos)

Nina preocupava-se com a classificação e organização dos tipos humanos. Acreditava que a ciência deveria se dedicar a entender a complexificação dos *cruzamento*s e das nomenclaturas de seus resultados, entretanto, afirmava que "a inferioridade da *raça* negra nada tem de comum com a revoltante exploração que dele fizeram os interesses escravagistas" (RODRIGUES, 2008, p.22, grifo nosso). Segundo o autor, a ciência avaliava os critérios de diferenciação *raciais*, como meramente naturais produtos da desigualdade filogenética do desenvolvimento da humanidade.

De acordo com Paiva (2013), as produções de Nina Rodrigues estão diretamente conectadas às teorias evolucionistas e racionalistas de seu tempo. Afora isso, a degenerescência biológica e a falta de *civilização* ganham destaque secundário, pois seu pensamento era fruto dos velhos discursos baseado em "questões morais, comportamentais, políticas e religiosas" (PAIVA, 2013, p. 346). Assim, Rodrigues (2008, 1939), balizado por perspectivas do marco europeu de *civilização*, valeu-se dos métodos da antropologia física, da craniometria, da etnografia e da psicologia social para analisar as diferenças hierárquicas entre as *raças*. Seguindo a lógica progressista e

evolucionista da história, Nina Rodrigues buscava estudar os "últimos" representantes[23] africanos no Brasil.

Em uma perspectiva distinta, Gilberto Freyre (2006) demonstra que aspectos do determinismo racial e geográfico não influenciavam negativamente a cultura e sociedade. Apesar de não propor a famigerada democracia racial, o estudo da vida privada do cotidiano das elites nordestinas lhe permitiu apresentar as hierarquias e permeabilidades da vida social brasileira, na experiência da convivência das três *raças.*

> Tenho procurado destacar em mais de um estudo, na solução brasileira dos problemas resultantes do contato de *raça*s, o seu contraste com outras soluções. E creio que a solução brasileira, em grande parte se explica à luz da experiência quer social, quer cultural, peculiar aos portugueses, como povo de transição entre Europa e África. (FREYRE, 2000, p.141, grifo nosso)

Desse modo, Freyre (2006) mostra que todo brasileiro, mesmo que de alva tez, traz consigo no corpo ou na alma "a sombra ou ao menos a pinta" do negro e ou do indígena. A *mestiçagem* seria parte da sociedade. Entretanto, a autora Lilia Schwarcz (2010) aponta para os acotovelamentos dos conceitos de superioridade e de inferioridade na construção de um produto nacional que matiza os elementos culturais e simbólicos africanos.

Gilberto Freyre (2006) busca sistematizar o Brasil sob a ótica da possibilidade da *civilização* nos trópicos. A originalidade da plasticidade e da assimilação, bem como a *mestiçagem* biológica e cultural, marcam as possibilidades de revisões dos conflitos e não da decadência e degenerescência brasileira.

Em *Guerra e paz: Casa Grande & Senzala a obra de Gilberto Freyre nos anos 30* (1994), Ricardo Benzaquen de Araújo discorre sobre as dificuldades de enquadramento da obra de Freyre nos estudos de determinismo étnico e puramente culturalistas. As leituras neolamarkianas apontam para a maior adaptabilidade das *raças* e *fusibilidade* às condições do meio físico.

Dessa forma, a natureza tropical e o encontro das diferentes *raças* produziriam um ambiente de intenso convívio étnico, mas não eliminaria violências e desigualdades

[23] Koselleck (2013) indica uma mudança conceitual no significado da História a partir do século XVIII. A História passa a formular conhecimentos capazes de evoluir e aperfeiçoar a sociedade. Entretanto, esse caráter único do processo, as representações histórico-universais, somadas à compreensão do evolucionismo social, fortalecem a utilização de argumentos sobre o processo de desaparecimento do passado e a constante preocupação com o futuro.

no complexo casa grande e senzala. Freyre (2006) enfatiza o mérito português da *miscigenação* e caracteriza a mistura como fator positivo de construção da nação. A diversidade étnico-cultural, para Freyre, era a conformação do modelo diverso, próprio da sociedade brasileira.

A partir das leituras dos quatro autores (Joaquim Nabuco, Nina Rodrigues, Gilberto Freyre e Paulo Prado) fica evidente que as influências do meio e do clima, a diversidade das *raças*, as mestiçagens e os produtos históricos da experiência colonial eram pontos de discussão na produção intelectual nacional. A partir disso, o objetivo deste capítulo foi destacar como os termos *progresso, civilização, evolução, raça e mestiçagem*, foram utilizados como ferramentas de organização e explicação do mundo. Esses termos, enquanto produtos histórico/políticos e sociais, conformam o conjunto de termos e significados (léxico) que discutem e articulam a realidade sócio-histórica nas décadas iniciais do século XIX e iniciais do século XX.

Ademais, a intenção era demonstrar como os autores Joaquim Nabuco, Nina Rodrigues, Paulo Prado e Gilberto Freyre valem-se de uma elaboração conceitual que também está presente nas obras de Manoel Bomfim, Joaquim Nabuco e Alberto Torres. Demonstrar a ocorrência desses conceitos nos autores analisados neste capítulo, ajuda a compreender a formulação do léxico. As aproximações conceituais ficarão mais claras no próximo capítulo onde o objetivo é mostrar como as categorias conceituais formadoras do léxico - *progresso, civilização, evolução, raça e mestiçagem*- também aparecem nas fontes. Isto significa dizer que esses autores abordam problemas semelhantes no mesmo período e valem-se das mesmas categorias para produzir sua argumentação e desta forma compartilham de um *corpus* teórico-conceitual comum.

Desse modo, o que se propõe no próximo capítulo é compreender e analisar a construção da concepção de "hereditariedade" para Manoel Bomfim (1993,1940), "mentalidade nacional" para Oliveira Vianna (1991, 2002) e do "caráter nacional" para Alberto Torres (1978a,1978b), a partir da referência e articulação das categorias *progresso, civilização, evolução, raça e mestiçagem*.

2 ARTICULANDO OS CONCEITOS: progresso, evolução, civilização, raça a partir da concepção de "hereditariedade", "mentalidade nacional" e "caráter nacional".

2.1 A construção do panorama teórico-conceitual

No contexto das décadas finais do século XIX e iniciais do século XX o desmonte da estrutura econômico-social da escravidão, a implantação do regime político republicano, as reformas urbanas, jurídicas e sociais estimulavam o debate intelectual brasileiro. As diversas estratégias de intervenção e ação social eram pensadas pelos homens de letras. O ponto de convergência era a necessidade de estabelecer o Brasil como um país moderno e civilizado com o auxílio da ciência, instrumento fundamental para o *progresso* da humanidade (GOMES, 2010).

O desenvolvimento da "ciência histórica" se deu a partir da validação de um contexto disciplinar e científico, em que se reconhecia na história o verdadeiro conhecimento passado, capaz de traçar as estratégias para a modernização e o *progresso*. Essa concepção era embasada no entendimento de uma história geral da humanidade, evolucionista e produtora de categorias universalizantes.

Assim, a conformação da história nacional, que procurava responder às questões relativas ao seu povo, articulava ciência, modernidade e *progresso* em um saber/disciplina para a concepção da identidade do país e seu povo. Segundo Gomes (2010) a construção da identidade nacional precisou lidar com a (re)invenção e a divulgação de valores, crenças, instituições e de uma linguagem, como fontes estratégicas de operacionalização e materialização da dimensão simbólica das mudanças políticas e sociais.

Dito isso, as obras/fontes de Manoel Bomfim *A América Latina males de origem.*[24](1993) e *O Brasil* (1940); Alberto Torres *A organização nacional*[25] (1978a) e *O problema nacional brasileiro*[26] (1978b) e por fim Oliveira Vianna com *Ensaios inéditos* (1991) e *Populações meridionais do Brasil*[27] (2002) serão colocadas em foco neste capítulo com objetivo inicial de apresentar e sistematizar o conteúdo destas.

[24] Data da publicação: 1905.
[25] Data da publicação: 1914.
[26] Data da publicação: 1912.
[27] Data da publicação: 1920.

Alguns fatores foram essenciais para a escolha das obras/fontes principais deste trabalho: a percepção de que esses autores formam um quadro representativo da intelectualidade das primeiras décadas do século XX (ainda bastante tributária das correntes e linhas de pensamento do século XIX); a singularidade das obras em meio a pluralidade (considerando as formas ímpares de compreensão crítica da realidade de seu tempo, num movimento de reflexão e (re)elaborações de interpretações nacionais e internacionais); a capacidade de aproximação de uma estrutura lexical comum que possibilita a percepção de um *corpus* conceitual da historiografia brasileira da época, sistematizado pelas categorias conceituais *progresso*, *evolução*, *civilização*, *raça* e *mestiçagem.*

A partir da opção metodológica de trabalhar três autores, neste trabalho não foi possível analisar um grande volume de obras de cada um deles[28]. Portanto, a escolha de duas obras por autor seguiu o primeiramente o critério temporal de produção intelectual proposto, décadas finais do século XIX e inicias do século XX, e pela necessidade de maior apreensão dos argumentos utilizados e desenvolvidos por tais autores para concatenar as categorias *progresso, evolução, civilização, raça* e *mestiçagem*.

Assim sendo, acredita-se que as seis obras/fontes estão aptas para apresentar a problemática geral proposta. Como já explicado, a finalidade é demonstrar a presença de termos que configuram um discurso da época.

Dito isso, a hipótese central trabalhada neste capítulo é a existência de um *corpus* teórico e conceitual, de uso coletivo, no período em foco, formando o léxico dos estudos sócio-históricos, pelas categorias conceituais: *progresso*, *civilização*, *evolução*, *raça* e *mestiçagem*. Para se compreender a leitura intelectual e científica das primeiras décadas do século XX, se faz necessária a análise desta linguagem compartilhada[29].

Dessa forma, o que se propõe é averiguar a articulação discursiva dentre estas categorias conceituais e como estas estruturam o discurso de época. Em tal esforço, a

[28] Ciente das modificações teóricas e conceituais dos autores - à exemplo das produções de Oliveira Vianna - onde há claras diferenciações em suas análises e leitura sobre a sociedade brasileira, ainda se percebe que a chave lexical proposta (*raça, nação, civilização*) continuam articuladas, nas suas variações e alterações interpretativas - este trabalho não se propõe demonstrar as nuances presentes na totalidade de seus estudos. Nesta pesquisa a busca é em demonstrar elementos-chave na conformação do pensamento de época.

[29] A construção discursiva da realidade histórica mobiliza uma gama de categorias, noções e conceitos. Isto porque as intepretações de mundo são agenciadas pela linguagem. Segundo Adam Schaff (1978), há uma relação mútua entre a linguagem e a realidade. A "linguagem-pensamento" encarna a capacidade do processo cognitivo humano expresso por meio de um sistema de signos verbais. Assim, a linguagem é fruto de uma concepção abstrata e convencionada capaz de dar sentido à realidade. Portanto, para haver uma comunicação efetiva, a partilha de uma linguagem é primordial para constituir uma estrutura, uma zona de convergência, de ideias e conceitos.

análise das concepções de "hereditariedade" para Manoel Bomfim (1993,1940), "mentalidade nacional" para Oliveira Vianna (1991, 2002) e "caráter nacional" para Alberto Torres (1978a, 1978b) objetivam demonstrar como estas são capazes de demonstrar a utilização e a vinculação de *progresso, civilização, evolução, raça* e *mestiçagem*.

Desse modo, destacar esses três conceitos (hereditariedade, mentalidade nacional e caráter nacional) não ocorreu de forma aleatória. Ao examinar as fontes selecionadas, percebe-se que esses são marcadores em seus estudos, e também em alguma medida pontos de convergência entre os grandes motes analíticos apresentados no capítulo anterior (natureza e sociedade, estrutura social e *raça* e *mestiçagem*) e das categorias conceituais formadoras do léxico (*progresso, civilização, evolução, raça* e *mestiçagem*).

2.2 Sintetizando as obras /fontes

2.2.1 O Brasil e América Latina: males de origem

A obra *O Brasil*, organizada por Carlos Maul (1940) e editada pela Editora Brasiliana, é o esforço de sintetização de três livros anteriores de Manoel Bomfim: *O Brasil na América* (1929), *O Brasil na História* (1930) e *O Brasil Nação* (1931). Na curta *Nota Explicativa*, autoria de Maul (1940), Bomfim aparece como um "mestre" que produz um trabalho meticuloso de revisão histórica brasileira. Nesse sentido, seus escritos e estudos são formativos e instrutivos sobre a constituição da nacionalidade. Segundo Maul, Manoel Bomfim baseou seu trabalho em uma extensa documentação e de grande imparcialidade para produzir uma revisão histórica sobre o Brasil.

Na *Nota Explicativa*, fica claro que a intenção de Carlos Maul, ao produzir esse compêndio das obras citadas, perpassando o Brasil-colônia, Brasil-Império e Brasil-República, é de buscar realizar um desejo do "erudito", uma vez que, a longa enfermidade que causaria a morte de Manoel Bomfim em 1932 não o permitiu fazer uma síntese de suas ideais ou um apanhado de seus escritos. Maul assume para si essa tarefa, que foi realizada com "relativa facilidade", e reúne o que há de fundamental na trilogia de Bomfim. Em *O Brasil* "synthetisam-se os seus pensamentos e conceitos

sobre o nosso paiz, na organização da sociedade, na expansão econômica, na vida política até 1930." (MAUL, 1940, p.8).

Entretanto, para utilizar o livro *O Brasil* como obra de referência deste trabalho, é necessário um adendo acerca do incômodo e das dificuldades de trabalhar com uma coletânea. Ao longo do texto há uma série de intervenções e edições feitas por Carlos Maul com o objetivo de (re) agrupar temas e ideias de Bomfim. O resultado, para além das modificações diagramáticas e tipográficas, é a inevitável perturbação nas ideias originais do autor (SANTOS, 2003, p.2). Portanto, se trata de uma obra póstuma, não foi um volume concebido e autenticado pelo autor.

Indicar os limites, insuficiências e deficiências de uma obra de (re) organização é um cuidado necessário para avaliar sua legitimidade enquanto fonte. Recorrer ao compêndio das três obras não inviabiliza a análise do *corpus* conceitual utilizado por Bomfim. A utilização das categorias conceituais em análise (*progresso*, *civilização*, *evolução*, *raça* e *mestiçagem*) aparecem, se articulam e estruturam nas duas fontes trabalhadas.

Desse modo, justifica-se a utilização dessa obra, pois apresenta de forma sintética e substancial dos estudos de Manoel Bomfim no que concerne à análise da (con) formação da sociedade brasileira. Em *O Brasil* é possível estabelecer as conexões com os repertórios histórico-científicos de um discurso de época (conformado na segunda metade do século XIX e décadas iniciais do século XX), bem como apreender as utilizações das categorias conceituais selecionadas, sem que se perder as ideias originais de Manoel Bomfim. Assim o empenho não será de cotejar os seus respectivos originais, mas demonstrar a presença do proposto léxico na obra.

Nesse contexto, para dar aporte e sustentação às análises que serão formuladas acerca das leituras de Manoel Bomfim sobre o Brasil, será também utilizado como fonte o livro *A América Latina: Males de Origem*. Escrito em 1903 e publicado em 1905 pela editora Francisco Alves, o livro inicia com uma *Advertência*, na qual Bomfim deixa claro que "um livro deve explicar-se por si mesmo; preliminares, prólogos, introduções, prefácios e outros antelóquios são geralmente ou excessivos ou incompletos." (BOMFIM, 1993, p. 33). O autor aponta a espontaneidade da formação do livro, fruto de seus "motivos psicológicos" e da harmonização de suas ideias.

Nessa obra Manoel Bomfim apresenta sua análise da história do Brasil, considerando os elementos formadores e suas consequências, além de discutir profundamente as questões sociais, econômicas e políticas, originadas de uma

colonização parasitária que atrofia o curso *evolutiv*o natural. O autor se mostra preocupado com hereditariedade social e psicológica ao apontar a educação como forma de readequação ao *progresso*; critica a teoria da superioridade das *raças*, a importação de teorias e a estagnação do atraso nacional; e por fim, t*raça* um ponto de vista singular na leitura e diagnóstico do Brasil.

O autor se centra na tese da sociedade humana como um organismo e, em sua análise do caso brasileiro, concluiu que o país sofria o fenômeno do parasitismo social. Ou seja, os povos ibéricos sofreram um processo degenerativo na linha da *evolução* e a atrofia de alguns órgãos produziu disfunções por falta de uso. Para Bomfim (1993,1940), o parasitismo português sobre o Brasil seria fator chave para entender as condições econômicas e sociais conformadas.

Por sua vez, Aguiar (2000) afirma que Manuel Bomfim tinha por objetivo demonstrar que o atraso econômico, político e social do Brasil não estava na suposta inferioridade e na falta de capacidade de seu povo. A relação de dominação (re)produzidas entre as nações hegemônicas e nações dependentes é o problema estrutural do atraso brasileiro.

Para Bomfim (1993), a raiz do parasitismo português estaria nas atividades econômicas desenvolvidas na guerra contra os mouros e na exploração da mão de obra escrava, isto é:

> (...) assim nos organismos biológicos, como nos organismos sociais. Um animal inferior é um saco; no interior deste saco – constituído por um tecido quase homogêneo, cumprem-se todas as funções – digestão, respiração, circulação; e o saco que se contrai e desloca o animal; não há órgãos diferenciados, nem funções especiais, nem trabalho particularizado, em grupos diversos de tecidos. Um animal superior é um conjunto de órgãos perfeitamente diferenciados, adstritos a funções especializadas, divididas e subdivididas; a digestão, que ali se fazia em comum com todas as outras funções vitais, aqui se multiplica em funções especiais, executadas por uma série de órgãos – dentes, língua, faringe, esôfago, estômago, glândulas várias, tubo digestivo, etc. – órgãos que dividem entre si o trabalho, e são constituídos por elementos diversos. (BOMFIM, 1993, p.59)

Nas sociedades primitivas, inferiores, todos os indivíduos vivem as mesmas condições, com poucas diferenciações, onde todas as tarefas são distribuídas e executadas igualmente.

De diferente forma, há uma proliferação de especialidades e uma pluralidade de divisão de tarefas nessas sociedades adiantadas. Uma das consequências dessa divisão das funções e do trabalho é expressa na “parasitação”, exploração de certos grupos por

outros que “há de fatalmente degenerar, decair, degradar-se, em suma” (BOMFIM, 1993, 60)

> Vivendo parasitariamente, uma sociedade passa a viver às custas de iniquidades e extorsões; em vez de apurar os sentimentos de moralidade, que apertam os laços de sociabilidade, ela passa a praticar uma cultura intensiva dos sentimentos egoísticos e perversos. Os interesses coletivos, o perigo ou receio de ver escapar-se a presa podem levar os membros desses grupos parasitas a defender-se em comum, a proceder de forma a aparentar uma socialização adiantada; mas não há nisto verdadeiro *progresso* moral – o qual consiste no horror da injustiça, independente de qualquer vantagem pessoal. (BOMFIM, 1993, p. 61, grifo nosso)

Bomfim também produz um diálogo crítico com os conceitos darwinismo social a fim de demonstrar que a dominação e subjugação dos povos não era um fator de ordem natural, portanto, não poderia ser uma justificativa para a exploração do trabalho e nem da extinção dos considerados inferiores. O autor vale-se da obra de Darwin para discordar das inatas desigualdades e hierarquizações das *raça*s humanas, desse modo, indica que o *progresso* humano seria por meio da constituição de um sentimento altruísta e de solidariedade capacitor das relações de cooperação.

Nesse diapasão, o Estado seria o principal agente causador do parasitismo social. O autor, assim, desloca a responsabilidade *racial* de um país não desenvolvido para o modelo político, cultural e econômico que era infligido. A população ignorante, a exploração econômica, as marcas deixadas pelo colonialismo seriam, então, a causa última do subdesenvolvimento e incapacidade da nação.

Em suas estreitas ligações com a metáfora das ciências biológicas, Bomfim entende a sociedade em condições orgânicas, busca analisar a formulação da nacionalidade como um fator em composição num sentido *evolutivo* e *progressiv*o. Aguiar (2000) pontua que Manoel Bomfim não só toma emprestadas as metáforas biológicas para explicação da experiência histórica brasileira, mas de fato, também se vale de um aporte biológico como instrumento de interpretação da vida social. O preceito de ordem científica é adotado, ainda que com infinitas variantes, pela intelectualidade da época como um discurso de autoridade, o que é ratificado por meio da percepção do mundo natural, poderia ser transportado em alguma medida para o mundo social.

As categorias de *raça* e etnia para o autor não são portadoras de características inatas ligadas à degeneração, devassidão ou à *civilização*, de fato, aponta para a incapacidade da ciência em comprovar os fatores degenerativos do *cruzamento* de distintas *raças*.

> Para concluir, destes fatos, que o cruzamento de *raça*s humanas diferente deva, forçosamente, provocar o aparecimento das qualidades morais grosseiras dos antepassados longínquos da espécie, será preciso que se verifique, pelo menos o aparecimento simultâneo dos caracteres ancestrais de ordem morfológica - e tal não se dá. Não se vê, nos mestiços, nenhum traço fisionômico especial, novo, nenhuma modificação orgânica particular, que possa ser considerada como uma regressão ancestral. Como, então, admitir que deva haver forçosamente uma regressão moral e intelectual – quando, no entanto, o cruzamento se faz, não entre espécies diferentes, mas entre *raça*s diversas, e quando, mesmo no caso dos animais (onde há esta regressão física) não existe regressão intelectual? (BOMFIM, 1996, p. 206, grifos nossos).

Assim, preocupado com a formulação da psique nacional, Bomfim (1993) indica o elemento "alma nacional" para demonstrar como algumas questões, como a mistura das *raça*s e a escravidão, estavam engendradas no âmago da sociedade brasileira, no sentido, quase metafísico, de lhes compreender. Para o autor, haviam certas noções sociais, culturais e simbólicas nos indivíduos que geravam uma identidade coletiva capaz de produzir memórias - mesmo que inatas -, sentidos e valores para a situação concreta.

2.2.2 A hereditariedade para Manoel Bomfim

Manoel Bomfim (1993) apresenta uma análise orgânica da formação e da condição brasileira. Para ele, a sociedade é um organismo estabelecido e regido por leis categóricas. Dessa forma, a construção dos organismos sociais depende do meio, tempo e lugar (BOMFIM, 1999, p.52). O autor enfatiza o peso da hereditariedade psicológica e social em seus estudos. Segundo Bomfim, a hereditariedade consistiria em:

> Transmissão por herança, das qualidades psicológicas, comuns e gerações, dão a cada grupo social um caráter próprio distintivo: transmissão por herança no grupo anglo-saxônico, das qualidades que caracterizam o tipo anglo-saxônico; perpetuação nos judeus das qualidades típicas da *raça*; em resumo, a hereditariedade social é a mesma psicológica. (BOMFIM, 1993, p. 155, grifo nosso)

Para o autor, é impossível negar a vigência e a influência da herança psicológica. De acordo com Bomfim (1993) os progenitores são os responsáveis por disseminar os caracteres psicológicos da classe, da ordem e da espécie. O caráter estaria ligado mais fortemente ao fator da hereditariedade do que da educação e da imitação. Dessa forma, entende que "se a hereditariedade existe para as qualidades que caracterizam a espécie, e para as qualidades individuais dos progenitores, não pode deixar de existir para os traços psicológicos, típicos da *raça* ou do grupo" (BOMFIM, 1993, p. 156, grifo nosso)

Assim como os animais, os humanos transmitem traços e caracteres anatômicos, morfológicos e psicológicos, suas aptidões mentais e qualidades morais. Bomfim afirma que o homem não nasce virgem de impressões, muito antes já carrega em si "bem acentuadas, as suas tendências e aptidões psíquicas." (BOMFIM, 1993, p. 157). Todavia, seu conhecimento e inteligência são condicionados às impressões do mundo exterior, influenciadas pelos estímulos físicos e morais dados pelas condições ambientais.

As tendências, aptidões e inclinações são características herdadas, mas o caráter só se completa por meio da imitação, sugestão e da educação, moldando a tradição e a *evolução* social. Desse modo, molda-se o ânimo brasileiro: de inteligência pronta, compassivos e cordialmente abertos aos ideais de justiça (BOMFIM, 1940, p.268).

Bomfim (1993) afirma a impossibilidade de estabelecer uma população homogênea no Brasil, brancos, negros e índios caldeiam-se dando origem aos múltiplos tipos *mestiços*. Ou seja, a construção de um caráter nacional único e forte fica comprometida. Isso fica claro ao tratar da questão da inserção de imigrantes no Brasil, com relação à qual o autor é categórico:

> Tudo isto porque a grandeza *effectiva* e humana de uma nação está no valor moral e mental dos indivíduos, e não no *numero delles*. *Si* aos nossos dirigentes houvesse chegado o reflexo das condições *reaes* a que a politica deve *attender*, *elles* teriam c*omprehendido* que, no Brasil (como existe até hoje), dado o nível médio-mental, e politico das populações, não é possível a grossa e intensa *injecção* de *immigrantes*, sem que o desenvolvimento natural se desequilibre profundamente, sem que a vida geral da Nação se perturbe e que todo o *caracter* nacional se resista. (BOMFIM, 1940, p. 341-342, grifos nossos)

Então, não há uma população superiormente preparada para se impor perante o nível médio-mental, social e político de imigrantes europeus.

Para o autor, o que demarca as diferenças não é a *raça*, mas sim os fatores da formação histórica brasileira (a escravidão e o parasitismo social português). Os processos históricos brasileiros são influenciadores da imitação e da sugestão, que atribuem ao brasileiro menor disciplina e "cultura", se comparado aos imigrantes alemães e italianos. Dito isso, Bomfim (1940/1993) critica a falsa ciência, indiscriminadamente introduzida e incorporada pela elite política e intelectual, baseada nos critérios de hierarquias raciais.

> No vazio da inteligência, com a grosseira das inspirações, incapazes de *correspondencia* com a realidade, prontos a explorar o que a força e a riqueza material oferecem, nossos dirigentes são *promptos*, *egualmente*, em *acceitar* quantos conceitos e juízos lhes *dêm* as suas curtas leituras, desde que se

> *accordem* á insuficiência de pensamento e grosseria de propósitos eu os caracterizam. Assim se explica o empenho com que *appellam* para a *immigração*, o valor que lhe dão as estultices que repetem, quanto á significação histórica do clima brasileiro, e, sobretudo, a empáfia bestial e anti-brasileira com que repetem os interesseiros, falsos e ferozes conceitos, arguidos pela falsa *sciencia*, a serviço do colonialismo, contra os fracos escravizados de *hontem*, dominados e explorados hoje, em nome de uma pretensa superioridade de *raça*s. (BOMFIM, 1940, p. 335-336, grifos nossos)

Sobre a teoria de *raças* inferiores, Bomfim (1993) afirma ser um sofisma baseado no egoísmo e hipocrisia humana. O resultado prático da aplicação dessa teoria seria a ida dos "superiores" a sociedades "inferiores" em busca de mão de obra para seu sustento. Assim, as classes dirigentes reorganizam e reestruturam sociedades para que elas entrem em conformidade com suas tradições.

As *raças*, segundo o autor, não possuem hierarquia orgânica ou psíquica. No Brasil, diferente de outras colônias, o processo que se deu minimizou dificuldades e problemas: o português, que era menos refratário à *fusão*, à busca do aproveitamento do trabalho indígena e o negro associados à bondade do coração do brasileiro, produziu uma sociedade sem "prevenções da *raça*".

O português[30], o mais humano dos colonizadores (BOMFIM, 1940, p. 09), ganha esse título pela larga *fusão* de sangue e de costumes indígenas. Dessas "felizes combinações" se tem algo original e essencial para compreender o tipo brasileiro e as "formas sociais peculiares" de sua gente. Ao analisar a influência da *mestiçagem*, Bomfim (1940) observa que a teoria dos efeitos regressivos dos *cruzamentos* não é assertiva para provar a influência negativa dos *cruzamentos raciais*.

> Não há na história da América Latina um só fato provando que os *mestiços* houvessem degenerado de caráter, relativamente às qualidades essenciais das *raça*s progenitoras. Os defeitos e virtudes que possuem vêm da herança que sobre eles pesa, da educação recebida e da adaptação às condições de vida que lhes são oferecidas. (BOMFIM, 1993, p. 264, grifos nossos)

Contudo, não reconhece no *mestiço* traços de regressão[31] nem caracteres de ordem ancestral, ao contrário, reconhece que pode haver "a mistura de qualidades

[30]Em referência aos demais povo ibéricos, Bomfim afirma: "O hespanhol cruzava menos. E é por isso que nas colônias de Hespanha, mesmo depois de oito gerações se nomeava "hespanhol". Elle não acceitava, nem mesmo fazer a vida em promiscuidade com as gentes de cor, ao passo que o portuguez, com longo convívio da consta da Africa, facilmente produzia mulatos. É natural, mesmo, que essas facilidades se transmittissem aos descendentes brasileiros." (BOMFIM, 1940, p. 13)

[31]Em diálogo com os estudos de Darwin, Manoel Bomfim (1993, p. 263) afirma que sua teoria teria juízo mais categórico se retirasse o foco dos "efeitos naturais" dos cruzamentos e centrasse em observar as heranças de martírio, sofrimento e desprezo, verdadeira causa da desorganização moral e social. Em outra passagem, afirma que as geniais obras de Darwin foram injustamente utilizadas para justificar injustiças e vilanias.

morais e intelectuais, na *mestiçagem*, pode dar lugar ao aparecimento de aptidões novas". (BOMFIM, 1993, p.262, grifo nosso)

Bomfim (1993) aponta para a sentença implacável que vive o Brasil: a repetição e a incorporação de teorias que retiram e desassociam os brasileiros de suas qualidades (resistência e sobriedade) expressam a condenação e o atraso orgânico. O povo brasileiro se auto condena como incapaz e inaproveitável, essa é a herança do mau governo e da defeituosa educação. Os defeitos da população são corrigíveis com uma boa instrução.

O *progresso* do Brasil, segundo Bomfim (1993,1940), seria turbado pelo fator histórico do parasitismo social, associado às suas consequências sociais, econômicas e políticas. Enquanto o parasitismo é a causa da degeneração e atrofia, a *evolução* e o *progresso*, fatores espontâneos, são minimizados em detrimento da acomodação e da inércia parasitária. Bomfim afirma que "o *progresso* orgânico é o resultado do esforço contínuo e do exercício combinado de todos os órgãos na luta pela vida." (BOMFIM, 1940, p. 21). Ou seja, o *progresso* social só é possível dentro de uma sociedade onde todas as partes de seu organismo são atingidas e agem em concordância. Sendo assim, a divisão do trabalho e especialização são fundamentais para se atingir a perfeição.

A marcha para o *progresso* seria a constante busca pela apuração da inteligência, a satisfação das necessidades e o melhor aproveitamento dos recursos da natureza, gerando como última consequência a felicidade comum. Entretanto,

> Não há mais necessidade de ver, observar, guardar a experiência e manter-se em contato com a natureza. Deriva daí que não há o esforço íntimo para conhecer as coisas e os fenômenos, pois que as necessidades são satisfeitas; nem há o estímulo contínuo, vivaz e eternamente novo, da natureza sobre o nosso entendimento, visto como vivemos dela afastados. Em tais condições, é lógico que a inteligência não poderá progredir, decairá. (BOMFIM, 1993, p. 25)

A condição parasitária causa a impossibilidade e a incompatibilidade do indivíduo com o *progresso*. Essa herança funesta do passado brasileiro deve ser vencida e eliminada para que haja meio propício para o desenvolvimento. O *progresso* seria, então, uma questão de reeducação.

Por fim, o autor afirma a aptidão e capacidade dos sul-americanos ao *progresso*. Não há nesses povos atraso em relação à existência de inteligência capaz de harmonizar-se com o *progresso* intelectual e científico de estadunidenses e europeus. O que causaria a verdadeira inferioridade nos ibero-americanos seria a "insuficiência mental que o leva a receber, sem crítica, os mais descabidos julgamentos." (BOMFIM,

1940, p.349). A perturbada *evolução* social não os tornou capazes de fazer sistemas de correspondências com a realidade, por isso a aceitação de teorias e fórmulas externas.

2.2.3 Populações meridionais do Brasil e Ensaios Inéditos

O livro *Populações meridionais do Brasil* foi originalmente publicado em 1920, pela editora Monteiro Lobato & Cia, primeiro livro da extensa produção de Oliveira Vianna. Na obra o autor se dedica a conhecer o calor do elemento histórico para a formação psicológica da nação. Sendo assim, sua "investigação científica" percorre as componentes de caracterização social do povo brasileiro e aponta para a formação bastante peculiar e original da psique e da organização coletiva.

Em seu estudo, a diversidade dos fatores mesológicos e o largo caldeamento produziram uma infinidade de tipos *mestiços* de diversas personalidades, capacidades e morais. Essa "mestiçaria pululante" seria consequência do núcleo de elaboração do *mestiço*: o latifúndio, que teria como produto histórico a concentração e a integração das três *raças* (branca, indígena e negra), logo, a vocação rural do brasileiro concederia a ele o seu tipo diferencial de "natural da terra".

Na massa de *mestiços* (composta por mamelucos, mulatos, cabras, pardos, fulos e cafuzos) há um frágil e refutável equilíbrio classificatório. A subalternidade de *mestiços*, sejam eles superiores ou inferiores (a depender da "felicidade" dos *cruzamentos*), é assolada por um ambiente social carregado em preconceitos, humilhações e distinções.

Em *Palavras de Prefácio,* capítulo do *Populações meridionais do Brasil*, Vianna aponta para a "fase de desorganização profunda e geral, sem paralelo" (VIANNA, 2002, p. 929) que se encontrava o Brasil a partir de 1888, com o fim do trabalho servil. O período republicano, destacado por suas crises e incertezas, quebra o ciclo da *evolução* nacional brasileira. A intencionalidade da obra, segundo o autor, é desvelar lacunas, apontar as inferioridades, mas de forma central, e demonstrar a capacidade do povo brasileiro perante os "grandes povos".

Vianna ainda considera esse livro como uma obra de "reeducação, que é também obra de organização e construção" (VIANNA, 2002, p. 931). Assim, seu maior êxito é uma análise contundente acerca do caráter, da composição e da estrutura nacional. E,

por meio da "ciência certa", será possível encarar e suprimir as deficiências estruturais da nação.

Em contraste, o primeiro livro escrito por Oliveira Vianna[32], a obra *Ensaios inéditos* (1991), reúne uma série de ensaios que se estendem por longos anos de estudo do intelectual. Essa reunião de obras de extensa temporalidade promove a capacidade de se perceber as releituras e distensões dos posicionamentos e inclinações e convicções políticas do autor.

No prefácio do sociólogo Marcos Almir Madeira (1991), há diversos trechos de citação direta de Oliveira Vianna, demonstrando a variação de suas perspectivas e leituras sobre o Brasil e, principalmente, sobre o povo brasileiro. Ainda que desvie o argumento da arianização, o autor nunca abandonou as concepções baseadas no clima, antropogeografia e condições de hereditariedade. Madeira (1991) afirma que, para além de procurar a perfeição e a justeza da obra, sua importância se dá por um "indiscutível interesse para a história e a pesquisa das ideias". (MADEIRA, 1991, p.11)

O livro, divido em nove partes, apresenta os elementos formadores do tipo social brasileiro, destacando o clima, a *raça* e a cultura. Aparecem as colaborações e posicionamento do autor sobre temas políticos, como a Constituição Federal de 1934, o sistema sindical brasileiro, o cidadão no Estado Novo, entre outros. A partir dessa junção de ensaios, é possível destacar e demonstrar grandes lastros constitutivos de seu pensamento, bem como seus trânsitos e diálogos.

Ademais, para Oliveira Vianna, o tipo social do "*matuto*" seria a expressão das consequências políticas, sociais e culturais que os latifúndios provocaram no Brasil. Conforme já foi dito, o latifúndio teve um papel concentrador e potencializador, sendo o centro de conversão e agregação das três *raças* (indígena, branca e negra), influenciando fortemente a conformação da nação, da nacionalidade e da vida social e política.

A esfera social produzida no latifúndio era o que havia de mais original da formulação do caráter brasileiro e a aristocracia rural representaria a gênese do povo brasileiro. A imensidão territorial e os fatores de intemperismos geográficos produziam

[32] Outra importante obra para se entender o argumento de Oliveira Vianna é o livro *Raça e assimilação*, publicado em 1932 e reeditado em 1934, sendo a junção de dois pretensos livros: *O ariano no Brasil* e *Antropologia social.* Por meio dos estudos de psicologia, sociologia, ciência antropológica e biologia, o livro busca reunir teorias a respeito do problema das raças. Ao analisar o assunto, busca demonstrar como, a partir do estudo das raças, se pode compreender a biologia e psicologia diferencial de mestiços e a aptidão destes à civilização. Por tratar-se de uma obra relevante nos estudos propostos neste trabalho, *Raça e assimilação* será utilizado como livro de apoio e suporte. Ainda que se reconheça e evidencie sua relevância para a temática da raça, o livro *Ensaios Inéditos* (1991) possui um conteúdo mais diverso e de maior longitude temporal para o propósito mais amplo da análise conceitual discursiva.

entraves para a ação humana, sendo necessárias as figuras errantes do sertanejo, do vaqueiro, dos bandeirantes e dos aventureiros, que marcariam o país pela dispersão, regionalizando e fazendo as localidades funcionarem como autarquias[33].

A partir das teorias de hierarquização *racial*, o autor apontava a *raça* negra como a parcela ignóbil do povo brasileiro. Em relação aos *mestiços*, não os considerava enquanto uma *raça* única, mas por uma multiplicidade de "tipos mestiços", constituindo um espectro entre os mais ou menos *evoluído*s e suscetíveis à "arianização", à *civilização* e à ordem.

> Quando duas *raça*s se misturam, os seus mestiços ficam sujeitos a certos golpes de atavismo que os podem fazer retornarem, no fim de algumas gerações, a um dos tipos étnicos geradores. Esse regresso ao tipo das *raça*s originárias é uma lei antropológica, verificável nos meios étnicos heterogêneos e, principalmente, num meio étnico, como o nosso oriundo de mestiçagens múltiplas. Quando os cruzamentos surgem da fusão de *raça*s muito distintas, os retornos têm, em geral, um caráter degenerescente: o elemento inferior é que se reconstrói, de preferência, e absorve os elementos da *raça* superior. (VIANNA, 1973, p. 110, grifos nossos)

Assim como Manoel Bomfim (1993), Vianna (2002/1991) critica a uniformidade e o preconceito com que é enxergado (interna e externamente) o povo brasileiro. Entretanto, em sua obra, Vianna busca demonstrar as especificidades e multiplicidades de um Brasil que é plural em *raças*, regiões, tradições e vidas. Ou seja, a diversidade dos habitats (estudo da geografia étnica), do elemento étnico e as diferentes pressões, histórica e geograficamente sofridas pela massa nacional, são os verdadeiros fatores de análise para se compreender a formação do Brasil.

Vianna (1991) afirma a impossibilidade de se estabelecer um "tipo brasileiro". O processo de caldeamento entre as três dessemelhantes *raça*s gerara "grandes problemas de aclimação e das seleções telúricas, de delicada solução" (VIANNA, 1991, p. 16). As duas *raças* exóticas em relação à *raça* natural, branca e negra, mesclaram-se largamente gerando uma profusão de tipos antropológicos.

---

[33]Como indica Resende (1989), em uma perspectiva histórica, a formação desses nichos fortemente voltados para "dentro", tendencialmente aponta para formação de núcleos de economia que incorporavam as diferenças, vicissitudes e os préstimos de cada região. Essa era a força motriz que gerava um arranjo econômico marcado pela diferenciação e descentralização geográfica. Estes microssistemas econômicos apresentavam, em sua maioria, vestígios do funcionamento tradicional (pré-capitalista) baseado na força de mão de obra barata, produção agrícola, a inexistente ou insuficiente institucionalização de diretos de trabalho, entre outros. Herdados da experiência econômica portuguesa e europeia, o agrário e a ruralização também eram importantes motes para se compreender a constituição do panorama apresentado ao final do século XIX e início do XX.

Ademais, o autor acreditava que a condição *mestiça* produzia, psicologicamente, nos homens– por meio de um atavismo étnico – tendências à degeneração, que teriam consequências negativas no *progresso* e no bom funcionamento do corpo social da nação.

> (...) porque também é lei antropológica que os mestiços herdem com mais frequência os vícios que as qualidades dos seus ancestrais. Os mestiços desta espécie são espantosos na sua desordem moral, na impulsividade de seus instintos, na instabilidade de seu caráter. O sangue disgênico, que lhes corre nas veias, atua neles como a força da gravidade sobre os corpos soltos no espaço: os atrai para baixo com velocidade crescente. À medida que se sucedem as gerações. Os vadios congênitos e incorrigíveis das nossas aldeias, os grandes empreiteiros de arruaças e motins das nossas cidades são os espécimes desse grupo. (VIANNA, 1987, p.104)

Vianna (2002), diferindo-se de Bomfim, afirma que o *cruzamento* entre *raça*s muito distintas causa golpes de atavismo e o regresso às *raça*s originárias. Isso pode ser demonstrado segundo leis antropológicas e comprovado nos meios de profusão étnica. Porém, para Vianna (2002), esses retornos possuem um caráter "generescente", fazendo com que o elemento superior (da *raça* branca) se imponha e reconstitua os demais.

Entre os tipos *mestiços,* o autor afirma que o mulato (fusão de branco e negro) tem maior propensão de incorporar os caracteres ancestrais arianos e as características do homem branco, muito mais que o mameluco (fusão de branco com índio). De forma geral, o autor compreende que elementos *mestiços* foram a base da população geral. Distribuídos de forma irregular e produzindo infinitos resultados étnicos, brancos, negros e índios compõem o povo brasileiro. O autor afirma ainda que o tipo antropológico característico do brasileiro do futuro jamais terá a alva tez ariana, por influência dos trópicos.

> Realmente, nos cruzamentos humanos acontece o que acontece nos cruzamentos animais: o sangue preponderante tende a impor cada vez mais ao tipo *mestiço* os seus caracteres raciais. Quanto maior, portanto, for a dose de sangue ariano nos nossos mestiços, tanto mais eles tenderão a revestir-se dos atributos somatológicos do homem branco. Nos meio-sangues indo-ariano, por exemplo, vemos os dois tipos antropológicos se equilibrarem, clareando-se a pele bronzeada do caboclo sob a ação do sangue branco, ao passo que os cabelos finos e castanhos ou loiros do ariano se engrossam e se retingem da mais absoluta coloração negra. (VIANNA, 1993, p. 38, grifo nosso)

Amoldando-se a eles, o "ariano com '*libré* do clima'" irá exprimir a redução dos tipos antropológicos brasileiros por meio dos fatores seletivos. Para corrigir tais empecilhos *civilizacionais*, a "arianização" – eugenia – era bem-vinda, dado o caráter étnico hierarquizante pressuposto. A condição do *mestiço* deveria ser superada pela *raça*

ariana, capaz de trazer o *progresso* e a modernização necessários. A desigualdade biológica e o racionalismo científico apontavam, na visão de Oliveira Vianna, para a busca do melhoramento e aperfeiçoamento da espécie humana afim de "salvar" a nação.

> Em regra, o que chamamos mulato é o mulato inferior, incapaz de ascensão, degradado nas camadas mais baixas da sociedade e provido do cruzamento do branco com o negro de tipo inferior. Há, porém, mulatos superiores, arianos pelo caráter e pela inteligência ou, pelo menos suscetíveis da "arianização", capazes de colaborar com os brancos na organização e *civilização* do país. (VIANNA, 1987, p. 101, grifo nosso)

O autor possuía também uma visão pessimista sobre o *mestiço*, influenciada pelo paradigma eugênico anglo-saxão e baseada nos critérios científicos e evolucionistas. Vianna aponta a incapacidade e inviabilidade do "mulato inferior" na construção de uma nação que visava a modernização, a *civilização* e a ruptura com o passado de atraso.

Em suma, a respeito de Oliveira Vianna, Maria Stella Bresciani (2005, 2007) aponta a constante presença dos preceitos sociológicos e políticos em seus estudos. Preocupado com as influências geográficas e climáticas, no plano sociológico dedicou especial atenção ao novo tipo social produzido por meio de uma experiência de organização singular específica no Novo Mundo. A reorganização política das "elites divergentes" e o processo eugênico, adotando as soluções postuladas pelas "velhas civilizações" seria a saída para o atraso civilizacional brasileiro.

2.2.4 A mentalidade nacional para Oliveira Vianna

Vianna (2002) demonstrou a força do elemento histórico na formação psicológica. A investigação do passado seria capaz de dar o vislumbre da originalidade das ideias atuais. Segundo o autor, a história do Brasil, diferente dos países Europeus, ainda foi formada por um curto período de tempo, o que deixaria muito mais vivo na psique nacional e na mentalidade coletiva as primeiras formas de organização social. Os reflexos da colonização estariam bastante frescos e vivos.

> Essa complexidade de tipos antropológicos é acrescida pela complexidade dos tipos psicológicos. Cada uma das três *raça*s formadoras tem a sua mentalidade própria; de modo que a psique nacional resulta do conjunto de três mentalidades inconfundíveis, extremamente diferentes na sua estrutura íntima. Os tipos cruzados, diversíssimos no ponto de vista antropológico, são por isso, também diversíssimos no ponto de vista psicológico – e a sua mentalidade é a mistura incoerente e heterogênea das três mentalidades

> irredutíveis: a de um selvagem, a de um bárbaro e a de um *civilizado*. De maneira que o problema da fixação do nosso tipo psicológico é ainda mais árduo do que a fixação do nosso tipo antropológico. (VIANNA, 1991, p. 17, grifos nossos)

Essa multiplicidade dos tipos antropológicos influencia diretamente a complexidade dos tipos psicológicos brasileiros, impossibilitando o estabelecimento de uma psique nacional única.

De fato, os problemas enfrentados pelos estudos de psicologia étnica no Brasil decorrem da superabundância de características antropológicas do povo. Segundo Vianna (1991), no processo de caldeamento, as *raça*s não trazem consigo somente seus elementos morfológicos e anatômicos, mas uma somatologia específica, uma vez que cada *raça* contém em seu cerne sua própria psicologia, "sua mentalidade, a sua inteligência, a sua sensibilidade, as suas tendências especiais." (VIANNA, 1991, p.41). Dessa forma, as duas *raças* exóticas (branca e negra) ainda sofrem as reações ao novo meio ambiental e social em que estão inseridas.

Ademais, outro elemento de descenso para o estabelecimento da mentalidade e da psique nacional é a variedade étnica dentro das *raças* exóticas. Para além dos múltiplos resultados dos caldeamentos entre as três *raças* fundadoras (indígena, branca e negra), há uma infinita variedade de tipos morfológicos e psicológicos na composição de cada uma. Assim, não há como estabelecer uma unidade étnica nacional, nem um tipo psicológico específico, dada a variação dos subtipos antropológicos e psicológicos. Nesse sentido, Oliveira Vianna buscou estabelecer e demonstrar as características dos diversos grupos na constituição étnica e na mentalidade nacional:

> Toda a *evolução* histórica da nossa mentalidade coletiva outra coisa não tem sido, com efeito, senão um contínuo afeiçoamento, por meio de processos conhecidos de lógica social, dos elementos etnicamente bárbaros da massa popular à moral ariana, à mentalidade ariana, isto é, ao espírito e ao caráter da *raça* branca. Os mestiços superiores, os mulatos ou mamelucos, que vencem ou ascendem em nosso meio, durante o largo período da nossa formação nacional, não vencem, nem ascendem como tais, isto é, como mestiços, por uma afirmação de sua mentalidade *mestiça*. Ao invés de se manterem, quando ascendem, dentro dos característicos híbridos do seu tipo, ao contrário, só ascendem quando se transformam e perdem esses característicos, quando deixam de ser psicologicamente mestiços – porque se arianizam. (VIANNA, 2002, p. 1014, grifos nossos)

As diversidades mentais não possibilitaram a caracterização objetiva, pois cada *raça* e subtipo étnico contribuíram com suas especificidades morais e com seus tipos mentais, influenciados pela inteligência, sensibilidade, energia do caráter e maior adaptabilidade à *civilização*. As mudanças psicológicas só são possíveis a uma classe de *mestiços* superiores (aqueles que podem ser confundidos com os brancos), a partir do

momento que demonstram ser psicologicamente mais distantes de seus desvios atávicos (oriundos da *raça* negra) e mais próximos ao espírito de organização e *civilização*.

Para Vianna (1991), negros e índios, embora compartilhem a sentença da inferioridade, possuem mentalidades muito distintas. O índio possui uma altivez pessoal e não se deixa encantar pela ideia de *progresso* e *civilização*. Contudo, o negro busca assimilar-se à *civilização* branca, imitando o comportamento superior. Ambos, índios e negros, falham na inserção *civilizacional*: o primeiro por desdenhar a *civilização* e o segundo porque não tem capacidade mental para assimilá-la. Dessa forma:

> Essa desambição natural do índio e essa mediocridade ingênita do negro se transmitem aos seus *mestiços:* daí a extrema sobriedade das nossas populações mestiças. Curibocas, cafuzos, mulatos, todas com exceção de uma pequena minoria de eugênicos, vivem a mesma vida dos seus ancestrais, satisfeitos na sua miséria, contentes na sua parcimônia e incapazes de realizar, espontaneamente, o mais leve esforço para melhorar o teor da sua existência miserável. (VIANNA, 1991, p. 50, grifo nosso)

Os estímulos para melhorias na psique, inertes e adormecidos são elementos essenciais para a condução da massa social ao enriquecimento e à *civilização*.

De forma geral, o autor compreende que elementos *mestiços* foram a base da população geral. Distribuídos de forma irregular e produzindo infinitos resultados étnicos, brancos, negros e índios compõem o povo brasileiro. O tipo antropológico característico do brasileiro do futuro jamais terá a alva tez ariana por influência dos trópicos.

> Realmente, nos cruzamentos humanos acontece o que acontece nos cruzamentos animais: o sangue preponderante tende a impor cada vez mais ao tipo mestiço os seus caracteres raciais. Quanto maior, portanto, for a dose de sangue ariano nos nossos *mestiços*, tanto mais eles tenderão a revestir-se dos atributos somatológicos do homem branco. Nos meio-sangues indo-ariano, por exemplo, vemos os dois tipos antropológicos se equilibrarem, clareando-se a pele bronzeada do caboclo sob a ação do sangue branco, ao passo que os cabelos finos e castanhos ou loiros do ariano se engrossam e se retingem da mais absoluta coloração negra. (VIANNA, 1993, p. 38, grifo nosso)

Os elementos formadores da nacionalidade são mormente portugueses, uma vez que dotado de fusibilidade, o português pouco se mostrou refratário ao contato (e à mistura) com índios e negros. A sensibilidade, o temperamento e sua originalidade estão incutidos na massa social do país, logo, o desejo da melhoria, a ambição e a capacidade de ascensão fazem parte da constituição de seus mestiços, principalmente seus mestiços superiores.

> Neste domínio das atividades práticas, veremos então esses neobrasileiros, filhos e netos de lusos, de italianos, de alemães, que nos parecem hoje

> deprimido pelo clima, revelarem a soberba estrutura moral de que são dotados, as suas esplêndidas reservas de energia e tenacidade, acumuladas pela hereditariedade. Eles serão, na nossa economia social, o que são seus ancestrais atualmente: elementos dinamogênicos, foras de salubrização e vitalidade, fatores de renovação e *progresso* (...) (VIANNA, 1991, p. 61-62, grifo nosso)

Enfim, a personalidade constitucional biológica possibilita o aprimoramento social no sentido da *civilização* e do *progresso*.

2.2.5 O problema nacional brasileiro e A organização nacional

O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional, escrito em 1912 e publicado no ano de 1914, de Alberto Torres é fruto da reunião de artigos publicados no *Jornal do Commercio* e trechos do discurso pronunciado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Sua terceira edição, publicada em 1978, pela Editora Nacional, conta com o prefácio do intelectual Francisco Iglésias, que indica a importância da produção de Alberto Torres como pensador social e sua presença em diversos cargos políticos de destaque. Para ele, Torres era um ideólogo do nacionalismo, crítico às influências externas que sofria o Brasil, causa da desorganização e da falta de coerência social e política.

Assim, Iglésias (1978b) responde e o insere num nacionalismo defensivo, no qual defende uma nação que nos tempos de colônia sofreu a "dominação predatória" de Portugal e na Independência herda um vasto território ainda explorado pela falta de organização nacional externa e interna. Alberto Torres (1978b) faz proposições políticas no sentido de se produzir uma nova Constituição, a fim de dirimir o poder federativo e centralizar as decisões em âmbito federal. Assim, seria garantida uma economia racional que matizaria as injustiças e prejuízos.

Para Sabóia Lima, escritor da *Apresentação* da obra, o livro de Alberto Torres é grande préstimo "com as mais altas finalidades nacionais" (LIMA, 1978b, p. 05), que também é descrito como "orgulho para o intelectualismo brasileiro", pois suas obras desvelam nosso passado e nos apontam soluções para o futuro. Lima (1978b, p.05) afirma que antes do livro *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional* nenhum outro autor teria sido capaz de anunciar de forma tão clara e precisa as imperfeições e qualidades brasileiras. Com ar de denúncia e sinceridade, Alberto Torres vai revelando as necessidades da pátria e da nação.

Ademais, em *Algumas palavras de introdução* (1978b), Alberto Torres disserta sobre suas primeiras aspirações à vida intelectual e como elas, que começaram na mocidade, o encaminharam a pensar na desordem pública que cercava o país. Intenta, por meio de uma análise científica crítica e humanista, cooperar para a aspiração do bem nacional, guiado pelo *progresso* e pela prosperidade.

Torres, bastante influenciado pela psicologia, critica o espírito romântico e contemplativo do brasileiro, causa de sua vida descuidada, resultando em um povo sem pátria, economia, opinião e demais coisas fundamentais de uma vida social. Essa pujante decadência social impede o Brasil de constituir uma cultura própria, já que faltaria ao país uma dimensão mental firmada na ação patriótica.

O autor afirma que sua obra tem características profundamente positivas e otimistas ao abordar a pátria brasileira. A inferioridade étnica e a degeneração não são, para Torres (1978b), causadores do estado de desorganização nacional. Os problemas e crises cotidianos no Brasil são resultados de causas históricas, geográficas e sociais.

Ainda na obra do autor, publicado no mesmo ano de *O problema nacional brasileiro* o livro *A organização nacional: primeira parte, a Constituição* (1914), teria a sequência de mais dois livros sobre educação e economia. Essa trilogia, por razões desconhecidas, nunca se completou. *A organização nacional*[34]se divide, sumariamente, em três seções e um apêndice, sendo eles: “A terra e a gente do Brasil”, “O governo e a política” e “Da revisão constitucional”. Na terceira parte se desenrola um apanhado de suas mais diversas obras, entre livros, artigos e textos em jornais e periódicos. Na quarta parte, Francisco Iglésias (1978a) busca sistematizar as ideias e perspectivas, sociais e políticas, presentes no livro *A organização social*. Complementada pela quinta e última parte do prefácio, são arroladas as tônicas do pensamento de Torres, como a organização nacional, o nacionalismo a necessidade do revisionismo, entre outras.

Em *A organização nacional*, Torres (1978a) aponta elementos históricos e geográficos originários do Brasil. A obra destaca a dificuldade de se estabelecer a nacionalidade, pois o elemento de solidariedade é matizado na falta de unidade étnica, religiosa e linguística, além de fazer considerações acerca do caráter moral e psicológico do povo brasileiro para além de criticar o nacionalismo e o patriotismo

[34] Em sua terceira edição, publicada pela Companhia Editora Nacional, no ano de 1978, há um extenso prefácio de Francisco Iglésias, dividido em cinco partes. Na primeira Iglésias (1978a) descreve a importância de Alberto Torres, sua influência metodológica em Oliveira Vianna e o percurso histórico de sua obra. A parte dois do *Prefácio da terceira edição* de Iglésias (1978a) apresenta o perfil bibliográfico de Torres, sua formação acadêmica, sua dedicação à política, às atividades de escritor e de jornalista, sempre preocupado com a ordem e a paz mundial.

inexistentes. Segundo Torres (1978a, p. 101 e 123), a pátria é a alma da nação, portanto, no Brasil há um povo sem alma, já que o povo brasileiro, cultivando um patriotismo infantil, acrescido da descentralização social e econômica, tinha, de fato, a incapacidade de coesão e organização nacionais.

É importante destacar a formação de Alberto Torres (1867-1917), que se formou em direito, foi jornalista e político brasileiro. Em seus escritos abordava diversos temas subjacentes à formulação nacional, à política e à economia brasileira, apontava, centralmente, para problemas nacionais como a dificuldade de organização, equilíbrio e harmonia. Para o autor, o regime de escravidão foi o mais próximo de uma pretensa ordem brasileira e quando esta é extinta não há direção política ou mental capaz de conduzir à estabilidade.

Afora isso, em seu livro *O problema nacional brasileiro*, ele aborda a necessidade de uma "síntese do estudo sincero das nossas coisas" (1978b, p.17), em que a apuração da verdade, sem disfarces ou enganos, seria crucial para compreender o passado de "saques" e "brutal destruição" do Brasil. Com isso, defende que o otimismo e a esperança, por meio da formulação de "um espírito e uma diretriz prática, que o conduza, salvando-o do atravancamento" (1978b, p.19) eram uma solução para o problema nacional do Brasil, referido em sua obra.

Torres (1978b) indica a impossibilidade da formação da nacionalidade em pátrias formadas por meio da colonização. Essas eram, para o autor, "improvisos sociais do acaso". Dessa forma, a sociedade jamais atinge a assimilação social e a consequente integração.

> Assim, esgotando a terra, deixamos, também, de formar a nação. Abandonando a terra e não cuidando da nação, abandonamos a Pátria, porque a Pátria é a terra, como habitat, mas principalmente, para o sentimento e para a razão, a nação, isso é, a gente. Fora disso, a palavra "Pátria" não exprime senão uma imagem supersticiosa – como as de qualquer culto fetichista – ou uma falsidade convencional. (TORRES, 1978b, p. 17)

O autor também analisou a produção de "tipos regionais", que evoluíram e se produziram gradativamente pela relação entre homem e o meio. Estes eram entraves para a conformação da identidade unitária do país. A depender das regiões – clima e meio –os homens são impelidos a estágios mais ou menos *evoluídos*, no que tange o desenvolvimento social. Nesse sentido, as *raças*:

> (...) são produtos dos meios físicos; é o meio que lhes determina os caracteres. Nenhum grupo humano trouxe predisposição espontânea, nem

> adquire nenhuma superioridade ou inferioridade natural, senão a que resulta da modelação do indivíduo e das gerações pelo ambiente em que vem sofrendo o processo da formação orgânica e mental. (Torres, 1978a, p. 116)

Ademais, Torres (1978a) analisa a necessidade da adaptação física e social para o desenvolvimento espontâneo do homem, os tipos "étnicos aclimatados" foram condutores do processo de aclimatação e *evolução* social, pois expressavam características próprias e exclusivas. Desse modo, a possibilidade do salto *civilizatóri*o viria por meio do ordenamento das *raças* nos diversos gradientes climáticos e territoriais de acomodação.

> (...) pretende-se formar, em nossa época, *raça*s nacionais nos países novos, é verdadeira utopia (...) o pleno conhecimento do globo, em sua geografia física, política e econômica (...) avolumam migrações individuais e coletivas (...) essas migrações continuarão a ser intensas e repetidas, de forma a impedir a formação e persistência de tipos étnicos. (TORRES, 1978a, p. 115)

Segundo Torres (1978a), para se definir com clareza os tipos biológicos (as *raça*s), é necessário que se fuja das errôneas demarcações de divergências entre grupos ou delimitações de identidades, o que se deve procurar, enquanto marcador fundamental da diferença, são os caracteres físicos e específicos, unitários e distintivos. Assim, o autor aponta para a dificuldade de encontrar uma *raça* pura, na qual esses fatores de diferenciação são evidentes e sem influência do meio, clima e sociedade.

Por sua vez, Simões (1981), na obra *Repensando Alberto Torres*, pontua que ainda que crítico do darwinismo social, Torres (1978a,1978b) produz uma narrativa que tende a universalidade. As ideias de um evolucionismo social e de *evolução* natural da sociedade ruma à *civilização* e ao *progresso* tomam forma num discurso que "não se trata de ideias autenticamente locais" (SIMÕES, 1981, p.10, grifos nosso)

Segundo o autor, as ideias de sociedade política, nação e Estado deviam se esforçar para representar e compreender os agrupamentos dos povos dentro de um território. Quando essas ideias existem, mas não se desenvolvem, nem correspondem a uma realidade nacional, há a construção de uma imagem subjetiva e abstrata incapaz de falar sobre a realidade.

> No Brasil, o descendente do primeiro colonizador português, o do africano, o do indígena, o do italiano, o do alemão, o do eslavo ao lado dos atuais colonos de diversas origens, dificilmente encontrariam, em todo o conjunto dos elementos do critério tradicional em que assenta o amor da pátria, e ainda até na maior parte deles, solo para a raiz de um sentimento sério e profundo; e o Brasil é um país de colonização limitada e vagarosa. (TORRES, 1978b, p.109)

Assim, expressa claramente a incongruência e a falta de alma do povo brasileiro, por fatores amálgamas da população, afirma que:

> A sociedade política, a nação e, portanto, a pátria contemporânea, compõe-se de indivíduos de *raça*s e religiões diferentes; os costumes, tendendo a conformar-se com os hábitos da universalidade quanto aos aspectos elevados da vida, vão perdendo o traço de caráter nacional, substituindo apenas uma infinidade de variantes quanto aos atos ordinários da vida, produzidas por influências locais. (TORRES, 1978a, p. 122)

Além disso, Alberto Torres demonstra certa indisposição sobre a existência de organicidade de uma nação cívica. Ele evidencia a construção de um patriotismo utilizado como categoria utópica, romântica e infantil. A cultura, em evidente decadência, nunca chegou a se constituir. Unidade étnica, religiosa e linguística – constituintes de uma solidariedade nacional – aqui se perderam.

Por fim, o autor entende que a ideia de *progresso* rumo à *civilização* é inverificável e refutável. Para Torres, não cabe à sociedade humana uma visão iluminada e profética de suas aspirações nobres e elevadas, uma vez que, a noção de *civilização* assume um aspecto dinâmico, e não estático na relação entre o homem, a sociedade e a natureza da Terra. O *progresso* seria a constante adaptação, harmonia e equilíbrio entre esses três elementos, assegurando-se assim o "bem-estar e cultura ao indivíduo e desenvolvimento à espécie, conservando e melhorando o patrimônio cósmico da humanidade e aperfeiçoando o seu patrimônio mental" (TORRES, 1978a, p. 179)

2.2.6 O caráter nacional de Alberto Torres

Alberto Torres (1978b) indica as impossibilidades da construção de uma nação e do patriotismo cívico dissociado da solidariedade. A unidade social e econômica só será atingida quando reconhecidos os "elementos e aptidões" geográficos, culturais e históricos.

> O destino de um país é função de sua história e de sua geografia. O Brasil não tem história, que tal nome não merece a série cronológica dos fatos das colônias dispersas, e a sucessão, meramente política, de episódios militares e governamentais: sua história étnica, econômica e social, só começará a formar-se quando mais estreita solidariedade entre os habitantes das várias zonas lhe der a consciência de uma unidade moral, vínculo íntimo e profundo, que a unidade política está longe de realizar. (TORRES, 1978b, p. 64)

Dessa forma, a pátria seria a expressão mais básica da unidade linguística, religiosa e moral, gerida pela solidariedade entre seus indivíduos. No Brasil, como não houve a formação deste processo de unificação, o caráter nacional e o patriotismo ficaram enfraquecidos. Território e sociedade são os elementos fixos, enquanto a moral e o interesse comum são os agentes do dinamismo e funções motoras do futuro.

O caráter, a iniciativa, a imaginação e a inteligência não formam unidades nacionais. As distintas regiões do país produzem seus tipos específicos: ao norte, o calor, emotividade e imaginação são aspectos da constituição de seus homens; os homens do centro são ponderados e de espírito mais positivo; a tendência pratica e a disposição para aventura dos paulistas; o conservantismo dos fluminenses e mineiros; o espírito combativo dos gaúchos e a resistência e ambição dos cearenses. Esses agentes de diferenciação iam se intensificando gradualmente no curso da *evolução*.

> (...) O Novo Continente é um vasto laboratório, onde todos os elementos de *raça*s, religiões, costumes e línguas se encontram e se aproximam, sob a proteção da mesma lei e da mesma autoridade, resistindo à fusão. No Brasil, o descendente do primeiro colonizador português, o do africano, o do indígena, o do italiano, o do alemão, o do eslavo ao lado dos atuais colonos de diversas origens, dificilmente encontrariam, em todo conjunto de elementos do critério tradicional em que se assenta o amor à pátria, e ainda até na maior parte deles, solo para a raiz de um sentimento sério e profundo, e o Brasil é o país de colonização limitada e vagarosa. (TORRES, 1978b, p. 108-109)

Dessa forma, o autor compreende que os descobrimentos da América inauguraram um estilo novo de colonização, um tipo moderno de povoamento, "por ocupação colonial, em camadas parciais, isoladas, dispersas, sob estímulos diferentes" (TORRES, 1978, p. 95).

Os móveis psíquicos dos países de origem colonial são a cobiça e a descoordenação aventureira. Desprendidos dos "laços morais e afetivos", a audácia e a ambição não criam laços de solidariedade e apoio mútuo. (TORRES, 1978b, p. 99).

A colonização originou forças dispersas. Cada região produziu um tipo específico e particular de inteligência, caráter, atividade e iniciativa (TORRES, 1978b, p. 67). Os colonos, movidos pela aventura e ambição, desordenados nos interesses e nas paixões, produziram uma ocupação geográfica descentralizada social e economicamente. Logo:

> O brasileiro é instrumento exclusivo de sua profissão, de um credo religioso, de uma opinião filosófica, de um preconceito; seus atos são todos iluminados pelo raio lateral da carreira, de um culto, de uma ideia, de um sistema preconcebido. A vida coletiva do país não exprime uma soma de esforços, redutível, política e socialmente, a uma expressão homogênea, mas um

> amontoado de orientações e vontades anarquizadas. (TORRES, 1978b, p. 102)

Torres (1978a,1978b) evidencia as dificuldades de se formar uma estrutura baseada na solidariedade nacional e no patriotismo quando a vida política e social foi moldada pela colonização exploradora. Ademais, aponta para a coordenação política orientada por uma elite que intentava explicar as condições nacionais a partir de teorias europeias diversas à nossa condição histórica, social e política.

Nesse passo, o autor critica o critério usado para avaliação dos níveis e a idade das *civilizações*. Ele exemplifica por meio de expoentes *civilizacionais* asiáticos (Japão) e africanos (o Egito de outrora) a existência de traços essenciais do caráter e da inteligência que não podem ser correspondentes com os hábitos, a disciplina e a cultura das *civilizaçõe*s ocidentais modernas. Em relação ao autóctone brasileiro, Torres aponta a dificuldade de encontrar indícios de uma ascendência *civilizacional* antiga, pela falta de "dados positivos". Entretanto, avaliado o continente de descendentes cultos demonstram perfeita condição para a cultura social, e afirma que "primitivos, ou decadentes, os representantes destas *raça*s não são nem incapazes, nem degenerados." (TORRES, 1978b, p. 119).

Entendendo a "psicologia do saber humano" como um dos traços mais curiosos da história, Torres (1978b) enfatiza a fragilidade da construção moral da sociedade brasileira baseada em uma cultura moral europeia. Os brasileiros seriam representantes (dentro de um "quadro da *civilização* moral e social") do descompasso das aparências e da realidade. Assim, valores construídos por meio da formação tradicional e impulsos ambiciosos e egoístas se intercalam.

Uma "espécie de inconsciência nacional", base da vida mental brasileira, assumiu a premissa de entender-se por degenerada e corrompida. O hábito de menosprezar as condições físicas e morais, criado a partir da imitação de teorias "nocivas" e "infantis", no Brasil, nada tem de real. O problema nacional brasileiro, segundo Torres (1978b) é o processo formação de uma sociedade nova. A introdução de um povo estranho em um território vasto e diversificado foi complicador da adaptação à terra e organização da sociedade.

Assim, os problemas do Brasil não se dariam na ordem racial ou nos desvios de moralidade e caráter, mas por perdas e extirpações nacionais sofridas por falta de competência política. O autor entende que:

> Seria injustiça dizer-se que a nossa sociedade é dirigida ainda pelo mesmo espírito brutal de ganho dos primeiros colonizadores; é notável o *progresso* moral dos estímulos, em seus elementos cultos sobretudo; na própria subordinação dos espíritos ao critério da educação, mental, desaparelhada de ideias gerais e de cultura cívica; mas, como o sentimento moral que se desenvolve não é conduzido por princípios claros e não encontra apoio em caracteres habituados à prática de tais princípios, o resultado é que a única força produtora de efeitos práticos é a dos interesses egoístas em ação. Está aí, principalmente aí, a causa de nossas desordens, do atraso em nosso progredimento. (TORRES, 1978b, p. 103)

A formação de um caráter genuinamente nacional devia considerar a capacidade organizadora, regeneradora e consciente das forças sociais e climáticas.

Ademais, discute criticamente as teorias que afirmam a impossibilidade de existência da unidade nacional e social dentro de um país de tão variado e extenso território. Torres (1978a, 1978b) afirma que a zona intertropical é "o berço do animal humano", diz que, sob climas medianos foi onde se desenvolveram e fixaram os tipos mais perfeitos do reino animal. Assim, isso não seria um empecilho, mas um facilitador *civilizacional*. Portanto, as tendências espontâneas da *evolução* paulatinamente iam formando os vínculos da solidariedade nacional, por meio das relações morais, políticas, sociais e econômicas.

Dentro dos aspectos étnicos, linguísticos, religiosos o Brasil já se constituía enquanto nação. A pátria moderna tende a se constituir fora da unidade de conformação racial/étnica, religiosa ou da tradição, mas sim por meio da coesão política, social e econômica, assim *evoluindo* e se desenvolvendo.

De acordo com Torres (1978a), para se definir com clareza os tipos biológicos (as *raça*s), é necessário que se fuja das errôneas demarcações de divergências entre grupos ou delimitações de identidades. O que se deve procurar, enquanto marcador fundamental da diferença, são os caracteres físicos e específicos, unitários e distintivos.

Afora isso, o autor aponta para a dificuldade de encontrar uma *raça* pura, na qual estes fatores de diferenciação são evidentes e sem influência do meio, clima e sociedade. Assim, a relação entre os caracteres físicos e psíquicos nunca puderam apresentar resultados definitivos e irrefutáveis:

> Toda a nossa biologia e psicologia pode, em sua, resumir-se nesta última síntese: o homem é o ser em quem o fenômeno da vida reuniu as condições e propriedades mais complexas da 'adaptatividade'. Índole, tendências, faculdades, sentidos, instintos, potencialidades, tudo quanto, em suma, nas investigações analíticas de cada aspecto do organismo, parece cristalizar e traduzir caracteres, físicos ou psíquicos, do modo de ser a que se chama 'natureza humana', definir pendores, inclinações, limites e distinções, que predeterminem, encaminhem, fixem e guiem, a orientação dos nossos passos e do nosso espírito, tudo resume-se nessa palavra –afirmação de generalidade

> indefinida do nosso poder de desenvolvimento, sem limites e sem distinções subjetivas, talvez, mas fronteira, ao mesmo tempo, de sua extensão, fixada, no que é terreno, não por incapacidade do nosso poder orgânico – suscetível, talvez, de imprevistos extremos alcances – mas por uma necessidade geral de equilíbrio e de harmonia das coisas, a que se não pode furtar, na relatividade contingente do mundo cósmico e do finito, no tempo e no espaço, nem mesmo esse assombroso fenômeno do complexo do espírito humano. (TORRES, 1978a, p. 36)

Ao argumentar com as ideias de influência de fatores mesológicos nos caracteres étnicos, Torres (1978b) percebe que há um padrão para análise: quais seriam os mais aptos à *civilização* e quais seriam os superiores. O autor subverte a lógica da hierarquia *racial* ao afirmar que a *raça* autóctone estabelecida no Brasil tenderia a um maior grau de adaptação e perfectibilidade, se comparada às *raças* imigradas.

No Brasil, o que se tem é a *raça* colocada em situação de vantagem em relação à adaptação, primeiro os autóctones, segundo a *raça* negra advinda de clima mais semelhante, e em terceiro o branco ibérico[35], constituído pela mistura com a África e Ásia, nascidos em regiões de climas mais próximos ao brasileiro. O que se tem é a modelação orgânica e mental do indivíduo frente ao ambiente. E o que se aplica, em condições naturais, é a lei "quase intuitiva" da *evolução*.

Torres (1978a) explica que as *raça*s seriam produtos dos meios físicos. Não haveria, entre elas, predisposições valorativas e hierárquicas. O que lhes conferiria caracteres específicos e a formação orgânica e mental seria o processo de modelação entre o indivíduo e o ambiente. Para o autor, indígenas, africanos e seus descendentes produziram "tipos definitivos", altamente adaptados às condições físicas. Essa aclimatação estaria em acordo com o fluxo natural da *evolução*, tendendo ao *progresso*, afirmando a existência de índios, negros e mesclados cultos, inseridos nas artes e no campo político, contrariando a pretensão e a vaidade da nobreza étnica branca.

Produzindo uma leitura diferente de Manoel Bomfim, a respeito das condições hereditárias Alberto Torres (1978a) entende que fatores biológicos são distintivos para a hereditariedade étnica, entretanto, não possuem influência direta na hereditariedade fisiológica. Segundo Torres (1978a) não seria possível corrigir ou evitar disposições patológicas e degenerativas por meio do cruzamento entre distintas *raça*s, uma vez que a degeneração fisiológica não deve ser atribuída ao cruzamento étnico, pois os diferentes grupos, fisiologicamente distintos, já o são por meio da longa fusão das *raça*s.

[35] Ao longo das duas obras trabalhadas, Alberto Torres (1978a,1978b) aponta para a heterogeneidade das raças europeias, e a impossibilidade de conceber um tipo puro, original representante de toda a Europa. O que há é um "verdadeiro mosaico de variedades humanas" (TORRES, 1978, p.28)

Entre a hereditariedade étnica e fisiológica, apontam a inviabilidade do aconselhamento de cruzamentos entre indivíduos de *raça*s diferentes para corrigir e evitar tendências degenerativas ou patológicas. Dessa forma

> "se a união de indivíduos normais com indivíduos predispostos à moléstia ou à decadência orgânica é um dos meios de regeneração fisiológica da estirpe, não é possível dar por assentada a idéia de que estas uniões devem, ou podem, (...) gerar vantagem no cruzamento" (TORRES, 1978a, p.76).

A respeito da esterilidade entre os híbridos, ele afirma que não pode ser comprovada pela mera observação entre tipos mestiços. O mesmo pode se dar com indivíduos da mesma estirpe, sendo o fato da esterilidade ligado a hereditariedade, ao meio físico e social, condições de tempo, alimentação, etc. Logo, o que se pode concluir a respeito da discussão sobre *raça*s superiores e inferiores é a inexistência natural dessa hierarquia.

Os três autores apresentados (Manoel Bomfim, Oliveira Vianna e Alberto Torres) são exemplos de um extenso quadro de pensadores que se dispuseram a formular análises e produzir um diagnóstico nacional capaz de organizar e dar sentido ao passado (compreender a formação social, política e econômica do Brasil e seus efeitos históricos) objetivando encontrar soluções para os entraves da *civilização* e do atraso brasileiro.

Assim, as categorias *progresso*, *civilização*, *evolução*, *raça* e *mestiçagem*, são entendidas como objetos de discurso, buscando descrever um conhecimento sociolinguístico compartilhado. Ainda que haja a produção de diferentes diagnósticos das condições sociais, históricas, políticas e econômicas no Brasil, grandes lastros de pensamento são apresentados. O *progresso* e a *civilização*, a formação da nacionalidade e as *raça*s e as mestiçagens, eram elementos centrais na formulação do diagnóstico da nação brasileira.

Por fim, a busca pelo rigor científico, imparcialidade, racionalidade e a necessidade do posicionamento intelectual em prol da nação, acabou por guiar seus pensadores por caminhos que coexistiam e se entrecruzavam, apesar da controvérsia de suas conclusões. Em diálogo com os autores utilizados no capítulo anterior[36], há um claro compartilhamento das perspectivas analíticas. Os temas de análise abordados anteriormente – a experiência colonial, natureza e sociedade e a temática racial -, bem

[36] Joaquim Nabuco, Nina Rodrigues, Paulo Prado e Gilberto Freyre.

como a presença das categorias conceituais de análise deste trabalho, aparecem nas obras/fontes demonstrando pontos de convergência nas análises.

Desse modo, até este ponto, buscou-se averiguar a formação e a circulação de grandes motes de análise, no que concerne à formação da sociedade brasileira. O objetivo deste capítulo foi apresentar, de forma sistematiza e sintetizada, de acordo com os autores, como se deu a interpretação dos processos históricos nacionais e seus desdobramentos. Este capítulo foi mais um passo adiante nesta pesquisa no sentido da compreensão e análise das leituras e diagnósticos nacionais do século XX.

O próximo capítulo terá por objetivo, demonstrar a formação do *corpus* teórico conceitual de época por meio do léxico, a partir da articulação dos grandes lastros teórico-analíticos demonstrados e explicados até aqui, presentes nas seis obras/fontes. Os tópicos trabalhados neste capítulo – hereditariedade, mentalidade nacional e caráter nacional- aparecem nas fontes como estruturas que conectam e incorporam as discussões da experiência colonial, da influência do ambiente físico e da conformação étnica brasileira, articulando as categorias teóricas conceituais fundamentais do discurso de época das primeiras décadas do século XX: *progresso*, *civilização*, *evolução*, *raça* e *mestiçagem*.

A seguir, no capítulo três, as seis obras/fontes descritas neste capítulo serão esmiuçadas e trabalhadas. Portanto, será feito o apontamento e explicação dos usos e sentidos destes conceitos - *progresso*, *civilização*, *evolução*, *raça* e *mestiçagem* – (con)formadores do léxico de época, para explicação e análise da sociedade brasileira.

3 USOS E SENTIDOS DAS CATEGORIAS CONCEITUAIS NA FORMULAÇÃO DO LÉXICO

O capítulo anterior apresentou o conteúdo das obras/fontes, bem como mostrou de forma superficial as proximidades de uma linguagem comum a respeito da formação da sociedade brasileira nas décadas iniciais do século XX. Neste capítulo, o esforço é de demonstrar a utilização dos termos, vocábulos e conceitos como ferramentas de organização e sentido na conformação do léxico.

Sendo assim, o objetivo central é apresentar a polissemia existente nas categorias conceituais: *progresso*, *evolução*, *civilização*, *raça* e *mestiçagem* (cf. Anexo 1 para lista de sinônimos presentes nas fontes). A partir destes conceitos se percebe a (con)formação de um quadro teórico-conceitual do século XX, que é explicativo da sociedade brasileira. Mais que palavras essas categorias são constructos históricos de ordenação e explicação de mundo.

É importante ressaltar que cada universo histórico cultural é expresso no campo da linguagem, que é fonte de produção de sentido por meio da interpretação do passado e presente, projetando as relações entre sujeito e objeto por meio da língua. O léxico pode ser entendido como o conjunto de termos, vocábulos e conceitos, dentro de um sistema linguístico que compreende a uma unidade categorizada e classificada, podendo ter diferentes empregos. (STEFANES, 2006, p. 1413)

Como já foi explicado ao longo deste trabalho, o estudo do léxico deve ser baseado na cultura a fim de demonstrar os traços ideológicos, os sentidos produzidos, as marcas históricas e o partilhamento dentro de uma coletividade (PAIVA, 2015). Assim, é possível buscar as especificações, os valores de uso, o poder explicativo das unidades léxicas. O campo lexical é o conjunto dessas unidades, em que há a produção de uma zona comum de significação definida por afirmações e oposições diretas.

Deste modo, este trabalho visa demonstrar a mobilização de um conjunto de conceitos, termos e vocábulos, dentre seus distintos empregos, que conformam um campo lexical para a compreensão da sociedade brasileira nas décadas iniciais do século XX. Analisar a formação e a utilização da linguagem é uma forma de compreensão da própria experiência histórico-cultural de um povo.

Adam Schaff (1978) afirma que há uma relação mútua entre a linguagem e a realidade. A “linguagem-pensamento” encarna a capacidade do processo cognitivo humano expresso por meio de um sistema de signos verbais, ou seja, a linguagem é

fruto de uma concepção abstrata e convencionada capaz de dar sentido à realidade. Portanto, a linguagem é primordial para constituir uma estrutura, uma zona de convergência, de ideias e conceitos, o que possibilita uma comunicação efetiva. Por sua vez, Koselleck (2006) indica a presença de uma batalha semântica para posicionar, fixar ideias e conceitos que são na verdade definições políticas e sociais.

Esse prélio indica o constante movimento de conteúdos e significados, ou seja, determinadas palavras que são constantes (não apresentam variação) em relação ao marco histórico/temporal podem conter em si uma derivação da manifestação de categorias conceituais. A introdução e/ou produção de um novo conceito implica na construção de uma nova estrutura de significados, que não é isolada historicamente, mas representante de um processo de formação e transformação de elementos extralinguísticos, isso é, o aparecimento de uma nova terminologia social e política da língua. (KOSELLECK, 2006)

Ademais, Bloch (2001) aponta que é por meio da linguagem que se tem a capacidade "de desenhar com precisão os contornos dos fatos" (BLOCH, 2001, p.131), ou seja, tem o poder de dar forma aos eventos históricos. Logo, a linguagem histórica é sujeita a variações e flutuações em seu vocabulário. Entretanto, essas mudanças não implicam, diretamente, a produção de uma nova nomenclatura. Segundo Bloch, as mudanças ocorrem de forma lenta e gradual e nem sempre expressam a necessidade de mudar rótulos, pois a própria definição de transformação é ausente.

A fim de compreender e analisar o léxico que conta a história brasileira, foram definidas as seguintes categorias de análise, que são na verdade unidades lexicais (que operam e produzem sentido mutuamente) compartilhadas nas seis obras/fontes: *civilização*, *progresso*, *evolução*, *raça* e *mestiçagem*. Tais expressões são analisadas nesta pesquisa como ferramentas de entendimento e organização do pensamento intelectual brasileiro nas décadas iniciais do século XX.

A definição dessas unidades se deu pela possibilidade de estruturação e sistematização não somente do pensamento dos três autores sobre a formação da sociedade, mas da conformação do próprio discurso de época sobre a estruturação da sociedade brasileira.

Ao longo das análises é possível perceber o peso e a centralidade diferenciados que cada um dos autores – Manoel Bomfim, Oliveira Vianna e Alberto Torres – conferiu a cada um dos elementos analisados (*progresso*, *evolução*, *civilização*, *raça* e *mestiçagem*). Para compreender os sentidos conferidos a essas categorias, a análise dos

termos, demonstrará as formas de utilização e a conformação de um discurso de época. Este discurso de época, invariavelmente, mobilizava as categorias conceituais *progresso*, *evolução*, *civilização*, *raça* e *mestiçagem*, na busca de compreender a formação histórica brasileira. Assim, o que se pretende é conformar uma leitura da historiografia brasileira datada entre as décadas finais do século XIX e décadas iniciais do século XX, que perpassa por estruturas fundamentais para compreender a formação nacional.

3.1 *Progresso*

Nas fontes deste trabalho há a confluência da perspectiva de que o auxílio da ciência, para compreender a constituição histórica do Brasil, seria o instrumento fundamental para promover o *progresso* e torná-lo civilizado. Bresciani (2005) diz que a aposta nos métodos científicos e na aplicação universal deles, interpôs-se como a possibilidade de uma análise histórica feita de forma objetiva e isenta. A *evolução* natural da humanidade encontrava no *progresso* o caminho para atingir a *civilização*.

Nas obras de Bomfim (1993,1940) o termo *progresso* pode ser associado a distintos elementos. Para o autor as descobertas da ciência, que resultam no conhecimento e vitória do homem sobre a natureza, no labor inteligente e na criação da indústria moderna, são fatores que encaminham o curso do *progresso* nas sociedades.

Para além disso, Bomfim (1993) define o *progresso* como a luta do homem contra a natureza para retirar dela o que é preciso para a vida. Nessa batalha constante o homem "vai apurando a inteligência, aguçando a observação, acumulando experiência, inventando recursos, adotando tudo que lhe parece facilitar essa conquista necessária da natureza" (BOMFIM, 1993, p.87). Para *progredir* e aceitar o *progresso* é necessário essa vivência e o contato direto com a natureza. É esse constante movimento que permite a compreensão do "sentimento imediato da vida".

Enquanto o *progresso* de forma geral continua em ascendência, por meio do *progresso* científico, da filosofia e do estudo na natureza, o parasitismo faz com que os países ibéricos degenerem (BOMFIM, 1993; BOMFIM, 1940). Esses que estavam (trans)formando a cultura moderna, o conhecimento científico, que iluminavam outros povos para os ideais de justiça e liberdade estão estacionados nos graus de *progresso* e *evolução*.

Para compreender o declínio da sociedade ibérica, Manoel Bomfim discorre sobre a degenerescência e disfunção de seus órgãos, especializações e o desmantelamento de sua divisão do trabalho, a partir do "parasitismo social"[37]. Em *sociedades adiantadas* há uma diferenciação das funções especializadas, da mesma forma que ocorre com os organismos biológicos[38]. As atividades são (sub)divididas, complexificando as relações e as atividades da vida social. Em sociedades primitivas, inferiores, os indivíduos compartilham as mesmas condições, todos realizam um número restrito de funções. Assim, se a "*marcha do progresso e da evolução*" acontece da mesma forma em organismos biológicos e sociais, a condição de "parasitação" é o indicativo da degradação do sistema complexo de divisão do trabalho.

Os órgãos já não trabalham pelo esforço contínuo de desenvolvimento e perdem o hábito de lutar contra a natureza, dada à falta de estímulo contínuo. O *progresso* "é o resultado da luta do homem com a natureza, para tirar dela o que é preciso à vida, e para evitar as suas inclemências. Para isto, ele vai apurando a inteligência, inventando recursos, adotando tudo que lhe parece facilitar essa conquista necessária" (BOMFIM, 1993, p. 167)

Dessa forma, a vida parasitária (exploração do trabalho alheio, iniquidades, cobiça e extorsões) de ibéricos sobre outras sociedades lhes impede de apurar os sentimentos de justiça, moralidade, equidade e os valores altruísticos e dos laços solidariedade. O que se tem é a inevitável criação de uma cultura de egoísmos e perversidades, distanciada do *progresso* moral.

O parasitismo predatório eliminou "impérios adiantados, populosos e de civilizações vivazes" (BOMFIM, 1993, p.54)[39] na América Latina, levando o ouro e a

[37] A ideia de "parasitismo social", não é original e exclusiva do pensamento de Manoel Bomfim. Dentro da obra *A América Latina males de origem*, o autor faz referência ao crítico das teorias de hierarquização racial Max-Nordau para apontar que o legítimo fenômeno da degenerescência tem por um de seus motivadores o crime do parasitismo humano. Citando Schaeffle (*apud* Bomfim, 1993) indica que a vida parasitaria produz compensações que podem levar ao excesso de devassidão e bebida. A noção de parasitismo também aparece na obra de Alberto Torres, como será assinalado posteriormente.

[38] Assim como afirma Aguiar (2000), Manoel Bomfim não somente utiliza a metáfora biológica para exemplificar as condições da vida em sociedade, mas a entende como um organismo social.

[39] Como indica Bomfim: "O mais sensível e lastimável é a perda de milhões de indivíduos – homens aptos, dos mais aptos entre os nativos da América; homens que não eram mais o selvagem descuidoso, sem educação social, sem hábitos de trabalho, vivendo miseravelmente dos recursos naturais da selva e dos rios. Não; eram homens cujo esforço inteligente havia produzido e acumulado riquezas e monumentos, capazes de desvairar os invasores famintos. A conservação de tais indivíduos, ou melhor, a conservação de tais povos e civilizações, respeitados os seus diretos naturais, permitindo-lhes a desenvolver-se segundo seu gênio e caráter, aproveitando-se o concurso, a iniciativa, a inteligência dos adventícios – isto teria trazido à vida econômica das novas sociedades, saídas da fusão e assimilação de uns e de outros, elementos preciosos de *progresso* e estabilidade. Com as populações exterminadas, desapareceu tudo que elas sabiam sobre as coisas deste continente, toda a sua experiência, tudo, enfim,

prata prodigiosamente e deixando tribos selvagens apavoradas e desmoralizadas. Bomfim (1993) afirma que enquanto havia riquezas naturais, os ibéricos foram guerreiros, conquistadores e depredadores, entretanto, esgotando-as o que se instala é a condição sedentária e parasitária. O regime parasitário produziu no caráter dos países da América Latina[40] (mesmo depois de emancipados) uma influência natural de vícios – enfraquecimento e a violência nas relações - gerados e impostos pela forma de organização colonial.

As influências das metrópoles no organismo das colônias se manifestam em todas as esferas da vida coletiva: econômica, social, política e moral (BOMFIM, 1993). Assim, os efeitos secundários da parasitação provocam defeitos, anomalias e perversões na constituição e desenvolvimento das sociedades. O regime parasitário introduziu a escravidão negra e como consequência desenvolvimento político e econômico foram turbados pelas imposições de um regime antagônico, opressivo, corrupto e retardatário avesso ao processo evolutivo natural das sociedades. Logo, o parasitismo é o inimigo do *progresso*.

Além disso, o autor afirma que para levar as sociedades latino-americanas ao *progresso* é necessário estabelecer uma luta sistemática, consciente e direta contra o passado e deixar despontar apenas a solidariedade afetiva, os sentimentos de hombridade e independência nacional, que são característicos do povo. Esse será o meio de diminuir a distância das nações da América Latina e as realmente *progressistas* e cultas.

Sendo assim, fatores como a relação de governantes e governados, o aparelho do estado, a massa de colonizadores seguindo os móveis de conduta do enriquecimento e da cobiça, a falta de homogeneidade, a dificuldade de sustentar o nacionalismo e o patriotismo, a tradição parasitária além de hábitos e costumes anacrônicos com a realidade, são elementos que causam profundas perturbações no *progresso* político, social e geral da sociedade brasileira.

---

que representava uma perfeita adaptação à natureza americana. E as que não foram destruídas – ameaçadas, escravizadas, cheias de ódios, fugiram para as brenhas, e converteram-se logo em elemento perturbador da vida econômica da colônia, praticando depredações, provocando lutas, exercendo represálias, em que se consumiram inutilmente vidas e energias. (BOMFIM,1993, p.129)

[40] Os demais povos da América do Sul sofreram, perturbações nas condições da formação de suas nacionalidades bastante similares ao Brasil. O autor afirma que se advém de antecedentes comuns, os sintomas serão naturalmente os mesmos. Isto porque, as nações colonizadoras, Portugal e Espanha, apresentavam em sua "vida" e "caráter" uma configuração geral de atraso. Esses povos que já estiveram na vanguarda do *progresso* e foram expoentes da *civilização*, caminham a desorientação, fraqueza e irritação constante (BOMFIM, 1993, p.54).

A plasticidade intelectual e o grande poder de assimilação, presentes nos portugueses e passados ao povo brasileiro, são qualidades preciosas para o *progresso*. Isto porque, o parasitismo ainda que social não causa modificações orgânicas, os efeitos causados por ele são de ordem moral, logo, podem ser corrigidos com a reeducação social. A queda da tradição parasitária e a crítica ao regime apontam para a entrada no *progresso*.

A ideia de *progressão*, para BOMFIM (1993, 1940) aparece como a capacidade de "*raça*s rudimentares e maleáveis", a partir da permeabilidade social e moral com sociedades "já caracterizadas e fixas" renovarem-se e atingirem o *progresso* mais rapidamente que nações velhas (menos adaptáveis e variáveis). Outra forma de atingir o *progresso* moral e social é a busca constante do desenvolvimento dos sentimentos altruístas, da solidariedade, harmonia e unificação da espécie humana que conformam os elementos de valor superior do homem.

O pressuposto de *progresso* geral da humanidade e *progresso* geral da espécie parecem contrapor o *progresso* nacional. Isto porque a ideia que permeia as fontes selecionadas é a de progressão da humanidade, a partir da luta e conquista da natureza (meio) e o desenvolvimento da complexificação das funções sociais e dos sentimentos de solidariedade e justiça, seriam fatores de ordem natural.

Assim, como ocorre nos organismos biológicos, a sociedade humana regida por leis sociais também haveria de progredir gradativamente (*progresso* normal das populações). Sua apuração e melhoria constante demonstram a necessidade de se adaptar e vencer as condições da natureza. Entretanto, Bonfim (1993) afirma que não há uma "corrente fatal" que destine ao *progresso*. Os recursos científicos, a iluminação da crítica e do saber, a busca constante pela fraternidade e da felicidade são os passos para a marcha do *progresso* e da *evolução*.

Em semelhante visão, Alberto Torres (1978a, 1978b) compreende o *progresso* como o somatório das atividades altruístas e solidárias. O desenvolvimento da prosperidade, da cultura, das classes e associações, enfim, a junção das unidades e seus múltiplos seria fundamento da conquista do *progresso*. Portanto, a mais alta expressão do *progresso* é quando os homens têm por móveis íntimos a solidariedade social. A Terra é o ambiente que naturalmente já impulsiona o *progresso* da humanidade. De geração em geração o desenvolvimento da energia e da riqueza acentuam a marcha para a harmonia e o equilíbrio entre o homem com a Terra.

Para Torres (1978b) o *progresso* é um lento processo de conquistas infinitesimais na relação do homem com a natureza. Indica que o processo é similar a composição geológica da crosta terrestre, o equilíbrio de fatos físicos, químicos e mecânicos compondo uma situação de estabilidade. Para Torres (1978b) as gerações contemporâneas vivem um roubo do *progresso.* O capitalismo, a inércia, a atividade infecunda e a febre do enriquecimento aviltam as possibilidades de progressão da sociedade.

O *progresso* e a prosperidade em velhos países seriam frutos da elaboração lenta e paulatina da relação entre homem e sociedade vislumbrando a paz e harmonia. Entretanto, o autor discorre sobre as consequências do distanciamento entre a prosperidade material e o *progresso* moral nas nações mais civilizadas. O resultado é miséria não somente relativa à fome, mas à perda das aspirações espirituais de satisfação, cooperação e solidariedade.

Para Torres (1978a,1978b) um princípio da moderna humanidade culta, uma doutrina geral, seria a conservação das riquezas naturais para as futuras gerações. A proteção e a exploração prudente dos recursos, assim como das distintas *raça*s e nacionalidades contra ameaça aos seus interesses vitais, a prosperidade, a segurança e a propriedade seriam a convergência da conquista do *progresso* contemporâneo.

Diferentemente do peso dado ao *progresso* nas obras trabalhadas de Bomfim (1993,1940) e Torres (1978a,1978b), o autor Oliveira Vianna não destaca o termo *progresso*. Ainda que seja possível perceber em suas obras uma preocupação com o futuro do país e curso da marcha histórica, Vianna (1991, 2002) não toma o *progresso* como elemento de centralidade de suas análises. Para o autor o conceito de *progresso* aparece em três ocasiões nas obras: *progresso* nacional (associado à índole do povo), político e moderado (cf. Anexo 1).

Segundo Oliveira Vianna (1991,2001) um ponto fundamental para se compreender a formação da sociedade, para além dos fatores históricos e sociais, é analisar a índole do povo. Afirma que o Brasil vivia uma situação paradoxal: "no Brasil todos mandam, ninguém obedece, e tudo vai bem". As desordens políticas e sociais não impediam, no limite, algum nível de ordem e *progresso.* A índole do povo, conformada em doçura, equidade e bondade permitia que o *progresso* vá se fazendo em meio ao "desgoverno geral" sem criar um sistema degenerado.

O *progresso* político seria a consolidação de um Estado que pudesse organizar a nação por meio do fortalecimento da autoridade nacional. Nesse sentido, Vianna (1991,

2002) entende que o Estado deve ser soberano e intervir, compreendendo a natureza dos elementos povo, terra e sociedade (caracteres físicos e sociais), a fim de centralizar as ações para promover as melhorias necessárias para a nação.

O *progresso* moderado seria, para Vianna (2002), o período do reinado de D. Pedro, meio século em que houve justiça, moralidade e ordem. D. Pedro de "espírito culto e prudente" teria contido o "centrifugismos" das províncias, que perturbavam nocivamente a ordem nacional, instaurou a ordem pública e privada, a retificação da moralidade e concedeu ao Brasil um *progresso* "moderado, disciplinado e sadio".

É evidente nas obras que a ideia de *progresso* perpassa, com maior ou menor vigor, em todas as fontes trabalhadas, mesmo que em sentidos diferentes (nem sempre divergentes) o *progresso* é visto como um movimento, quase natural, que pode ser perturbado ou estimulado.

O *progresso* pode ser orgânico, científico, social, moral, material, humano, nacional, etc. Entretanto essa força modificadora possui sempre um aspecto geral, uma mudança monótona em linha reta. É a ideia de tornar a humanidade gradativamente melhor em suas várias instâncias (social, econômica, política, cultura, etc.) buscando a liberdade, a construção dos laços de solidariedade, o conhecimento, o equilíbrio e a harmonia.

Outra ideia grandemente referenciada, e por vezes associada à concepção de *progresso* é a de *evolução.* Nas fontes, *evolução* também possui sentido polissêmico e constitui um dos motes do pensamento histórico-científico dos séculos XIX e XX, conforme é mostrado adiante.

3.2 *Evolução*

É de entendimento geral, nas seis fontes trabalhadas, a noção da sociedade como fruto de um processo de *evolução.* A *evolução* com sentido biológico só aparece no século XIX amparada pelas teorias científicas da época. Assim como nos organismos biológicos, a *evolução* humana é um acontecimento em progressão. O *progresso*, segue uma essência evolutiva linear e geral. Nesse sentido, a *evolução* remete ao desenvolvimento, ao aperfeiçoamento, pressupondo um estado inicial (primitivo) e um estágio final (*civilização*).

Manoel Bomfim define a *evolução* humana como o "*progresso* do espírito, a cultura da inteligência para conhecer, a cultura do sentimento para amar" (BOMFIM,

1993, p. 240, grifo nosso) O autor afirma que a nacionalidade é fruto de uma *evolução:* a confluência de fatores históricos, de tempo e lugar. Portanto, a análise dos antecedentes mostra as forças formadoras do presente, combinando as ações do passado e as condições do meio.

Sendo assim, são as múltiplas variações e combinações destes elementos (naturais e sociais) que constituem a mola que impulsiona a *evolução*. A *evolução* está sempre ligada a uma leitura do passado para o encontro com o futuro. Desse modo, o retardo ou a suspensão da marcha necessária para a *evolução* humana não traz consequências graves à vida orgânica e social da sociedade. Por isso, aqueles que se dispõem a dirigi-la e a guiá-la política e socialmente devem ter por objetivo facilitar o trajeto e procurar o caminho que melhor satisfaça os anseios da *evolução.*

Bomfim (1993) indica a impossibilidade de suspender a *evolução*. Entretanto, quando as sociedades só satisfazem os ímpetos egoísticos e se obstinam em não progredir, a marcha da *evolução* se retarda. O autor mostra que, ao instituírem as colônias nas Américas, os países ibéricos ainda não haviam completado seu quadro de *evolução* e *progresso*, a vida parasitária conferiu a eles um processo degenerativo e degradativo, ou seja, um regresso social.

A respeito do futuro da humanidade, Bomfim (1993, 1940) indica que felizmente a *civilização* e o *progresso* encontram na *evolução* redentora a prosperidade econômica e material por meio do apuro da cultura intelectual. De forma geral, a constante, vital e lenta *evolução* dos seres sociais, assim como nos biológicos, segue leis gerais que apontam o caminho da *evolução* mental, social e moral até o mais alto grau evolucionário e se complete.

Por sua vez, o autor Alberto Torres (1978a, 1978b), assim como Manoel Bomfim, define a *evolução* como processo de aperfeiçoamento constante rumo ao *progresso*. Para Torres (1978b) a *evolução* social não decorre de forças místicas e transcendentes, mas, é fruto de efeitos forçados da organização coletiva, uma vez que, a *evolução* é vagarosa, gradativa e processual. Nesse contexto, as nações e os povos são a conformação de hábitos *evolutivos* do processo de elevação sucessiva da sociedade, organicamente integrada.

A partir do fim do século XVII, a *evolução* do pensar humano passou por uma "primavera de ideias", em que as faculdades mentais do homem, oprimidas pelas velhas instituições despóticas, podem guinar para aspirações democráticas, de direito, igualdade e para os vários ramos da ciência. Entretanto, o autor afirma que uma das

consequências não previstas desse processo *evolutivo* foi desenvolvimento cultural e científico. A "vertiginosamente desproporcionada" excitação das ambições, a aceleração da indústria e do comércio, as invenções matérias e dos instrumentos mercantis reformulou aos interesses do homem, dando lugar à cobiça, o egoísmo e a ganância.

Para Torres (1978b), o transplante de uma população exógena, a produção de forças concorrentes e os móveis de cobiça, produziram condições vida e *evolução* muito diferentes entre as nações novas e os povos de "existência multissecular". A *evolução* espontânea das nações de formação imemorial é bastante distinta da ocorrida entre as sociedades perturbadas por ondulações em sua formação.

A respeito da *evolução* étnica dos homens, Torres (1978a) assume a premissa da igualdade de condições e a uniformidade de aptidões para recepção de costumes, ideias e sentimentos, a formação da moral e da inteligência entre os homens. A adaptação social e física seriam, assim, o modelador étnico tanto para os indivíduos civilizados quanto para os selvagens. De fato, o que cria essa diferença entre civilizados e selvagens, é a ocorrência das múltiplas direções do aperfeiçoamento *evolutivo*.

De maneira sintética, Alberto Torres (1978a,1978b) busca apontar as diferenças dos caminhos da *evolução* entre velhas e novas nações. Os povos de longa história tiveram uma *evolução* orgânica normal: lenta e gradual, enquanto, as sociedades novas, formadas por ímpetos do colonialismo tiveram seu crescimento evolutivo regular perturbado pela desorganização política, social e econômica.

Aproximando-se da perspectiva da existência de leis condutoras da *evolução* como analisado por Alberto Torres, o autor Oliveira Vianna (1991, 2002) afirma que a *evolução* histórica da mentalidade coletiva é esforço de contínuo aperfeiçoamento, processos da lógica social. Entretanto, os autores se diferem no entendimento do peso das consequências históricas e sociais para a *evolução* racial. Para Vianna (1991), os elementos étnicos influenciam na formação da população. Há elementos bárbaros no espírito e no caráter das populações de mestiços, mulatos e mamelucos, conformando uma mentalidade mestiça. A *evolução* nessa situação, seria a ascensão conformada pela perda dos caracteres híbridos e aproximação dos valores e traços arianos.

Desse modo, a *raça* branca, pra Oliveira Vianna (1991,2002), é de refinada sensibilidade no desejo de enriquecer, melhorar e gozar dos prazeres da *civilização*, pois o trabalho de uma lenta e longa *evolução* ocorreu nos exemplares mais elevados da humanidade, não estando entre esse *hall* indígenas e negros.

A respeito da *evolução* do organismo governamental brasileiro, Vianna (2002) destaca uma estrutura paradoxal, assim como a do *progresso* social. Ademais, o autor afirma que apesar do rudimentarismo agrícola, da dispersão e da desorganização na nacionalidade, o aparelhamento político brasileiro é digno de "uma sociedade organizada e altamente evoluída". O curso natural da *evolução,* que estabelece a transformação histórica natural da monarquia para aristocracia e subsequentemente para a democracia (a partir da complexificação das funções e crescimento dos órgãos política) não se completou no Brasil.

As estruturas e funções do poder público e político já foram produzidos, em seus primórdios, de forma diferenciada e completa. Perfeitamente adequada ao grau de complexidade de sociedades europeias, em adiantada fase de *evolução,* apresentou uma intensa disparidade com a condição brasileira desde o período colonial. Resumidamente, Oliveira Vianna (1991,2002), centraliza a análise da *evolução* num sentido social e voltada para a situação brasileira. Assim, o autor aponta para a complexidade entre a formação de uma sociedade mestiça, portanto, com *raça*s em diferentes níveis *evolutivos* de espíritos, de moralidade e sensibilidade, e as estruturas políticas e sociais.

A problemática da *evolução* e do *progresso*, como já discutida anteriormente, estão intimamente relacionadas aos vários sentidos de *civilização.* O próximo tópico tem por objetivo demonstrar os vários "sentidos de uso" dos termos relacionados à *civilização,* num esforço de demonstrar progressivamente a estrutura lexical compartilhada entre as fontes.

3.3 *Civilização*

A concepção de *civilização* também fica evidente no estudo e análise das obras/fontes, uma vez que, c*ivilizar* o Brasil seria último passo da *evolução* e do *progresso.* Nos textos pesquisados o termo *civilização* aparece de duas maneiras marcadamente distintas: como parte de um processo desejável, que é baseado nos valores morais, intelectuais, políticos e econômicos, dos velhos povos; e num segundo sentido conferindo uma aproximação e organização de costumes e hábitos, e uma ideia (diacrônica) do que se costuma entender por cultura.

De acordo com Bomfim (1993), a primeira condição para se conquistar a *civilização* é conhecê-la, entender os recursos disponíveis, as necessidades que se

impõem no tempo e no espaço. Assim, o papel do homem na *civilização* é o de lutar e conquistar a natureza, impor a *evolução* a "melhor marcha para a conquista de um ideal". Portanto, o resultado final da *civilização* deve ser extirpar as dores dos conflitos entre indivíduos, conquistar o *progresso* social, a felicidade e a harmonia pela cooperação.

A *civilização* atual tem como pressuposto a liberdade, já que o homem não deve ser um "entrecruzamento de vontades arbitrárias" dentro de seu meio social. Sua ação deve ser baseada numa perfeita inteligência dentro de um regime de liberdade que o permita seguir leis definidas. Manoel Bomfim (1993) mostra que para se alcançar a *civilização* e o bem geral é preciso lutar pelo *progresso* social e pelo *progresso* moral da nação a fim de afastar as influências contraditórias a ele, injustiças e privilégios. Nesse sentido, o autor ressalta o desejo de justiça e *progresso* para subir à *civilização*.

Ademais, Bomfim (1940) afirma que no estado em que se encontravam os povos da América Latina, mal podem ser chamados de *civilizados*. As nações novas só conseguiam *progredir* um décimo do que é necessário para alcançar e gozar dos mesmos benefícios das nações *civilizadas*. O efeito deste retardamento, que impedia o Brasil de alcançar o estado da *civilização* moderna, é a infelicidade pelas condições de inferioridade.

Essas perturbações causadas pela parasitação também tiveram consequências para a *civilização* ibérica. Nesse passo, Bomfim (1993) pontua que as sociedades, após um período de *progresso* atingindo o estado de *civilização* superior, degeneram e caem. Isto porque a condição parasitária é antagônica ao próprio *progresso* da *civilização*, assim o que se tem é o extermínio de grandes *civilizações*.

O autor mostra que no afã colonizador, os ibéricos destruíram e exterminaram as *civilizações* (no sentido de povos/ nações) originais da América. Povos exuberantes, de ricas tradições e monumentos, civilizações vivazes, destruídas pela cobiça do ouro e prata. Segundo Bomfim (1993) a mais lastimável consequência deste processo brutal foi a perda de milhões de indivíduos, que não eram selvagens descuidados, possuíam hábitos de educação, trabalho e exploravam a terra para obter dela recursos de melhoria de vida. A partir de um esforço inteligente, esses povos exuberantes acumulavam riquezas e monumentos e eram os mais aptos entre os nativos, pois já haviam alcançado um estado de *civilização* superior.

Dessa forma, Bomfim (1993, 1940) afirma que há provas da capacidade indígena de atingir uma *civilização superior*. Segundo o autor, há demonstrações

categóricas na história, da perfectibilidade social destes povos. Os impérios que se encontravam aqui (inca e asteca), cujo estado de *civilização* era superior ao da Europa central no século IV e V, era obra exclusivamente das *raça*s indígenas.

Nesse sentido, não se pode contestar a capacidade destes povos de sair do estado de selvageria primitiva e chegar ao grau de organização, cultura e *civilização* que orgulharia os europeus. Assim, Bomfim (1993, 1940) vale-se das leis de *evolução* social para afirmar que as dificuldades de vencer a selvageria primitiva e formar uma sociedade disciplina e organizada é muito maior que levar a cultura moral e intelectual (que possuem as sociedades da Europa) ao indígena. Portanto, não se pode dizer que o indígena é um elemento refratário da *civilização*.

A conservação de tais *civilizações* e a permissão de seu desenvolvimento natural (em gênio e em caráter) teriam consequências valorosas: uma vida econômica baseada na assimilação e na fusão, conduzindo ao *progresso* e à estabilidade. Entretanto, instituída a sociedade de exploração e o regime escravocrata uma massa de sujeitos desmoralizados, contaminada por vícios e defeitos, vivia à margem da *civilização* que foi reduzida a uma vida rudimentar e primitiva, vivendo em permanente estado de instabilidade e irritação.

Na visão de Bomfim (1993, 1940) os povos primitivos se distinguem exatamente pelo conjunto de características negativas que possuem: a indiferença pelo passado, o caráter inconsistente, a leviandade, a imprevidência, etc. Entretanto, ao passo que progridem a *civilização* iria substituindo esses vícios por qualidades.

Porém, Manoel Bomfim (1993) discorre sobre a existência de uma noção de *civilização* perniciosa. A Europa julgou, sem conhecimento, a situação e a condição política e social da América Latina, produzindo um juízo universal condenatório. Essa conformação da opinião europeia desmoralizou e desestimulou a busca por melhorias políticas, econômicas e sociais. A implacável sentença da *incivilização* foi, para os americanos, fontes de dores e sofrimento. O desprezo do mundo civilizado pelas populações americanas fundamentava-se em uma "sociologia da cobiça" onde essas sociedades eram julgadas como incapazes, inferiores e refratárias ao *progresso*.

Segundo o autor, não se pode considerar um ignorante, vivendo fora do mundo civilizado em primitiva animalidade, como resistente à *civilização*. A falta de trabalho do espírito, de aspiração superior e de conforto não lhe permitiam sequer cobiçar a *civilização*. Entretanto, se for aberta a consciência e a inteligência e cercá-lo por

estímulos será aberto o caminho da atividade espontânea, fecundaria em desejos de *progresso* e *civilização*.

Assim, seria preciso saber o estado da população para instruir e educar a sociedade, a fim de que se chegue ao nível da *civilização* atual. Quando preparados e esclarecidos, os homens são instrumentos de transformação. Em tal esforço, é preciso combater os males de origem que se impõem ao *progresso*. Somente dessa forma seria possível vigorar uma América Latina, no movimento do *progresso*, livre e moderna.

Na contramão das conclusões de Manoel Bomfim, sobre a capacidade geral de civilizar e progredir por meio da (re)educação, Oliveira Vianna (1991, 2002) defende que há predisposições naturais, tendências hereditárias que balizariam as condições de *progresso* e *evolução*.

Vianna (1991,2002) pontua que a diversidade de tipos e mentalidades, entre nações negras encontradas no Brasil, é superior que entre as *raça*s europeias. Dessa forma, a multiplicidade das nações e seus sujeitos permite verificar, na opinião de Vianna (1991), a existência de grupos étnicos mais avançados e tribos de negros de instintos selvagens, mentalidade rudimentar, incapazes de qualquer melhoria ou ascensão pelo fato de serem absolutamente incivilizáveis.

Dentre os infinitos tipos mestiços analisados por Vianna (1991,2002), o mulato superior (resultado do cruzamento direto de branco e negro do tipo superior), ariano de caráter e inteligência – herdeiros dos caracteres psíquicos e somáticos da *raça* nobre–, seria o único capaz de colaborar na organização e na *civilização* do país.

Diferentemente do mulato inferior, incapaz de ascensão, degradado, afligido por retornos atávicos, o mestiço de classe superior e de caráter ariano se salva desta lastimável regressão. Portanto, eram a expressão da capacidade de refletir e assimilar a *civilização* ocidental. De diferente forma o índio, o negro e seus mestiços não teriam a capacidade de exercer a função superior de civilizar-se.

Afora isso, Oliveira Vianna (2002) afirma que os "genuínos patriarcas" da *civilização* brasileira são aqueles que fizeram a "transladação da *civilização* europeia para esses centros originalíssimos de transmutação social". Os homens que faziam esse movimento de colonização e *civilização* não eram fidalgos de *raça*, mas corajosos homens sadios e fortes que adentraram o interior brasileiro se fixando em seus latifúndios. Eles eram de "índole plácida e feitoria patriarcal" com espírito democrático, de maneiras e costumes modestos, os heróis da conquista trabalharam a terra, caldearam-se, vivendo na ordem e na paz, pelo sedentarismo agrícola. Por essa razão, o

autor afirma que o vaqueiro é o "vanguardeiro da *civilização*" brasileira. É o laborioso que organiza e prepara o meio para a indústria e o *progresso.*

Oliveira Vianna (2002) também indica que em povos civilizados, de origem de *civilização* transplante (onde há transportação social e política da metrópole para a colônia), possuíam duas constituições políticas: uma que são os códigos e leis escritas, que pouco valem e que não se pratica, e outra é a que o povo adapta aos seu espírito, à mentalidade e à estrutura (re)estabelecendo as condutas do cotidiano.

Ademais, Vianna (2002) afirma que a *civilização* brasileira existe no "limbo de anarquia" que a circunda. Os latifúndios, palco do mestiçamento, produziam uma massa populacional sem aspirações e aptidões para os valores da *civilização*. Consequência disso, era a constante ameaça do desequilíbrio e da instabilidade, já que para lidar com esta inconstância as instituições sociais, na opinião do autor, eram meios de "proteção e reação contra a anarquia". As confederações e/ou sindicatos trabalhistas despertavam uma solidariedade, seja de classe, família ou de *raça*.

Todavia, segundo Alberto Torres (1978a,1978b) a anarquia política e social que afligiam o Brasil eram as ameaças aos interesses orgânicos da economia e sociedade. A conservação social, política e econômica brasileira seria o dever da *civilização*.

Ademais, Torres (1978b) afirma que a fundação da América pela cobiça dos colonizadores e pela política das metrópoles trouxe consigo dois elementos antagônicos: uma grande força civilizadora, proveniente da falta das tradições e instituições aristocráticas, de hierarquia e a tendência para a disciplina e para a autoridade; e um vício orgânico, a propriedade territorial latifundiária, estímulo à intensa exploração, a presença sensorial da terra.

O autor afirma também, que a vida nacional não é simplesmente a soma dos indivíduos, nem a soma das atividades e classe e associações. A sociedade se constitui entre os grupos (naturais ou artificiais) em que se promovem os fenômenos do desenvolvimento da prosperidade, do *progresso* e da *civilização.* O complexo de forças e valores entre indivíduo e sociedade, coordenadamente, em um processo contínuo de elevação, forma as nações do mundo *civilizado*.

Dentre as qualidades que compõem as características do povo brasileiro, a inteligência, a sensatez, as aspirações de defender e melhorar a Terra, representavam o ideal de futuro da *civilização* e cultura da nação brasileira. A fé no futuro, no caráter, na índole e na consciência são os fatores que podiam impulsionar a organização da vida social e política da nação.

Entretanto, para *civilizar* e cultivar o homem, Torres (1978a,1978b) destaca a necessidade de melhoramento, não só material, mas da educação dos costumes, da política, estímulo ao trabalho, pela circulação de novas ideias e práticas, pela supressão do ocioso, do ganho fácil e ilegítimo.

Ademais, Torres (1978a) afirma o *progresso* português no conjunto da *civilização* humana. O povo que foi constituído por uma *raça* viril, advinda das camadas mais baixas da *civilização* romana e de povos bárbaros, obtendo sucesso científico, econômico, artístico na era moderna. No Brasil teve de lidar com o contraste da *evolução* natural de seu pensamento e os estímulos e adversidades das terras tropicais. Na discordância entre o meio e os costumes, o colonizador português buscando "caminhar a par das civilizações" foi tomado pela cobiça e pelo ardor da exploração e destruiu as riquezas da terra.

Sobre a questão da capacidade de aperfeiçoamento de *raça*s, Torres (1978a,1978b) discorre sobre como, a partir da perspectiva da seleção natural mesológica, as *raças* autóctones tenderiam a se tornar mais fortes e as outras decairiam. Mas, o "meio artificial" formado pelas condições de vida da *civilização* garantiria a adaptação de outras *raças*, mesmo que em meios estranhos. Assim, o aproveitamento da população negra e indígena, bem como, das tribos em estado selvagem era possível e desejável.

Nesse contexto, o caso do índio *civilizado* (cristão e moralizado) se justificava pela vitória dos fatores mesológicos e sociais sobre os caracteres étnicos. As influências do meio, bem como da sociedade, moldaram o homem moderno, muito mais que os "impulsos congênitos da sua estirpe". Assim, Torres (1978a) afirma que a *civilização* nada tem a ver com a questão *racial*. Entretanto, "em todos os movimentos civilizares houve uma tendência para levantar todas as *raças* à altura de seus encargos e deveres, realizando-se, por esta forma, a grande concepção da Humanidade." (TORRES, 1978, p. 105)

Assim, a partir da concepção de igualdade moral e intelectual das *raças* e da aspiração de atingir a *civilização,* a resolução para combater os problemas e atingir a organização nacional é a confiança na força própria das *raças*.

Nas seis fontes estudadas o termo *civilização* significa a definição de sociedades com conjunto de aspectos peculiares - moral, material, intelectual, artístico - situadas num tempo-espaço. É percebido como um estágio de desenvolvimento intelectual e cultural de um determinado povo, sempre demarcando o aspecto excludente do não

pertencimento. Aquelas sociedades que não estão no caminho da marcha da *civilização*, são obrigatoriamente incivilizadas.

Nos três autores, a *civilização* é um ponto dentro da história da *evolução* humana que deve ser alcançado. O grau de apuro moral, do espírito, da cultura, e do fortalecimento dos laços de solidariedade são o que conferem a participação no movimento *civilizacional*. Outro ponto convergente, é a necessidade de pensar a *civilização* dentro da chave relativa entre velhas e novas nações.

Por fim, fica claro que, segundo as obras analisadas, nas novas nações, de colonização que tiveram por móvel a cobiça e o enriquecimento, é natural que o *progresso* seja lento e haja uma disparidade entre elas e os "grandes centros *civilizados*". Entretanto, superar essa condição de atraso é fundamental para conquistar a *civilização*. Esse movimento de marcha e a busca de aceleração são procedimentos necessários para compensar as condições de atraso, fossem raciais, econômicos, políticos ou sociais.

Para compreender a articulação dos conceitos de *progresso, evolução* e *civilização* nas fontes, é importante estabelecer um diálogo com autores contemporâneos. Sendo assim o historiador francês Le Goff (2000) afirma que a ideia de *progresso*, tal como se apresenta nas fontes deste trabalho, é concretizada no século XIX nas sociedades ocidentais. Para o autor, até o século XVIII, ainda que houvesse a concepção de *progresso*, tal ideia, não era associada à *evolução* humana e social.

A essa mudança de perspectiva ideológica do *progresso*, Le Goff (2000) atribui um salto das técnicas e das ciências, que possibilitou uma visão progressiva e evolutiva do tempo. Isto porque, os *progresso*s científicos e técnicos propiciaram uma maior sensação de melhoria, conforto e bem-estar geral. Ademais, Le Goff (2000) aponta para uma representação positivada do *progresso*, vinculada à ideia de *evolução* e *civilização*.

Outro aspecto característico do ideário de *progresso* construído ao longo do século XIX, é o modelo etapista do desenvolvimento histórico. O aspecto linear e universal da *evolução* das sociedades humanas, teve seu ápice na concretização das sociedades ocidentais europeias, símbolos da *civilização*. A teoria evolucionista buscou evidenciar que o homem estava compreendido em uma totalidade maior, definida e guiada pelas leis universais da *evolução* e do *progresso* geral.

A ideia de *evolução* científica presente no meio intelectual, dos séculos XIX e XX, foi historicamente associada à teoria de seleção natural de Darwin. O antropólogo Ingold (2000) aponta que Charles Darwin, haveria utilizado a palavra *evolução* em *A*

origem das espécies de forma metafórica que se refere ao processo de transformação da natureza. Isto porque, de acordo com a teoria darwinista os organismos tenderiam a se adaptar às condições de vida e meio. Entretanto, se nesse transcurso de adaptação houvesse progressão, em termos de diferenciação estrutural, a explicação desta progressão estaria nas condições particulares e não nos mecanismos gerais.

Entretanto, as teorias de Darwin se estenderam para outros domínios de estudo, para além do campo das ciências biológicas. Como já foi dito, os estudos sociais como a Antropologia e a Sociologia catalisaram os preceitos da teoria da seleção natural dos organismos biológicos, para estabelecê-la como postulado nos estudos do desenvolvimento humano.

Segundo Ribot (1901 *apud* Mueller, 2001) as ideias de *evolução*, *progresso* e desenvolvimento, tornam-se referências em todas as áreas de estudos, enquanto forma objetiva de estudo da realidade. O autor aponta, nos estudos da história e das ciências sociais, a substituição de ideias escolásticas (da constância das formas de vida e uniformidade dos períodos históricos) por perspectivas de mutabilidade e de desenvolvimento.

Essa mudança de perspectiva, caracteriza segundo Koselleck (2006), a experiência histórica da modernidade. O *progresso*, nesse sentido seria o motor da história. Segundo o autor, as mudanças políticas, tecnológicas, econômicas e sociais ocorridas a partir da R*evolução* Industrial, criam novas realidades que permitem vivenciar as mudanças e movimento do *progresso*. Para Koselleck (2006) a experiência histórica da modernidade é temporalizada e acelerada por meio do conceito de *progresso*, que carrega em seu cerne a condição da temporalidade.

A produção histórica brasileira, até aquele momento (século XVIII), baseava-se em uma tradição clássica de história, marcada pela circularidade do tempo, permanência da condição humana e pelo pedagogismo do exemplo. A história do Brasil era marcada, principalmente, pela descrição de seu território e de sua natureza e pela indicação de nomes e momentos ilustres[41].

Como foi enfatizado nos capítulos anteriores, a partir do século XIX o discurso historiográfico assume postulados científicos e o historiador, antes homens de letras, adquirem o *status* de pesquisadores. O que se percebe no estabelecimento da história

[41] Marc Bloch, em "Apologia da História ou O Ofício de Historiador" (2001, p.56-57) aponta para a extrema importância dada aos fatos originários na construção da narrativa histórica. "O ídolo das origens" sempre evoca as formas embrionárias de quem somos herdeiros e devedores.

como disciplina é a produção articulada de conhecimento histórico-científico e os debates em torno da questão da (re) formulação nacional. (MAIA, 2014; GOMES, 2010; OLIVEIRA,2010)

O historiador francês François Hartog (2004), ao trabalhar o conceito de Regimes de Historicidade, propõe a hipótese de que cada época produziria, em seus sujeitos, distintas formas de apreensão do tempo histórico. Logo, passado, presente e futuro seriam compreendidos em acordo com as mudanças sociais – de modo que, cada tempo, partindo de uma abordagem histórica, produziria sua própria interpretação e essa variaria conforme a passagem do tempo histórico. Nesse sentido, a passagem do século XIX para o século XX foi marcada pela articulação da ideia de *progresso*, *evolução* e *civilização.*

3.4 *Raça*

Invariavelmente a temática da *raça* aparece como objeto de análise, dentro dos estudos voltados a compreender o Brasil. Nas fontes essa preocupação fica evidente. Procurando os possíveis caminhos para o *progresso* e *civilização* do país, os autores trabalhados buscam compreender a influência das *raça*s (branca, indígena e negra), bem como produzir um diálogo crítico com as teorias de hierarquia e desigualdade das *raça*s, desse modo pensando sobre os resultados e as consequências da *mestiçagem* social e *racial.*

Manoel Bomfim (1993) é austero para lidar com a questão da inferioridade *racial* do indígena e do negro. Ele contesta a premissa da incapacidade de organização e *progresso* social dos negros, afirmando que se livres das tensões parasitárias, esses ditos "seres inferiores", caminham rumo a uma *evolução* social quase perfeita e ideal. De fato, o autor discorda das leituras que afirmam as características negativas intrínseca das *raça*s negra e indígena.

Os defeitos imperdoáveis como indolência e desinteresse, característico das *raças,* em verdade são a constatação da falta de aspiração e educação social. O autor mostra que os valores do trabalho, os novos desejos, e a vontade de alcançar os "gozos superiores" vêm pelo ensinamento e são conservados pelas garantias que de que estão trabalhando para si.

O autor afirma ainda que se uma *raça*, seja ela pura ou cruzada, produz indivíduos de grande talento no conhecimento científico, filosófico ou artístico é

verdadeiro sinal que esses povos são suscetíveis ao *progresso* intelectual. Assim, Bomfim (1993) mostra que a ínfima produção de gênios na América Latina nada tem a ver com defeitos ou incapacidades mentais das populações, muito antes é consequência das condições de atraso e das condições de meio (seguindo os princípios da *evolução* uma mesma *raça* ou povo passa períodos de fertilidade e penúria).

Manoel Bomfim (1993) diz também que as influências hereditárias são as preponderantes e determinantes na formulação do caráter das populações, entretanto, não são as únicas a influir. Nos países latino-americanos, onde foi grande a migração de negros africanos e índios, se vê a presença destes povos na fisionomia moral e intelectual dessas novas sociedades. Porém, essas influências são pouco sensíveis. Indígenas e negros, povos ainda muito atrasados, não possuíam suficientes qualidades, vícios ou virtudes que pudessem provocar a imitação de outros povos.

Essas "almas rudimentares" de natureza virginal, no encontro e no cruzamento das *raças* sofreram as influências dos mais cultos e educados na *civilização* e demonstraram também grande adaptabilidade a quaisquer condições de vida. Contudo, quando misturados a outros povos, não produziam uma influência de diretriz, mas, tinham uma força renovadora. Essas "gentes infantis" não possuíam aspectos de irredutibilidade nas qualidades do caráter e eram menos resistentes às ideias provenientes das populações cultas, portanto, os povos jovens são mais progressistas, pois são mais adaptáveis que as velhas nações.

A hereditariedade social (transmissão por herança de qualidades psicológicas, comuns e constantes por meio das gerações distintiva dos grupos) instigou no ibérico uma grande força assimiladora. Na Península Ibérica, os ibéricos se fundiram muito rápido e harmoniosamente com as tão diversas e distintas *raça*s. Isto se deve a grande plasticidade intelectual e a sociabilidade desenvolvida, sendo estas as qualidades essenciais para o *progresso*.

Desse modo, as *raças* rudimentares, de caráter primitivo, no influxo com a *raça* mais culta, adquirem qualidades positivas, muito mais que transmitem (dada a reduzida proporção de qualidades das *raça*s rudimentares). Bomfim (1993), argumenta que ao cabo de algumas gerações as qualidades essenciais da *raça* menos culta serão quase imperceptíveis. Na contramão dos argumentos de Manoel Bomfim, Oliveira Vianna (1991,2002) acredita que há diferenças intelectuais e de caráter entre as *raça*s. Para Vianna (1991,2002) a herança dos caracteres psíquicos, peculiares à *raça*, as condições geográficas e históricas eram balizares da moral e da índole.

Entretanto, Oliveira Vianna (1991) aponta que o problema das *raças* no Brasil, diferentemente dos povos europeus e americanos, não representou um problema efetivamente político. A harmonia e o espírito de igualdade, entre os representantes das distintas *raças* (vermelha, negra, brancas e da *raça* mestiça) proporcionaram as mesmas oportunidades econômicas, sociais e políticas. De fato, as *raça*s não se mantinham afastadas, pelo contrário, caldeavam-se intensamente.

A complexidade dos tipos psicológicos advinda das três mentalidades irredutíveis: a do selvagem, a do bárbaro e a do *civilizado,* cria a multiplicidade de tipos antropológicos decorrentes da *mestiçagem* racial no Brasil. Dessa forma há a impossibilidade da fixação de um tipo nacional. A psique nacional é o resultado da fusão da estrutura psicológica, da personalidade biológica, da natureza temperamental e constitucional, intima e incoerente das três *raça*s formadoras.

Nesse passo, Vianna (1991,2002) discorre sobre as leis antropológicas, pelas quais seria possível verificar elementos (biológicos, psicológicos e sociais) superiores e inferiores entre as *raça*s. Vianna (1991,2002) afirma que os meios étnicos heterogêneos, como é o caso do Brasil, propiciavam a fusão de *raças* muito distintas. Segundo o autor, a mistura de duas *raça*s trazia a seus mestiços condições degenerescentes de golpes de atavismo, isto é, o regresso ao tipo inferior/primitivo da *raça* originária. As duas tendências étnicas divergentes colidem na natureza da *raça* mestiça trazendo desorganização moral e psicológica e desequilíbrios funcionais, resultando assim uma maior carga de vícios que qualidades.

Além disso, Oliveira Vianna (2002) afirma que o latifúndio, que é o centro de convergência das três *raça*s formadoras do Brasil, produz "corpos soltos no espaço". Um contingente racial de "vadios congênitos" que eram regidos pela desordem moral, impulsividade instintiva e instabilidade de caráter (mestiços de ordem inferior), que viviam a causar arruaças e motins. Assim, o autor também indica a influência do ambiente rural, na criação de uma mentalidade própria para as *raça*s inferiores e superiores. Nas famílias senhoriais latifundiárias[42], o que predominava era o elemento branco, seguido pelo contingente de *mestiços* superiores fruto do *cruzamento* de brancos

[42] Oliveira Vianna (2002), ainda indica que, nos primeiros séculos da sociedade paulista, as prerrogativas de aristocracia e pureza étnicas colocavam o mestiço em condição de inferioridade social. Os preconceitos sofridos por eles, os colocava em uma humilhante condição de subalternidade. O distintivo de nobreza étnica, de superioridade moral e social, era não ter mesclas com os sangues inferiores, principalmente a negra.

e índios (mamelucos), assim os costumes, as tradições e sentimentos da *raça* ariana prevaleciam.

No Brasil, afirma Vianna (2002), diferentemente do que aconteceu na Argentina, Peru, Bolívia e Chile, a índole pacífica da *raça*, bem como, as condições históricas e geográficas foram condicionantes da edificação da independência nacional baseada na palavra e no pensamento e não em lutas e sangue. Para o autor, isso pode ser explicado pela inexistência de um sentimento cívico nacional.

A *raça* superior (branca), como as demais *raças* latinas, não possuíam características de aptidão para a vida pública. A natureza primitiva das duas demais *raças,* formadoras do povo brasileiro, não traria elementos positivos para a vida política nacional, pois elas ainda não haviam saído das formas rudimentares da tribo, da horda ou do clã.

A respeito da problemática das *raças*, Alberto Torres (1978a,1978b) diz que a *raça* é o elemento menos ativo na constituição da unidade nacional. A formação heterogênea, composta por distintas *raças*, é a realidade dos povos contemporâneos, sendo assim o número de verdadeiros espécimes de *raças* puras, virgens de *mescla*, é limitado. A *raça* é um tipo morfológico da espécie humana. A distinção étnica é feita pela definição de caracteres físicos e psíquicos, formadores e marcadores da diferença de indivíduos dentro de seus grupos.

Torres (1978a) afirma que as mensurações antropométricas e as comparações antropológicas não foram capazes de classificar e distinguir com rigor os caracteres ligados à capacidade psíquica das *raça*s. Segundo o autor, não há como fixar um tipo definitivo, dadas as variações históricas e ambientais.

De uma maneira própria, o autor mostra que desde os primórdios da história da terra, as distintas *raças* trouxerem importantes contribuições. O pressuposto da hierarquia *racial* é o simples fenômeno da *evolução* social e não um fato fisiológico e anatômico. A adaptação ao meio, a fecundidade e a longevidade são a confirmação de que negros e índios puros são susceptíveis a se elevarem a alta cultura. Dessa forma, o autor mostra que, pela experiência histórica da sociedade brasileira, há perfeita capacidade das diversas variedades humanas atingirem o mais alto grau de aperfeiçoamento intelectual e moral das ditas *raça*s superiores.

Assim, Torres (1978a) mostra que se os fatores mesológicos foram determinantes dos caracteres étnicos conciliando as influências dos meios físicos, os tipos mais aptos, por consequência os “tipos superiores” seriam as *raças* autóctones.

Assim, pela questão da capacidade de aperfeiçoamento, a *raça* indígena deveria naturalmente se fortalecer. Entretanto, os problemas de organização social e política afetam as condições ideais da *evolução* da *raça* indígena.

O autor ainda afirma que no quadro etnográfico global, o Brasil estaria num plano intermediário na escala convencional das *raças*. Isto porque, dentre as explicações científicas e religiosas, a constatação geral é que os trópicos são o berço da humanidade. Portanto, as condições do clima são as ideais para adaptação de qualquer *raça*. O que se tem nesse caso é a concorrência pacífica das *raças* adiantadas (com as vantagens da preparação prática da educação), os filhos dos brancos recém aclimados, negros e índios previamente acomodados, conformando a trama social do desenvolvimento mental e físico dos representantes de cada tipo étnico.

Em suma, fica evidente que, para os autores analisados, a palavra *raça* tem uma pluralidade de usos e sentidos. *Raça* pode ser utilizada para: especificar um povo, com características morais, físicas e sociais comuns (germânica, ibérica, morena); para conferir qualidades e defeitos (viril, indolente, tenazes, gentio) e marcar o processo *evolutivo* das *civilizações* modernas em relação às selvagens e primitivas (atrasadas, civilizadas, infantil) e para demarcar os caracteres étnicos (branca, negra, indígena).

3.5 *Mestiçagem*

A análise da realidade nacional feita pelos autores, a partir das fontes trabalhadas, indica que há uma estrutura conformadora de sentido. Sendo assim e possível perceber a abordagem das categorias conceituais de *civilização*, *progresso*, *evolução, raça* e *mestiçagem* intrinsicamente imbricadas, marcando os estudos desses intelectuais. Essas categorias são, na perspectiva desta pesquisa, capazes de sistematizar a construção de um discurso de época.

Nas obras destacadas fica claro que para os três autores analisados a questão da *mestiçagem* é uma marca indelével da construção da sociedade brasileira. A *mestiçagem* racial e social é trabalhada como uma questão dada. Entretanto, cada autor de acordo com suas filiações ideológicas busca entender o peso e as consequências da miscigenação.

O autor Manoel Bomfim (1940) critica os argumentos dos efeitos biológicos negativos sobre os cruzamentos raciais. Assim para ele, a *mestiçagem* no Brasil

demonstra a capacidade de assimilação do português, o "mais humano dos colonizadores" porque foi o que mais *cruzou*. O autor pontua que não há comprovações, da ciência legítima, de qualquer hierarquia orgânica ou psíquica entre as *raça*s humanas, ou sequer que as gentes provindas de *cruzamentos* sofreriam da inferioridade, que seria advinda das perturbações no curso da *evolução* social do país.

Ademais, Bomfim (1993) diz que os efeitos regressivos dos *cruzamento*s entre as *raças*, diferentemente da premissa de alguns etnologistas e sociólogos, bem como a perniciosidade da *mestiçagem* se baseavam em analogias que não procedem. Nesse sentido, Bomfim (1993) aponta que os *cruzamento*s que fazem aparecer os caracteres ancestrais regressivos são entre espécies cruzadas, resultando em produtos híbridos, com modificações morfológicas e estéreis. Entre os *mestiços* não há traços fisionômicos peculiares, nem modificações orgânicas. Assim, para Bomfim (1991) é forçoso admitir que haja regressões moral e intelectual nos tipos *cruzados.*

Afora isso, segundo o autor, não há fatos que comprovem qualquer sinal de degenerescência em toda a história da América Latina. Os defeitos e virtudes, condições da hereditariedade, são reflexos da educação e das condições de vida. O estado de degradação do mestiço, em verdade, é de causa moral-social, ou seja, são frutos das longas misérias, as condições de exploração e a violência sofrida durante gerações, são as instigadoras dos instintos de rancor e ódio, moldando até mesmo a fisionomia dessa classe inferior.

Por sua vez, muito mais preocupado que Manoel Bomfim em entender o fator *mestiçagem* no Brasil Oliveira Vianna (1991, 2002) amplia sua análise sobre essa problemática racial. Segundo o autor a multiplicidades de tipos antropológicos, fruto do intenso caldeamento não permite a fixação do tipo psicológico ou nacional, como consequências surgem "problemas sociais oriundos da diversidade mental dos vários tipos étnicos" (VIANNA, 1991, p.17). Para Oliveira Vianna (2002) os mestiços[43] superiores ou eugênicos, possuem uma antropogênese ainda mal conhecida.

[43] Em contraste às afirmações de Oliveira Vianna, José Vasconcelos (2010) apresenta a "*raça* cósmica". Produto do processo histórico da *mestiçagem*, esta seria a integração entre os quatro troncos raciais antecedentes: negro africano, branco europeu, vermelha americana e amarela asiática. Para Vasconcelos (2010) a "versão dos impérios étnicos" é a constatação de que houve durante a história do mundo a sucessão de vários impérios em apogeu e logo em seguida a sua queda dando lugar a outro. Dessa forma, cada um desses impérios teria marcado o auge de uma das *raça*s iniciais. Entretanto, a quinta *raça*, seria *mestiçagem* não somente biologicamente, mas também espiritualmente. As misturas não se dão somente de forma sanguínea, mas entre almas com espíritos diferentes. Cada uma das quatro *raça*s agregaria qualidades positivas à conformação da nova *raça*, ao mesmo tempo em que, os defeitos ou caracteres negativos seriam dirimidos ao longo do processo de fusão. Vasconcelos (2010) afirma que a América Latina seria palco deste processo. Cosmopolita e simpático à *mestiçagem*, ao novo continente caberia a

Vianna (1991) constata que a diversidade das sub-*raça*s negras acarreta em nuances, tanto somáticas quanto psicológicas. Há tribos de mentalidade rudimentar, impossíveis de quaisquer sugestões de ascensão ou melhoria, outras de inteligência superior apresentam capacidades progressivas, são dóceis, obedientes de temperamento dócil.

Dessa forma, os produtos diretos do cruzamento de branco com o negro superior, herdam favoravelmente os caracteres somáticos e psíquicos da *raça* nobre. O vigor, a inteligência, a tez e os cabelos são de aparência ariana. Entretanto, os *mestiços* mulatos idiossincráticos, de acordo com as leis antropológicas, tendem a voltar ao tipo inferior, se aproximando da *raça* negra pela índole e pelo físico. Desse modo, sendo obrigados a harmonizar duas tendências étnicas contrastantes, nunca voltam a pureza e a integridade primitiva, já que foram desorganizados os aspectos morais e psicológicos. Essas duas tendências étnicas atuavam constantemente em sua natureza, conferindo a esses mestiços uma conduta irregular e imprevisível.

Em uma perspectiva contrária a Oliveira Vianna e se aproximando das ideias de Manoel Bomfim, Alberto Torres (1978a, 1978b) defende que a hereditariedade étnica e fisiológica são fatos biológicos distintos. O autor discorre sobre a impossibilidade de afirmação que o *cruzamento* de *raça*s diferentes poderia corrigir ou evitar predisposições degenerativas ou patológicas. Entretanto, aponta a possibilidade de haver um desequilíbrio orgânico, na fusão de *raças*, dado que há qualidades profundamente incutidas peculiares a cada uma delas.

Torres (1978a) também mostra que os teóricos preocupados em estabelecer a desigualdade natural das *raças*, afirmando a superioridade da *raça* branca, repelem o *cruzamento* por dois motivos: pela geração de um produto intermediário, enquanto o esforço europeu é manter a pureza de seu nobre sangue; e o desequilíbrio orgânico que aflige a natureza dos indivíduos causando conflitos internos constantes. O autor aponta para a falsidade científica dessas premissas, um dos pontos que desqualifica a teoria da

---

missão de gestar a *raça* cósmica. Isto porque, a concentração das quatro *raça*s (negra africana, branca europeia, vermelha americana e amarela asiática) trariam consigo diferentes estilos de civilização e condutas distintas na forma de lidar com as diferentes *raça*s no processo de colonização. Dessa forma, a mistura destas *raça*s e o protagonismo na produção da quinta, garantiria o sucesso dos latinos. O produto histórico deste processo seria a formação de uma humanidade universalista que teria em sua base a composição (biológica e espiritualmente) mestiça. Entretanto, Vianna (2002) enfatiza as tendências e aptidões de cada *raça*. O autor busca demonstrar como a *raça* branca (nobre) influiria de forma mais incisiva na formação da população brasileira, e desta forma, ao cabo de algumas gerações a população, ainda que mestiça, seria de características arianas.

desigualdade entre as *raças* é presumir que o *progresso* étnico seria alcançado pelos *cruzamentos.*

A suposição que os caracteres superiores superariam os inferiores em sucessivos *cruzamentos* progressivos não se sustenta dada as diferenças orgânicas (órgãos, tecidos, caracteres psíquicos e físicos), incompatíveis e desarmônicas. Além disso, Torres (1978a) afirma que havia dois tipos específicos de *mestiçagem,* uma seria a "*mestiçagem* social" e a outra "*mestiçagem* étnica". Nesse sentido, o mulato sofreria preconceito pois ocupa lugar intermediário entre duas camadas da sociedade: estaria acima dos pretos, mas não conseguia ser incorporado aos brancos. Todavia, é desprezado por alguns e invejado por outros, logo, a constituição orgânica dual, atuava sobre ele causando uma disposição psíquica ambígua e instável.

Portanto, Torres (1978a,1978b) demonstra que não há um caráter hereditário definitivo que era transmitido no cruzamento. As condições sociais e do meio são as determinantes dos caracteres psíquicos. As perspectivas de degeneração física e moral devem ser extirpadas, segundo o autor, o Brasil sofreu de crises semelhantes às sociedades novas, formadas por *raça*s exóticas que buscam a adaptação e a organização da terra. A desorganização nacional brasileira seria passível de correção a partir da intervenção na saúde e educação.

Um ponto de convergência entre as seis obras é a crítica às teorias de condenação definitiva do país, já que discutem as suposições sobre a influência negativa dos fatores climáticos e os contrafeitos dos cruzamentos raciais. Assim, fica evidente que o diálogo com as obras de Lapouge[44], Le Bon[45] e Gobineau[46] é presente nas fontes.

---

[44]Segundo Poutignat e Streiff-Fenart (2010), Vacher de Lapouge entende o homem como um primata. Mais suscetível às leis de seleção social que natural, as sociedades são combinações dos efeitos destas seleções. Os fatores antropológicos superiores e inferiores seriam os produtores da história. Para Lapouge, as *raça*s se caracterizariam por fatores morfológicos e psicológicos comuns. A língua e a cultura seriam expressões de agrupamentos sociais, chamados "etnias".

[45] De acordo com Consolim (2004), Gustave Le Bon buscava compreender o mundo social através de leis naturais. Neste sentido, adota o conceito de *raça* firmado na ancestralidade e hereditariedade, afirmando a existência da desigualdade das *raça*s (inferiores e superiores). Para Le Bom, a "alma da *raça*", sistematizada por sentimentos, ideias e crenças, é biologicamente determinada (hereditária). Os traços hereditários atuariam em dois níveis distintos: perpetuando a tradição e a capacidade da *civilização* ou instigando as patologias e os instintos atávicos.

[46]Souza (2013) afirma que a centralidade da tese dos trabalhos de Gobineau era a demonstração de como o declínio de sociedades acontecia g*raça*s à degeneração. A mistura de *raça*s retirava as qualidades essenciais, tão fundamentais para a manutenção da *civilização*. O processo de miscigenação seria o fator de enfraquecimento e degenerescência. Entretanto, Gobineau compreendia a mistura de *raça*s como um fator inevitável, pois o fortalecimento e a expansão dos povos exigiam o contato, e o resultado final seria a miscigenação, em alguma medida. Em missão diplomática ao Brasil (1869), faz o prognóstico da extinção da população brasileira em duzentos anos, de acordo com sua situação mestiça e degenerada.

A respeito de Gobineau, Manoel Bomfim (1940) afirma que sua falsa ciência lidou com as diferenças humanas como um zootécnico "separa bovinos – pelas tetas e o pelo" (p. 345). Para Bomfim, a mesquinha mentalidade de Gobineau se auto projetou como conde e professou a desigualdade das *raça*s. A *raça* germana, supremacia da superioridade, seria a única realmente civilizável. Para Bomfim (1940) esse "arremedo de ciência entra em colapso" pela barbaridade bélica e pelo espetáculo da guerra.

Bomfim se vale de Lapouge para justificar a origem parasitária e "a consequente decadência das classes superiores e dominantes" (1993, p. 28). Estabelece um diálogo critico com Le Bon, contestando seus escritos, julgando-o como acrítico, generalizador, formador de uma opinião pessimista. Em outro trecho, Bomfim, em sua obra *América Latina: males de origem* (1993), repudia os estudos de Le Bon, que condena a América Latina à decadência, anarquia, imoralidade e incapacidade de governo.

Segundo Bomfim, "são juízos feitos de injúrias. A ouvi-los, os americanos do Sul não prestariam nem para adubar as terras que ocupam... Não nos impressionemos por isto, e aceitemos a sociologia do homem pelo que ela vale." (BOMFIM, 1993, p. 258). As teorias de Le Bon estariam aquém de representar e compreender a América Latina, desde sua concepção de *progresso* baseada em sucesso econômico até a justificação de injustiças e violências.

Diferentemente de Bomfim, Vianna (2002) adere, como aporte teórico, as teorias de Le Bon sobre a tendência à criação de um fundo moral das *raça*s. Oliveira Vianna (2002) insere em seu prefácio um elogio a Goubineau e a Lapouge, indicando-os como gênios da vanguarda da ciência, com a produção de trabalhos originais e de peso. Inicia seu terceiro capítulo *Psicologia do tipo rural* com a citação da frase de Lapouge: "O que faz a superioridade histórica de uma *raça* é menos a inteligência do que o caráter"[47] (LAPOUGE, *apud* VIANNA, 2002, p. 15, tradução nossa). Ao longo do texto, são citadas as teorias (leis de antropologia social) de transmissão de caracteres, predominância de *raça*, superioridade racial e determinação do tipo social.

Entretanto, na obra que reúne seus ensaios (*Ensaios inéditos*), o autor apresenta grande quantidade de dados sobre a natalidade, mortalidade, fecundidade e crescimento dos distintos grupos étnicos brasileiros. Ele conclui que o resultado deste diagnóstico é, ao contrário das "previsões sombrias" de Lapouge, positivo para a *evolução* étnica do Brasil.

[47] Ce qui fai la superiorité historique d'une race, c'est moins l'intelligence que le caractère.

Ao longo dos séculos, diferentemente das especulações do teórico francês, a massa negra seria diminuída e o caldeamento não produziria a barbárie, mas a arianização da população[48]. Segundo Vianna (1991), o que escapou à sagacidade de Le Bon e Lapouge foi a introdução do contingente étnico, vindo da imigração, aumentando o coeficiente de sangue ariano.

Em tom de denúncia, Alberto Torres (1978b) aponta o caráter político dos escritos de Lapouge e Gobineau, mostra que as "doutrinas aristocráticas" encorpadas de ciência feitas por eles afirmam a superioridade das *raça*s e a irredutível soberania morfológica de certa *raça* que já constituíra seus impérios. O autor acusa Gobineau e Lapouge de produzirem uma ciência tendenciosa a fim de advogar as pretensões e as ambições aristocráticas.

Nos diálogos produzidos com estes e outros teóricos europeus e estadunidenses o que fica claro é a nítida circulação dos conceitos e teorias, bem como, e a o processo de adaptação e (re)formulação destas para explicação da realidade nacional. Para além da mera readequação de conceitos, se tem a construção de um escopo teórico próprio. O que se nota nas seis fontes deste trabalho é a produção de um *corpus* conceitual que dialoga com teorias e conceitos externos, e que, de forma original, formula princípios a partir de argumentos internos.

[48] Em perspectiva semelhante, Von Martius (2000) no texto *Como se deve escrever a história do Brasil* de 1843, afirma que o movimento histórico das *raça*s no Brasil possui cunho bastante peculiar. O encontro da *raça* americana, da caucasiana e da preta formou com contingente populacional brasileiro. Cada uma das *raça*s possui índoles inatas desenvolvidas de acordo com as circunstâncias particulares. Neste sentido, afirma que a mescla das *raça*s é uma atividade histórica capaz de alcançar os "mais sublimes fins da ordem do mundo". Entretanto, Martius (2000) indica que "o sangue portuguez, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluentes das *raça*s India e Ethiopica. Em a classe baixa tem lugar esta mescla, e como em todos os paizes se formam as classes superiores dos elementos inferiores, e por meio d'ellas se vivificam e fortalecem, assim se prepara actualmente na ultima classe da população brasileira essa mescla de *raça*s, que d'ahi a séculos influira poderosamente sobre as classes elevadas, e lhes communicará aquella atividade histórica para qual o Imperio do Brasil é chamado." (VON MARTIUS, 2000, p. 65)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proclamação da República dos Estados Unidos do Brasil, em 15 de novembro de 1889, teve por objetivo a transformação do pacto político instituído. O fim da monarquia constitucional parlamentarista e do escravismo aclamavam novas bases políticas associadas às ideias de transformação e mudança. Nesse contexto, a República veio a consolidar essa "outra forma de regime".

De acordo com Janotti (1990), o novo regime surgiu em meio às transformações (econômicas e políticas) pelas quais passava o Brasil a partir da segunda metade do século XIX, tais como o fim do modelo escravista, ampliação e aparecimento de população urbana, a ascensão da burguesia agrária, e por fim, implantação do capitalismo.

Por sua vez, Freire e Castro (2002) afirmam que a formação do país republicano levou ao rearranjo político a fim de produzir um o novo modelo institucional. A estruturação e incorporação da República Brasileira, nas décadas finais do século XIX, tiveram que lidar com questões que marcavam profundamente a constituição histórica e social do Brasil.

A descentralização e a formação de núcleos rurais afastados entre si, mas concisos internamente, fortaleceram a preservação da tradição. A transmissão de heranças como costumes, crenças, hábitos e práticas – econômicas, culturais e sociais - permitiu a formação de estruturas muito diversas e fortemente centradas em suas populações. Portanto, não havia a conformação de ideia de uma "nação brasileira" capaz de abranger e falar por todos.

Além dos fatores de ordem estrutural havia a experiência pós-abolição da escravatura. O fim da exploração da mão de obra escrava havia sido institucionalizado em 1888, às vésperas da proclamação da República, produzindo rupturas e mudanças de ordem econômica (escravos x mão de obra), social (como lidar com estes novos integrantes do corpo social), política (negros x cidadania) e cultural.

O cenário era de mudanças: o fim do Regime Imperial, o início da República, a abolição da escravidão, o aumento demográfico nas áreas urbanas, as inovações tecnológicas e científicas conformam o panorama histórico Brasileiro no final do Oitocentos. A ordem e o *progresso* eram as condições básicas para se alcançar a ascensão e a *civilização*.

Sobre essa experiência histórica da virada do século XIX para o século XX, intelectuais e letrados buscaram estabelecer diagnósticos nacionais. Essas investigações tinham por objetivo analisar o passado brasileiro, entender a conformação de seu presente e estabelecer orientações de melhorias para o futuro. Aqueles que se concentram em compreender quais seriam os possíveis futuros da nação brasileira questionam se as contradições entre passado e futuro poderiam fazer parte dessa nova estrutura política e social; ou ainda, se estaria a pátria condenada ao atraso e inferioridade por sua composição racial ou seus fatores geográficos; e por fim buscava se compreender qual seria o 'tipo brasileiro' capaz de expressar a síntese nacional.

A partir desse contexto histórico, esta pesquisa buscou as possibilidades de aproximação conceitual, a fim de averiguar a ocorrência de um discurso de época voltado a compreender a formação sócio-histórica brasileira. Dessa forma, se desenvolveu uma análise dos usos e sentidos de conceitos e vocábulos, muito mais que a explicitação das divergências e convergências ideológicas entre eles.

Ademais, neste trabalho, o primeiro capítulo centrou-se na análise das formulações teóricas das obras de: Joaquim Nabuco - *O abolicionismo*, Paulo Prado – *Retratos do Brasil*, Nina Rodrigues – *Collectividades anormaes*; *Os africanos no Brasil* e *Casa grande* & Senzala de Gilberto Freyre. Para tanto, foram apresentados os arranjos discursivos de cada autor a fim de sistematizar os conceitos e temas que apareciam num discurso de época, datado entre as décadas finais do século XIX e iniciais do século XX.

Assim, foram analisados os três nichos temáticos: a formação da estrutura e da sociedade brasileira, natureza e sociedade e a questão da *raça* e *mestiçagem*, léxico sobre a (con) formação sócio-histórica da realidade brasileira. Esses autores voltam suas análises para a compreensão da experiência colonial brasileira, seus produtos históricos, as influências do meio (natureza) na constituição da sociedade e trabalham com as questões das três *raça*s que dão origem à *mestiçagem* racial no Brasil.

A partir da análise tais nichos (formação da estrutura e sociedade brasileira; natureza e sociedade; *raça* e *mestiçagem*), foi possível estabelecer o esforço inicial de compreensão das temáticas que se repetem na leitura histórica brasileira. Sendo assim, a própria viabilidade de formulação desses nichos temáticos já caracteriza uma aproximação entre os autores. Ainda dentro desses nichos aparecem categorias conceituais comuns, sendo elas: *progresso, evolução, civilização, raça* e *mestiçagem*.

Nesse passo, o capítulo dois procurou verticalizar a discussão sobre a articulação dessas categorias (*progresso*, *evolução, civilização*, *raça* e *mestiçagem*) enquanto

ferramentas explicativas da realidade nas fontes escolhidas. As obras/fontes de Manoel Bomfim *A América Latina males de origem* (1993) e *O Brasil* (1940); de Alberto Torres *A organização nacional* (1978a) e *O problema nacional brasileiro* (1978b) e Oliveira Vianna com *Ensaios inéditos* (1991) e *Populações meridionais do Brasil* (2002) foram colocadas em foco com o intuito de compreender como tais obras avaliaram o contexto nacional a partir das categorias conceituais citadas.

Com objetivo de sistematizar a articulação das categorias conceituais nas respectivas fontes, e demonstrar as proximidades discursivas destas com os autores referenciais do primeiro capítulo, as concepções de "hereditariedade", "mentalidade nacional" e "caráter nacional" são postas sobre análise. Para Manoel Bomfim (1993,1940), a "hereditariedade" psicológica e social trazem consigo características das classes, da ordem e da espécie. Todavia, os estímulos educacionais e do meio podem provocar mudanças na tradição e assim voltar ao curso natural da *evolução* e *progresso* social.

A "mentalidade nacional", de acordo com Oliveira Vianna (1991,2002), aponta para a formulação da psique nacional enquanto resultado do agregado das três *raça*s de formação (branca, negra e indígena) e suas infinitas misturas. Assim, Vianna (1991, 2002) afirma que as dificuldades em estabelecer uma unidade psicológica nacional, podem ser justificadas pelas misturas entre *raça*s tão desiguais durante o processo da *evolução*.

Ademais, Alberto Torres (1978a, 1978b) estava preocupado com a organização nacional e enfatiza os embaraços para a constituição do "caráter nacional". Para o autor, uma vez que a sociedade brasileira foi formada pela colonização de exploração e pelo "transplante" da cultura ibérica, o país sempre iria carecer da formação de uma nacionalidade e um patriotismo espontâneos.

Adiante, no terceiro capítulo foi apresentada a discussão sobre o emprego histórico das categorias conceituais *evolução*, *civilização*, *raça* e *mestiçagem*. Nesse, o objetivo foi demonstrar existência de uma unidade vocabular entre as fontes. A mobilização dessas categorias enquanto ferramenta de ordenação e organização da experiência sócio-histórica, nas fontes reproduz a conformação de um léxico. Isto porque, a produção de um vocabulário comum é fruto de uma configuração política, social e cultural, dentro de um contexto histórico específico.

Assim, outro ponto analisado foi a articulação entre essas categorias como recurso discursivo. A escrita da história, como já foi dito, valeu-se de pressupostos

científicos, que são baseados na ordenação universal e unilinear. Indiferentemente das posições ideológicas de cada um dos autores, seus discursos confluem na articulação dos preceitos de *evolução*, *progresso* e *civilização*. A *evolução* humana, bem como a biológica, estaria intimamente ligada ao movimento do *progresso*, da busca constante de aprimoramento social, político, cultural, psicológico e moral. O fim natural da marcha para o *progresso* seria introduzir-se aos mais altos graus da *civilização* mundial.[49]

O termo *progresso* aparece nas fontes no sentido de um movimento da humanidade em geral. A "marcha para o *progresso*" é constituída de um processo lento, gradual e contínuo de aperfeiçoamento moral, social, político, etc. Sendo constituído por fatores de ascensão humana, o *progresso* pode ser perturbado ou estimulado. As condições históricas e sociais influenciam de maneira direta no ritmo deste processo.

É importante ressaltar que, nas seis obras trabalhadas também, há uma perspectiva comparativa do *progresso*. O *progresso* do Brasil aparece associado ou contraposto ao de outras nações. Portanto, esse é o percurso de toda a humanidade, embora cada nação apresente um desenvolvimento singular. A "conquista do *progresso*" é a ambição da nação, logo, o *progresso* é o garantidor da possibilidade de *evolução*.

Assim, sincronizada com as premissas de *progresso*, a *evolução* também é entendida enquanto um processo de aperfeiçoamento humano. Tal processo é muito influenciado pelos pressupostos biológicos, a concepção de *evolução* humana se atrela ao desenvolvimento social, moral, mental e orgânico. A *evolução* é realizada de forma coletiva e organiza, transforma, molda e faz a sociedade progredir.

Contudo, apesar de haver um processo natural e espontâneo da *evolução*, essa pode ser arrefecida ou incentivada. As diferenças evolutivas entre os povos podem ser percebidas nas fontes enquanto graus/estágios/fases de desenvolvimentos distintos. Há sociedades que completam sua *evolução* atingindo a *civilização*, entretanto há outras que tem que esse processo "sincopado", conforme afirma Torres (1978b) e Vianna (2002).

De fato, o *progresso* é motriz da *evolução*, que é luta constante para desenvolver e aperfeiçoar-se, assim, consecutivamente o que se tem é a formação de uma *civilização*. É importante reforçar que nas fontes, como já foi dito, *civilização* aparece

[49] Como demonstra Elias (1994)

com dois sentidos distintos: um caracteriza um grupo ou povo que constitui uma sociedade com hábitos, costumes, língua e estruturas comuns; outro diz respeito ao entendimento de *civilização* como o apogeu do processo de *progresso* e *evolução*.

Não fica dúvida que há um desejo, uma aspiração para se atingir a *civilização*. O mundo moderno, as sociedades de referência, as organizações políticas modelares e as estruturas sociais superiores/adiantadas, são a expressão da *civilização*. Sendo assim, a organização, o vanguardismo, e o desenvolvimento moral e intelectual estão intimamente ligados ao nível de *civilização* atingida pelos povos.

Nas fontes, a capacidade e a potência de alcançar a *civilização*, por vezes, esbarram nas noções de *raça* e *mestiçagem*. Um dos sentidos do termo *raça* para os autores trabalhados (Manoel Bomfim, Oliveira Vianna e Alberto Torres) é bastante aproximado à noção de *civilização* como demarcador de um grupo social. Portanto, se têm nas fontes "*raça*s homogêneas", "*raça*s mães", "*raça*s originárias", "*raça*s autóctones" entre outras. Entretanto, há também um sentido valorativo das *raça*s, que distingue e qualifica.

Frequentemente as diferentes *raça*s apresentadas são localizadas dentro do espectro de *evolução* e *civilização*. A noção de *raça*s mais e menos cultas, primitivas e civilizadas, de distintas qualidades, aptidões e caracteres psíquicos e orgânicos díspares aparecem na percepção de cada um dos autores. Ainda que Manoel Bomfim (1993,1940) e Alberto Torres (1978a,1978b) afirmem não haver um grau de superioridade e inferioridade entre as *raça*s, as noções anteriores permeiam a construção de seus argumentos.

O Brasil enquanto um "laboratório" das *raça*s aparece nas seis obras fontes e assim conforma a impossibilidade de se estabelecer um tipo nacional único, dado os infinitos cruzamentos. Em todas as seis obras os autores demonstraram que há uma pluralidade interna nas três *raça*s matrizes (negra, indígena, branca). Os autores acentuaram a impossibilidade de análise destas *raça*s sobre a ótica de padronização.

Dessa forma, há para, Manoel Bomfim, Oliveira Vianna e Alberto Torres múltiplas sub-*raça*s, tipos e povos na constituição de cada uma delas. É importante destacar que esse processo de caldeamento entre as *raça*s havia começado anteriormente na África e na Europa, especialmente na península Ibérica.

Entretanto, é na América Latina que se conforma um processo novo. Se no primeiro momento as *raça*s eram semelhantes ou próximas entre si, no continente, a mistura das três *raça*s tão distintas (branca, negra e indígena) dá origem a uma

população cruzada singular, segundo os autores. Os "móveis psíquicos e de conduta" dos portugueses, a fusibilidade do negro, e a "tumescência" indígena são as matrizes de um processo histórico peculiar: a proliferação dos tipos mestiços no Brasil.

As análises sobre a *mestiçagem* centravam-se em compreender quem era o produto mestiço. A partir do pressuposto da existência de uma população heterogênea, a questão das *raça*s tornou-se palco de discussões nos meios intelectual e cientifico a fim de compreender, entre outros aspectos, se negros, índios e mestiços poderiam ser, e em que medida seriam, compatíveis com o ideário de *progresso*, *evolução* e *civilização* na construção da República Brasileira.

Para tanto, um dos discursos que esteve fortemente presente na construção da República foi a complexa constituição racial brasileira. Negros, índios e mestiços seriam um entrave para a incorporação dos valores republicanos nacionais ou seriam a síntese do povo brasileiro? Seriam os mestiços a expressão mais básica que exporia a condição amalgamada da miscigenação e ambivalência da nação brasileira? E se o fosse, era desejável? Grande parte dos debates intelectuais, do século XIX e início do século XX, se deu no sentido da positivação ou negativação da presença das diversas *raça*s da multiplicidade dos tipos mestiços.

Nessa pesquisa, trabalhou-se com um *corpus* teórico conceitual comum percebido por meio da conformação do léxico sobre a formação sócio-histórica brasileira. As categorias conceituais analisadas - *progresso*, *civilização*, *evolução*, *raça* e *mestiçagem* - apontam para caminhos comuns: a visão universalista, progressiva e evolutiva das sociedades humanas; a proximidade dos pressupostos das ciências naturais e biológicas com as ciências sociais; a noção de movimento do *progresso* e da *evolução* rumo à *civilização*; e as possibilidades de ascensão da nação brasileira via conhecimento histórico-científico.

Assim, é importante compreender a importância do estudo léxico. Paiva (2015) reforça o profícuo diálogo entre a História e a Linguística. O léxico é construído no processo de nomeação e compreensão da realidade. Dessa forma, o léxico sistematiza e expõe conhecimentos ao nomear e classificar (de forma simultânea) os objetos e seres. (Siqueira; Aguiar, 2013).

Segundo Biderman (2001), dar nome à realidade é a primeira etapa para o percurso do espírito humano para conhecer o universo. Ao conceituar, cria-se uma rede de signos linguísticos (representações que conferem significado e sentido) a partir da

qual as experiências e conhecimentos vão se associando a palavras, vocábulos e conceitos produzindo um léxico.

Grande parte dos estudos históricos sobre o léxico (CUBA & ISQUERDO, 2009; VASQUES & AGUILERA, 2006, SIQUEIRA & AGUIAR, 2006) buscam analisar as variações linguística e semânticas presentes no processo dinâmico da linguagem. Entretanto, este trabalho se propôs a estudar a (con) formação de uma unidade lexical, formadora do *corpus* teórico-conceitual, para os estudos sócio-históricos do Brasil durante a segunda metade do século XIX e décadas iniciais do século XX.

Assim, a partir das análises das obras/fontes bem como dos demais autores apresentados durante esta pesquisa (Joaquim Nabuco (2002); Paulo Prado (2002); Nina Rodrigues (1939, 2006); Gilberto Freyre (2006), entre outros, é possível estabelecer um léxico conformado nas categoriais conceituais: *progresso*, *evolução*, *civilização*, *raça* e *mestiçagem*. Apesar do grande volume de pesquisas a respeito dos autores e fontes, a contribuição e a inovação deste trabalho, é a análise da formulação lexical dos estudos históricos-científicos do período em foco.

Vale destacar que muito ainda pode ser feito no sentido de problematizar e aprofundar as análises das origens, usos e sentidos das categorias conceituais *progresso*, *evolução*, *civilização*, *raça* e *mestiçagem*. Entretanto, umas das colaborações deste trabalho foi a organização de um quadro lexical (cf. Anexo 1), que ordena e demonstra as diferentes considerações e atribuições para cada uma das categorias (*progresso*, *evolução*, *civilização*, *raça* e *mestiçagem*) nas seis obras/fontes trabalhadas.

Por fim, esta pesquisa não pretendeu esgotar a temática ou as fontes trabalhadas, uma vez que muitos são os desdobramentos possíveis. Assim, o que se buscou desenvolver foi o início das possibilidades das leituras e diálogos entre os múltiplos mecanismos de análise do léxico, das categorias conceituais e das obras/fontes. Assim, esta pesquisa teve por objetivo ampliar as discussões acerca do *corpus* teórico-conceitual do qual se valia o discurso intelectual da virada do século XIX para o XX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Ronaldo Conde. (2000). **O rebelde esquecido**: **tempo, vida e obra de Manoel Bomfim**. Rio de Janeiro: Topbooks.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Guerra e paz**. **Casa grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 1930.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *In*: GUIMARÃES, Manoel Salgado (Orgs.). **Livro de fontes de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. p. 21-42.

BERNAND, Carmen. Prefácio. *In*: PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo:** uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho). Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 15-27.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Os dicionários na contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas. *In*: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires; ISQUERDO, Aparecida Negri**. As ciências do léxico**: **lexicologia, lexicografia e terminologia**. Campo Grande: UFMS, 2001.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiad**or. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 2001.

BOMFIM, Manoel. **A América Latina males de origem.** Rio de Janeiro: Topbooks. 1993.

BOMFIM, Manoel. **O Brasil**. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional. 1940.

BOTELHO, André. (2009). Manoel Bomfim: um percurso da cidadania no Brasil. *In*: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia M. (orgs.). **Um enigma chamado Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 118-131.

BRESCIANI, Maria Stela. **O charme da ciência e a sedução da objetividade**: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo, Editora da Unesp, 2005

CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CASTORIADIS, Cornelius. **A ascensão da insignificância**. Lisboa, Editorial Bizâncio. 2012.

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade: a Escola Nina-Rodrigues e a antropologia no Brasil**. Bragança Paulista: Edusf. 2001.

CUBA, Marigilda; ISQUERDO, Aparecida. Léxico e história social: um estudo da variante lexical neve no Atlas Linguístico da Mesorregião Sudeste de Mato Grosso. **SIGNUM: Estudos da Linguagem.** Londrina, v. 12, n. 1, p. 145-162, jul. 2009

DUTRA, Eliana de Freitas (orgs). **O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente.** Belo Horizonte, Autêntica, 2013.

Dutra, Eliane de Freitas. **Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914).** Belo Horizonte: UFMG, 2005.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v I.

FERLA, Luis. **Feios, sujos e malvados sob medida: a utopia médica do biodeterminismo, São Paulo (1920-1945***)*. São Paulo: Alameda, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e Senzala**.51 eds. rev.- São Paulo: Global, 2006.

GOMES, Angela de Castro. República, educação e história pátria no Brasil e em Portugal. **A República, a História e o IHGB.** Belo Horizonte: Argumentvm, 2009, p. 85-120.

GONTIJO, Rebeca. (2003). Manuel Bonfim, "pensador da história" na Primeira República. **Revista Brasileira de História**, 23/45, p. 129-154.

GRUZINSKI, Serge. **A águia e o dragão: Ambições europeias e mundialização no século XVI**. Editora Companhia das Letras, 2015.

HARTOG, François. **Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004

IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil**. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

IGLÉSIAS, Francisco. Prefácio. *In*: TORRES, Alberto. **A organização nacional**. São Paulo. Editora Nacional. 1978, p. 11-33.

INGOLD, Tim. A *evolução* da sociedade. *In*: FABIAN, Andrew (org.) **A *evolução*: a sociedade, a ciência e o universo.** Lisboa: Terramar, 2000.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. A República: oposições e consolidação. *In*: LAPA, Jose Roberto do Amaral. **História da República**. Campinas. 1990.p. 51-68.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: PUC Rio. 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **O conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LE GOFF, Jacques (2000), **História e memória: história.** V. 1. 6 ed. Lisboa: edições 70.

LE GOFF, Jacques**. História e memória.** Campinas, Editora da Unicamp. 2013.

LIMA, Sabóia. Apresentação. *In*: TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro.** São Paulo. Editora Nacional. 1978, p. 6-13.

MADEIRA, Marcos Almir. Prefácio. *In*: VIANNA, Oliveira. **Ensaios inéditos**. Campinas: UNICAMP. 1991, p.07-12.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs). ***Raça,* ciência e sociedade**. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz. 1996.

MARTINS, Estevão de Resende. O conceito de história universal (1831). *In*: MARTINS, Estevão de Resende (orgs). **A História pensada: Teoria e Método na Historiografia Européia do Século XIX.** São Paulo, Editora Contexto. 2010.

MATOS, Raimundo José da Cunha. Dissertação acerca do sistema de se escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil. *In*: GUIMARÃES, Manoel Salgado (Orgs.). **Livro de fontes de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. p.117-154.

MAUL, Carlos. Nota explicativa. In: BOMFIM, Manoel. **O Brasil**. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional. 1940, p. 07-08.

MUELLER, Fernand Lucien. **História da psicologia.** Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

MURARI, Luciana. **Natureza e cultura no Brasil.** 1870-1922. São Paulo: Alameda, 2009.

NABUCO, Joaquim. O Abolicionismo. *In*: SANTIAGO, Silviano (org.) **Intérpretes do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002, p. 19-167.

NOGUEIRA, Marco Aurelio. **As desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, A Monarquia e a República.** São Paulo: Paz e Terra, 1984.

ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna.** São Paulo: Unesp, 1997.

PAIVA, Eduardo França. "**Dar o Nome ao Novo." Uma História Lexical da Ibero-América entre os Séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de *mestiçagem* e o Mundo do Trabalho)**. Belo Horizonte: Autêntica Editores. 2015.

PAIVA, Eduardo França. Escravidão, dinâmicas de mestiçagens e o léxico ibero americano. **Portuguese Journal of Political Science and International Relations**, Braga, nº 10, p. 14, 2013.

PAIVA, Eduardo França**. História & Imagens.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PAIVA, Eduardo França**. Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789.** Vol. 5. Editora UFMG, 2001.
PAIVA, Eduardo França; FERNÁNDEZ CHAVES, Manuel F.; PÉREZ GARCÌA, Rafael M. (orgs). **Do que estamos falando? Antigos conceitos e modernos anacronismos: escravidão e mestiçagens**. Rio de Janeiro, Garamond. 2016.

PRADO, Paulo. Retratos do Brasil. In: SANTIAGO, Silviano (org). **Intérpretes do Brasil.** Rio de Janeiro:Nova Aguilar, 2002.

RESENDE. Paulo Edgar. **A República sem povo.** São Paulo: História do Brasil, Sebo das Letras. 1989.

RODRIGUES, Nina. **As coletividades anormais**. Organizaçao, prefácio e notas de Artur Ramos. Rio de Janeiro: Civilizacacão Brasileira, 1939.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Madras, 2008.

ROMERO, Silvio. **História da literatura brasileira**. 52ed. Rio de Janeiro: José Olympio. 1953.

ROMERO, Silvio. **Realidades e ilusões no Brasil: parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios.** Petrópolis: Vozes. 1979.

SANTOS, Alessandra Soares. Como e porquê se deturpou a história escrita por Manoel Bomfim. In: **ANPUH – XXII Simpósio nacional de história** – João Pessoa, 2003. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.700.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2017.

SCHAFF, Adam. **História e Verdade.** São Paulo: Martins Fontes, 1986.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Gilberto Freyre: adaptação, *mestiçagem*, trópicos e privacidade em Novo Mundo nos trópicos. **Mal-estar na Cultura**, [S.l.], p. 1-32, abr./nov. 2010. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/difusaocultural/adminmalestar/documentos/arquivo/Schwarcz%20-%20adaptacao%20mesticagem%20tropicos.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das *raça*s: cientistas, instituições e questão racial no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras (1993).

SIQUEIRA, Gisele Martins; AGUIAR, Maria Suelí de. **Linguística histórica comparativa e formação do léxico da língua portuguesa**. 2011. Disponível em: <https://sinalel_letras.catalao.ufg.br/up/520/o/28.pdf >. Acesso em: 01 dez. 2017.

SOUSA, Ricardo Alexandre de**. Agassiz e Gobineau – As ciências contra o Brasil mestiço.** Dissertação (Mestrado em História das Ciências: História). Casa de Oswaldo Cruz (COC – Fiocruz). Rio de Janeiro, 2006, 174p.

SOUZA, Ricardo Alexandre de. A extinção dos brasileiros segundo o conde Gobineau. **Revista Brasileira de História da Ciência,** Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan | jun 2013.

STEFANES, Ivonete. **Retórica e argumentação: fundamentos para análise de um discurso do sul-mato-grossense Hélio Serejo**. Dissertação (Mestrado em Letras). UNESP, Assis, 2006, 151p.

Todorov, Tzvetan. **Nós e os outros. A reflexão francesa sobre a diversidade humana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

TORRES, Alberto. **A organização nacional**. São Paulo. Editora Nacional. 1978a.

TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro**. São Paulo. Editora Nacional. 1978b.

VAINFAS, Ronaldo. História cultural e historiografia brasileira. **História: Questões & Debates,** Curitiba, n. 50, p. 217-235, jan./jun. 2009.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. História Geral do Brasil. *In*: ODÁLIA, Nilo. **Varnhagen**. São Paulo: Ática, 1979, p. 33-108.

VASCONCELOS, José. **La Raza Cósmica**. México: Editorial Porrúa, 2010.

VASQUES, Priscila; AGUILERA, Vanderci. **Uma análise semântica do léxico em documentos históricos do Paraná. 2006**. Disponível em:<http://www.uel.br/eventos/sepech/arqtxt/ARTIGOSANAIS_SEPECH/priscilacvasques.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2017.

VENTURA, Roberto; BOMFIM, Manoel José do; SÜSSEKIND, Flora. (1984). **História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim**. São Paulo: Editora Moderna

VIANNA, Oliveira. **Ensaios inéditos**. Campinas. Editora UNICAMP. 1991.

VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. 2002.

VON MARTIUS, Karl Friederich P. Como se deve escrever a história do Brasil. *In*: GUIMARÃES, Manoel Salgado (Orgs.). **Livro de fontes de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p. 61-91.

WOLFF, Francis. Quem é bárbaro? *In*: NOVAES, Adauto. (Org). ***Civilização* e barbárie**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 19-44.

ANEXO 1

Quadro de unidades lexicais e suas variações presentes nas fontes.

Progresso		
Manoel Bomfim	**Oliveira Vianna**	**Alberto Torres**
obstáculo ao	capacidade progressiva	mágico dos Estados Unidos
aceitar o ...	progresso moderado	mundial
após o ...	progresso político	conquista do progresso contemporâneo
caminho do...		da aspiração nacional
científico		em progresso
da ciência		expressão do progresso
das nacionalidades		fatos excepcionais do...
descobrimento do...		fenômeno do ...
elementos eficazes de...		humano
elementos perturbadores e refratários ao...		impulsiona os progressos
entrar para o ...		lento
estímulos à proeminência do...		material
geral		material dos americanos
grau de ...		moral
horror ao ...		nacional
humano		no caráter nacional
impulso para o ...		nosso ...
inaptidão para o ...		
incapacidade orgânica para o ...		
incapaz de ...		
indispensáveis ao ...		
industrial		
inimigas do...		
instrumentos de ...		
intelectual		
leis gerais do...		
maravilhoso ...		
marcha do ...		
moral		
normal		
oposição ao ...		
orgânico		
perturbam e embaraçam		
produzir o...		
raça refratária ao		
retardamento do nosso...		
social		
suspensão do ...		
vanguardo do ...		

verdadeiro ...		
material		

Evolução		
Manoel Bomfim	**Oliveira Vianna**	**Alberto Torres**
a nacionalidade é fruto de uma ...	dos Poderes Públicos	crescimento evolutivo regular
completam	histórica da nossa mentalidade coletiva	da espécie
completam a sua ...	moderna	das sociedades organizadas
completem a sua...	política e social da nacionalidade.	de povos
constante	altamente evoluída	do Brasil
contínua	arquitetônica	do pensar humano
da espécie humana	coletiva	econômica
da moral	do organismo governamental no Brasil	espontânea
da nacionalidade	evolução e estrutura	estados da evolução mental
dos seres	evoluir	evoluído
estágio na...	fase adiantada de ...	evoluindo naturalmente
força na...	fases da...	fases da evolução humana
grau de ...	lenta ...	gradual evoluir
grau mais elevado	nossa evolução histórica	hábitos evolutivos
humana	nossa evolução nacional	inevitável
leis da ...	sincopada	marcha evolutiva
mental	social	nacional e política
moral e social		natural do saber humano
necessário na...		normal
normal		obra de séculos de ...
organismo em...		orgânica
perturbação		organizadora
perturbando a ...		processos da
política		síncope da evolução política
redentora		social
retardo em sua...		
social		
sociedade é fruto de uma ...		
suspender a sua...		
vicissitudes da sua...		
vital		

Civilização - variações		
Manoel Bomfim	**Oliveira Vianna**	**Alberto Torres**
à margem da...	avança para o interior	ao contato da...
adiantada	absolutamente incivilizáveis	aptidão para a...
atual	absorve o contingente social	caráter da sua...

civilização inglesa	brilho de outras civilizações	civilizações européias
civilizações originais	centros civilizados europeus	civilizado
civilizações vivazes	civilizados	civilizar
conquistar a ...	de Far-West	classicas civilizações
Desejo de subir à...	duas civilizações	conjunto da...
em geral	europeia	elevada e distinta
estado de civilização superior	finos prazeres da ...	estado atual da...
Europa civilizada	incivilizáveis	estado de ...
grandes centros civilizados	ocidental	focos de...
injuriar a civilização	organização e civilização do país	força civilizadora
mais completa	original	formas superiores da...
moderna	Os povos civilizados em geral	garantir a ...
mundo civilizado	patriarcas da nossa...	grandes...
nações civilizadas	rural	índio civilizado
obra civilizadora	social e moral	indivíduo civilizado
ocidental	vanguardeiro da ...	interpenetração da ...
povos civilizados	velhas civilizações do Ocidente	mais alta
refratário à...		marcha da civilização
repeliu		material
se acelera		mediterrânea
sentido da		movimentos civilizares
sociedades civilizadas		mundo civilizado
superior		natureza da...
		novas...
		países mais civilizados
		povos civilizados
		velhas civilizações
		velhas...

Referente à raça(s)		
Manoel Bomfim	**Oliveira Vianna**	**Alberto Torres**
aborígene	a mentalidade da raça superior originária	almas de todas as raças
aclimadas	aborígene	caracteres da raça
amarela	ariana	desigualdade natural das raças
americana	belicosa e superior	diversas raças
ariana	branca	escala convencional das raças
branca	caboclo	espécimes de raças
caboclo	cabra	espírito das suas raças
colonizadoras	cafuzos	estirpe
comunidade de ...	conflitos de ...	exemplares de raças extremas

cruzamento entre raças diferentes	cruzamentos de ...	falência da doutrina da superioridade das ...
distinção de...	curibocas	gama étnica
diversas	dotada de aptidões	homem primitivo
entrecruzamento de ...	duas raças se misturam	igualdade moral e intelectual das raças
gentes de cor	estirpe étnica	mulato
gentes infantis	fidalgos de...	nossas raças
gentios	fulos	preconceito contra o mulato
humanas	fundo moral da ...	primitivo
humanas cruzadas	gênio político da raça inglesa	prole da principal raça que povoou o Brasil
ibéricos	germânica	raça homogênea
indiana	história de outras ...	raça latina
indígena	índole da...	raça loura
inferioridade das...	inferiores	raça trigueira
infusão das ...	laboratório de etnogenia	raça viril
mãe	lusa	raças atuais
massa de selvícolas	mais eugênicos de...	raças atuais do Brasil
menos culta	mamelucos	raças autóctones
morena	mulato	raças colonizadoras
negra(s)	nobre	raças distintas
nobres e vis	orgulhos de ...	raças indígenas
noção	originárias	raças mães
novas e sadias	pardo	raças mediterrâneas
povos primitivos	preconceitos de ...	raças mestiças
primitivo	preconceitos de cor e de...	raças morenas
produzir novas raças	primitiva	raças oriundas de meios idênticos
progenitoras	próprio da...	raças puras
puras	psicologia das próprias raças formadoras	representantes das raças adiantadas
qualidades típicas das ...	qualidades nobres e heróicas da ...	selvagem
raças cruzadas	servil	sub-raça
refratária	superior	traços primitivos da raça
selvagem	três raças distintíssima	valor da raça
selvagem descuidoso	três raças formadoras do nosso povo	
selvagem primitivo	vermelha	
selvícola		
sociedade primitiva		
superioridade de ...		
tenazes		
teoria das raças inferiores		
tipos médios das três raças		

traços característicos das...		
Um cabra do sertão		
valor das...		

Relativo à mestiçagem		
Manoel Bomfim	**Oliveira Vianna**	**Alberto Torres**
"efeitos naturais" dos cruzamentos	a escorralha de mestiços	cruzamento étnico
consequência social dos cruzamentos	campo de concentração da...	efeitos do cruzamento
cruzamento de raças diferentes	classe de cruzados	Este país é o que possui a população mais mesclada do mundo
cruzamento entre raças diferentes	classificação dos mestiços	fatores mesológicos
cruzamentos	degradados da mestiçagem	fatos de cruzamento
cruzar todas as raças humanas	elemento mestiço	grande mescla do sangue
defeitos não exclusivos dos mestiços	função agressiva e criminal do mestiço	híbridos e mestiços
delinquente mestiços	função social do mestiço	laboratório de experimentação étnica
efeitos dos cruzamentos	massa de mestiços ociosos e inúteis	mestiçagem
espécies cruzadas	massa mestiça	mestiçagem étnica
estado de degradação do mestiço	mentalidade mestiça	mestiçagem social”
favorável à mestiçagem	mestiçagem das fazendas	normalidade e à sanidade dos mestiços
fundo psicológico desses mestiços	mestiçagem escrava	os tipos de mestiços de alta inteligência e elevado caráter moral
ignorância e bravura do mestiço	mestiçagem rural	raças mestiças
influência especial da mestiçagem	mestiçagens múltiplas	sangue mesclado
mescla de gentes	mestiçaria desplantada dos campos	tipo do mestiço
mestiçagem livre	mestiçaria nacional	vantagem do cruzamento
mestiço degenerado	mestiçaria pululante	virgens de mescla
mestiços	mestiço destemeroso	
mestiços brasileiros	mestiços de branco e preto	
opiniões malévolas da mestiçagem	mestiços de escol	
população mesclada	mestiços degradados	
população mestiça	mestiços dessa espécie	
sociedade toda mestiça	mestiços explosivos	
suposta influência perniciosa da mestiçagem	mestiços genuínos	

tipos mestiços	mestiços herdem com mais freqüência os vícios que as qualidades dos seus ancestrais	
vantagens nos cruzamentos	mestiços inferiores	
	mestiços livres	
	mestiços perfeitamente estigmatizados	
	mestiços repululantes	
	mestiços superiores	
	mestiços, eugênicos ou superiores	
	nossos mestiços	
	núcleo de elaboração do mestiço	
	patuléia de mestiços	
	pelotão de mestiços	
	perdem, pela mestiçagem, a pureza de sangue e de caráter	
	pobres mestiços	
	população de mestiços	
	psicologicamente mestiços	
	ralé mestiça	
	tendência ascensional dos mestiços superiores	
	tipo mestiço	
	utilização do mestiço	
	mestiço refratário à arianização	